

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE  
E DO MEIO AMBIENTE**

**RAQUEL DE SOUZA ESTEVES**

**MEDIDA PREVENTIVA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR:  
INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES**

**VOLTA REDONDA  
2017**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE  
E DO MEIO AMBIENTE**

**MEDIDA PREVENTIVA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR:  
INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do UniFOA como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Aluna: Raquel de Souza Esteves

Orientador: Prof. Dr. Adilson Pereira

**VOLTA REDONDA  
2017**

### FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

E79m Esteves, Raquel de Souza.  
Medida preventiva da violência doméstica e familiar: intervenção com adolescentes. / Raquel de Souza Esteves - Volta Redonda: UniFOA, 2017.

148 p. Il.

Orientador(a): Profº Dr. Adilson Pereira

Dissertação (Mestrado) – UniFOA / Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, 2017.

1. Ciências da saúde - dissertação. 2. Violência doméstica. 3. Adolescentes – educadores. I. Pereira, Adilson. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 610

## FOLHA DE APROVAÇÃO

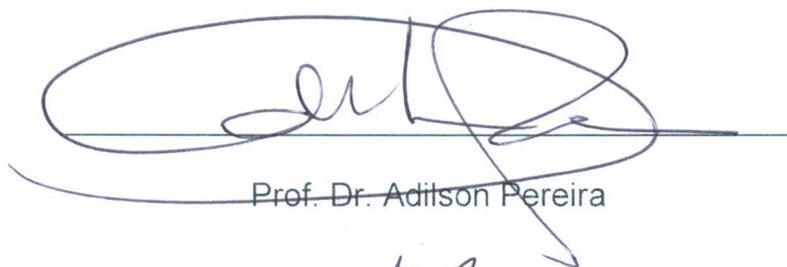
Aluna: Raquel de Souza Esteves

### MEDIDA PREVENTIVA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES

Orientador:

Prof. Dr. Adilson Pereira

Banca Examinadora



Prof. Dr. Adilson Pereira



Prof. Dr. Vitor Barletta Machado



Profa. Dra. Kátia Mika Nishimura

Eu agradeço ao meu Deus, pois Ele me deu todas as condições necessárias para realizar este sonho. “Por Deus e Para Ele são todas as coisas. Glória, pois somente a Ele”.

## RESUMO

O presente trabalho foi construído no Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da saúde e do Meio Ambiente (MECSMA), visando discutir os resultados da pesquisa qualitativa bem como a análise dos dados com enfoque fenomenológico, tendo por finalidade subsidiar os elementos para a elaboração de um curso de capacitação de educadores que atuam nos espaços formais e não formais de Ensino, como contribuição da prevenção e minimização da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, tendo em vista a elevada estatística de eventos dessa natureza. A pesquisa foi realizada em Resende – RJ, junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social, integrantes do serviço Conexão Jovem, com suas famílias referenciadas aos CRAS e CREAS. A amostra foi composta de 25 adolescentes de 13 a 17 anos e foi sistematizada a partir do histórico relativo à violência familiar. Adotou-se como instrumento metodológico a entrevista individual semiestruturada e o desenvolvimento do Grupo Focal, seguindo recomendação e aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE 58193616.4.0000.5237), visando compreender a individualidade e a intersubjetividade por meio dos sentidos e significados na relação com as questões relativas ao gênero. Para discussão ocorrida nos grupos focais foram utilizados os guias de tema como: gênero (feminino & masculino), representações e expectativas sociais, questões de classes sociais, juventudes, tipos de violências, competências e habilidades sociais. A escolha pela implementação dos instrumentos de coleta de dados teve por objetivo a interação entre os participantes e a pesquisadora, propiciando o levantamento de dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos, de modo que os resultados foram construídos sob a forma dialógica nas entrevistas semiestruturadas e no grupo focal, em seguida para a elaboração desse trabalho, a pesquisadora realizou uma revisão bibliográfica se utilizando do recorte das falas apreendidas durante a pesquisa.

**Palavras-chave:** Juventude, Vulnerabilidade Social, Violência Familiar e Doméstica, Educadores.

## ABSTRACT

This current work deals with a qualitative result on phenomenological focus. This research is part of a Master's dissertation, and provides a theoretical background product developed for MEC SMA (professional Master's Course on health and Environment sciences) whose purpose is to subsidize elements to design a training course for educators who act in both formal and non formal education. In addition it contributes for preventing and minimizing domestic violence against women, which takes into consideration the high statistics of such events in the city of Resende- RJ and its surroundings. Held in targeting teenagers in a vulnerable social situation. They are all part of a service called "Young Connection", joined to their families and referenced to CRAS and CREAS. The sample was composed by 25 teenagers from 13 to 17 years old and was sistemized from historical records related to domestic violence. Was adopted with a methodological instrument, a semi instructed individual interview, and the development of this Focus Group, seeking to understand the individuality and intersubjectivity through the senses and meanings, about the issues related to the gender. For discussing topics in these focus groups, were used guiding subjects: gender (female and male), social representation and expectations, youth, types of violence, competences and social skills. Another aspect in choosing the implementation of this focus group, is the interection between the participants and the researcher, thereby providing data collection from the discussion focused on specific and direct topics. The results were then presented in a dialogic form, extracted from literature and combined to the report clippings from the interviews within the focal group.

**Key words:** Young, Vulnerability, Domestic Violence, Educators.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Referências paternas segundo o grupo focal.....	82
Quadro 2 - Referências maternas segundo o grupo focal.....	84
Quadro 3 - Aspectos constituintes da Identidade, segundo o grupo focal. Quem são? Como eles se vêem? Quem os seus pais dizem que eles são? .....	87
Quadro 4 - Representações sobre a Sexualidade e as Diferenciações do Gênero, segundo o Grupo Focal.....	90
Quadro 5 - Perspectivas para o futuro, segundo o Grupo Focal .....	92
Quadro 6 - Expectativas quanto ao futuro, relato de um Adolescente .....	94
Quadro 7 - Ser Violento é Social e Moralmente Inadmissível .....	99
Quadro 8 - Motivos de um homem agredir uma mulher segundo relatos.....	102
Quadro 9 - Relatam histórias pessoais e familiares .....	103
Quadro 10 - Uma história marcada por violências .....	104
Quadro 11 - A sensação de impotência de um filho ao presenciar violência contra a sua mãe e as consequências para o seu emocional.....	106
Quadro 12 - Experiências pessoais, rotineiras e naturalizadas com a violência .....	107
Quadro 13 - Experiências pessoais, rotineiras e naturalizadas com a violência .....	109
Quadro 14 - A falta de preparo dos profissionais em compreender e lidar com o comportamento violento .....	113
Quadro 15 - A solução mais fácil e a única saída é a exclusão, para preservar o bom convívio .....	113
Quadro 16 - Compreensões e análises simplistas dos profissionais.....	114
Quadro 17 - Violência simbólica e institucional .....	114
Quadro 18 - Violência pelas autoridades policiais.....	115
Quadro 19 - Relatam sofrer discriminação e como isso os afeta em sua autoimagem .....	119

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO: INFLUÊNCIAS SIGNIFICATIVAS PARA A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE</b> .....	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Processo de Socialização: Influências significativas para a formação das Representações Sociais quanto às relações de gênero</b> .....	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>JUVENTUDE E SUBJETIVIDADE: O REFLEXO PSÍQUICO DA REALIDADE</b> .....	<b>18</b>
<b>3.1</b>	<b>Relações de Gênero: O processo singular da realidade</b> .....	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>VIOLÊNCIA FAMILIAR E DOMÉSTICA CONTRA A MULHER</b> .....	<b>43</b>
<b>4.1</b>	<b>A história e seus desdobramentos</b> .....	<b>43</b>
<b>4.2</b>	<b>Relações de Poder e suas forças múltiplas</b> .....	<b>45</b>
<b>4.3</b>	<b>Pesquisas e estatísticas sobre a Violência de Gênero contra a Mulher</b> ..	<b>50</b>
<b>4.4</b>	<b>Tipos de Violência contra a mulher e suas sequelas</b> .....	<b>51</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>63</b>
<b>5.1</b>	<b>Classificação da Pesquisa</b> .....	<b>63</b>
<b>5.2</b>	<b>Objetivos da Metodologia</b> .....	<b>63</b>
<b>5.3</b>	<b>Perfil dos participantes e os critérios utilizados para a escolha da amostra dos participantes da pesquisa</b> .....	<b>64</b>
<b>5.4</b>	<b>Relação pesquisadora e participantes envolvidos da pesquisa</b> .....	<b>66</b>
<b>5.5</b>	<b>Pressuposto Epistemológico</b> .....	<b>69</b>
<b>5.6</b>	<b>Técnicas de coleta de dados</b> .....	<b>70</b>
<b>5.6.1</b>	<b>Grupo Focal</b> .....	<b>70</b>
<b>5.6.2</b>	<b>Entrevista Semiestruturada</b> .....	<b>70</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RECORTES DAS FALAS APREENDIDAS NAS ENTREVISTAS E NOS GRUPOS FOCAIS</b>	<b>74</b>
<b>6.1</b>	<b>Apresentação do Conexão Jovem</b> .....	<b>74</b>
<b>6.2</b>	<b>Apresentação da História de Resende</b> .....	<b>75</b>
<b>6.3</b>	<b>Descrição dos recortes das falas nas entrevistas semiestruturadas e das vivências no Grupo Focal</b> .....	<b>77</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>122</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>125</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que os fenômenos vivenciados na experiência profissional podem se tornar o pressuposto motivacional para uma série de indagações. Muitas serão descartadas pelo fluir do cotidiano e outras encontrarão respostas próprias dos conhecimentos vivenciados pelo profissional em seu contexto. Contudo, alguns fenômenos se tornam incitantes do ponto de vista investigativo e um olhar mais atento permite estabelecer um sentido explicativo inerente aos mesmos.

Assim, a atuação como psicóloga proporcionou a presente proposta de pesquisa. As vivências contextualizadas no decorrer de sete anos no Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (NIAM) no município de Resende foram significativas para delinear as reflexões acerca da prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Existem no município de Resende, serviços especializados no enfrentamento e nas consequências da violência doméstica e familiar, mas no que tange as causas do referido fenômeno, essas não são objeto de investigação e intervenção. Muitos autores investigaram essa questão e indicam que a violência doméstica está associada a questões históricas, culturais, sociais, educacionais e familiares. Assim, a pesquisa teve como objetivo apresentar os sentidos e os significados dados aos papéis e expectativas sociais sobre as relações de gênero, gerados por meio da problematização com um grupo de adolescentes, acerca das complexidades e singularidades dos modos de subjetivação do feminino e do masculino.

No capítulo 1 serão apresentados a introdução do trabalho, bem com o problema, as justificativas do desenvolvimento da pesquisa e os seus objetivos gerais e específicos.

No capítulo 2 será abordado o processo de socialização, suas influências significativas para a formação da subjetividade e das representações sociais sobre as relações de gênero. Os aspectos da vulnerabilidade social, dos valores transmitidos, internalizados e reproduzidos marcados pela desigualdade social e suas experiências marcadas pela Violência.

No capítulo 3 serão trabalhados aspectos sobre juventude, subjetividade e relações de gênero na constituição de sentidos e significados, sendo ainda neste

capítulo abordado o processo de construção da realidade psíquica em permanente desconstituição.

O capítulo 4 traz a questão da violência familiar e doméstica contra a mulher, seus desdobramentos na história, a Lei Maria da Penha, bem como as respectivas consequências no emocional destas mulheres e de seus filhos.

No capítulo 5 foram trabalhados a metodologia, sua classificação, seus objetivos, seu pressuposto epistemológico e as técnicas de coletas de dados. No capítulo 6 serão apresentados os resultados da análise dos dados e as discussões dos recortes das falas apreendidas nas entrevistas e nos grupos focais, ainda neste capítulo será feita uma breve apresentação do programa socioeducativo da prefeitura no qual foi desenvolvida a pesquisa.

Como profissional na área da saúde psicológica, os dados das entrevistas semiestruturadas e as vivências do grupo focal foram analisados com base nos fundamentos epistemológicos e as referências bibliográficas foram levantadas pela ótica da psicologia, no intuito de avaliar a subjetividade, bem como sentidos e os significados atribuídos pelos adolescentes as relações de gênero.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi proposto o seguinte problema: Como podemos compreender os elementos desencadeadores da violência doméstica contra a mulher, promovendo a prevenção a partir da tomada de consciência e mudança de comportamento dos sujeitos?

Como justificativa para a elaboração desta pesquisa, no que se refere à violência doméstica e familiar, compartilhamos do olhar de que a violência é um complexo fenômeno psicossocial, passível de compreensão “*na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais e do plano individual*” (MINAYO, 2003, p. 7).

Entende-se que compreender as expectativas e os papéis sociais sobre as relações de gênero e tomando-se conhecimento de sua base social, histórica e cultural, são possíveis novos conceitos, novos significados e novas atitudes frente às diferenças de gênero, resultando em relações em que haja mais respeito e tolerância ao sexo oposto.

Tendo como base a experiência profissional, o trabalho como psicóloga do Núcleo de atendimento, é observado o fato de muitos meninos crescerem observando atos de violência realizados pelos seus pais, poderia ser influenciado pelos mesmos a reproduzirem o comportamento violento como uma norma a ser seguida. Além do sentimento de revolta e raiva por presenciarem suas mães sendo violentadas, e não se sentirem em condições físicas e emocionais para protegê-las.

Nolasco (1993) destaca as dificuldades vivenciadas num contexto social de vulnerabilidade, caracterizado pela ausência impactante do pai ou pelas atitudes autoritárias, competitivas e violentas, que se opõem a expectativa do comportamento da figura paterna, por meio do respeito e de manifestações afetivas.

Segundo o autor os homens estariam presentes no contexto da violência em diferentes lugares, sendo produto e alvo dos padrões de subjetividade orientados pelos modelos de gênero e pelas relações desiguais de poder em nossa sociedade.

Conforme afirma Setton (2002) a socialização dos jovens ocorre por meio de instituições como família, escola, igreja, mídia, dentre outras, responsáveis pela transmissão de padrões e modelos de conduta às novas gerações, tornando-se responsáveis pela produção e difusão de patrimônios culturais diferenciados entre si.

Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) reconhece os estereótipos de gênero presentes na sociedade brasileira e recomenda o desenvolvimento de programas e ações que busquem sensibilizar a juventude, pesquisadoras/es e professoras/es para a promoção da igualdade e do respeito entre meninos e meninas. Visando a construção de um espaço estratégico e importante na vida dos jovens (BRASIL, 2005).

O debate de gênero teve por objetivo promover a reflexão acerca desses temas integrando perspectivas diversas: sociocultural, histórica, educacional e política. Fomentando a perspectiva de gênero no âmbito da educação, contribuindo para que a cultura não seja um instrumento de reprodução de preconceitos, mas o lugar de promoção e valorização das diferenças (CORSA, 2006).

Para a OMS (2002) em virtude do forte impacto que causam os eventos representados tanto por mortes prematuras, como por altos índices de morbidade, torna a violência um problema de saúde pública de grande importância. Por isso a necessidade de estabelecer métodos de ensino para a promoção e desenvolvimento

de habilidades e competências sociais, com o objetivo de lidar de forma diferenciada com os conflitos interpessoais.

A prevenção primária da violência deve ser integrada nas políticas de saúde, educativas e sociais associadas à promoção da igualdade de gênero. Os autores de violência necessitam de intervenções que os ajudem a resolver os conflitos de forma não violenta e que alterem as suas crenças relativas à eficácia e justificação do uso da violência. Sobretudo de intervenções que os habilitem a gerir a raiva e regular as suas emoções e a impulsividade, a desenvolver a capacidade de compreensão dos outros e a empatia.

Esta pesquisa tendo por objetivo geral a identificação dos problemas e/ou conflitos associados aos papéis de gênero, socialmente construídos, como sendo norteadores de posturas e comportamentos de adolescentes a partir de uma pesquisa de campo a ser realizada em um serviço municipal, conhecido como Conexão Jovem localizado em Resende – RJ. Com vistas à reflexão acerca dos sentidos e significados das questões relacionadas à violência doméstica, considerando as relações de gênero.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram identificar e discutir as relações de gênero a partir de um referencial bibliográfico especializado; analisar o perfil dos sujeitos por meio de entrevistas semiestruturadas e da aplicação da técnica grupo focal, identificando as singularidades, as subjetividades, identidades e os papéis sociais a partir da narrativa das vivências, sentidos e significados do feminino e do masculino. Além de desenvolver como produto um curso de capacitação para docentes e profissionais que atuam nos espaços de educação formal e não formal junto a jovens.

## **2 PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO: INFLUÊNCIAS SIGNIFICATIVAS PARA A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE**

Esta dissertação tem como objetivo abordar as relações de gênero e iniciará as suas considerações a partir da compreensão do processo de socialização, em que o indivíduo aprende e se apropria dos códigos, normas e regras de um determinado contexto social, no qual está inserido, formando as suas crenças, valores e significações.

Berger e Luckman (1999) definem a socialização como a introdução do indivíduo no mundo objetivo, a partir do qual recebe, integra e interioriza os valores da sociedade. Sendo a família a responsável pela socialização primária. No processo de socialização, a família pode ser considerada a partir de dois enfoques.

O primeiro deles refere-se à abordagem psicológica, como espaço de relações identitárias afetiva e moral, em se estabelecem as relações de autoridade e poder, as hierarquias internas variantes conforme os modelos geracionais e as relações de gênero.

E o segundo enfoque, refere-se à abordagem social, pois é nesse espaço de convivência que se modela a subjetividade e se inicia o processo de formação da individualidade, onde o indivíduo toma contato com as primeiras formas simbólicas de integração social (DUBAR, 2000). Os valores familiares, inicialmente são tomados como absolutos, sendo os mais permanentes em todo o processo de socialização, servindo de base para a construção da identidade.

Os nossos significados, sentidos e percepção estão diretamente referenciados a um grupo de pertencimento, no qual determina os comportamentos esperados para cada gênero. Para Ceccarelli (1998) já na gestação, os pais começam a criar fantasias e expectativas quanto ao sexo do filho (a), escolhendo as suas cores, brinquedos, times e até as suas profissões compatíveis ao gênero, de forma sutil, aprendida e reproduzida nas suas interações sociais ao nascer.

Sendo assim, a família seria a primeira instância com a responsabilidade no processo de socialização para a formação da subjetividade e das representações dos indivíduos. Influenciando a forma como o homem pensa sobre si mesmo, sobre as suas relações sociais e como se posiciona na realidade a que pertence.

Para Schenker e Minayo (2003) a instituição familiar é responsável pelo processo de socialização primária das crianças e dos adolescentes, como uma unidade base da interação social, é no ambiente familiar que o indivíduo inicia o saber sobre as regras e os limites das formas de conviver em sociedade, além de possibilitar o processo de diferenciação e de individuação dos membros que compõem a estrutura familiar.

A família, compreendida pelo ponto de vista sistêmico, corresponde a um todo complexo e integrado, pois os seus membros são interdependentes, as relações são interdependentes, exercendo influências recíprocas, no qual a modificação de um elemento induz a do restante, transformando todo o sistema, sendo os indivíduos, determinados, modificados e influenciados mutuamente.

Seria o processo de socialização uma base para a construção da identidade de gênero, os modelos geracionais familiares, os valores tidos como absolutos, as fantasias e expectativas relacionadas ao gênero, segundo os autores serviriam como referência para a constituição das nossas percepções, sentidos e significados.

Portanto, é perceptível que os processos de socialização são parte inerente de toda história humana, sendo passível de transformação contínua, tendo como a principal via novas possibilidades de resignificação. É a partir do processo socializador que o indivíduo elabora sua identidade e sua subjetividade (ROMANELLI, 2002).

## **2.1 Processo de Socialização: Influências significativas para a formação das Representações Sociais quanto às relações de gênero**

Uma vez inserido na categoria do gênero masculino ou feminino, cria-se uma expectativa social para o desenvolvimento das suas competências e habilidades específicas, em que o sujeito deverá se enquadrar nos padrões de respostas exigidos, posicionando-se conforme o que se espera dele.

Estando o indivíduo ancorado na família por suas regras, valores e crenças validados e compartilhados ao longo dos tempos, relações de poder e autoridade com posições hierárquicas definidas, direitos e deveres específicos, estruturam a família e exercem forte influência em suas interações sociais, mediante aos papéis

específicos e desiguais de gênero vinculados no contexto familiar, pois cada função pode variar de acordo com o gênero e a idade dos seus integrantes.

Exercendo influências significativas no processo formativo do indivíduo, a família assegura a continuidade biológica, com suas tradições e seus modelos de vida, mas, sobretudo a reprodução social, com os seus significados culturais e representações sociais.

Além disso, a família está inserida dentro de outro sistema – o sistema social, sofrendo influências constantes e influenciando-o da mesma forma (SUDBRACK, 2001) não há como manter a tradicional distinção entre ‘interior’ e ‘exterior’, entre o social e o psíquico, entre o ‘privado’ e o ‘público’, pois ambos estão diretamente relacionados entre si, não há como dissociar um do outro.

Para Bourdieu (1999) a família também pode ser considerada como responsável pela transmissão de um patrimônio cultural, servindo de base para a construção da identidade social, transmitindo aos seus descendentes um nome, uma cultura, um estilo de vida moral, ético e religioso, onde o indivíduo aprende as diferentes formas de existir e de perceber o mundo.

De acordo com Pellett e Ignico (1993) a família é apontada como a maior responsável pelo desenvolvimento de estereótipos dos papéis de gênero nos filhos, estes papéis seriam comportamentos, atitudes e habilidades que uma cultura considera apropriados para o sexo masculino e feminino, incluindo expectativas de personalidade.

Os responsáveis ou cuidadores influenciam o comportamento das crianças e adolescentes, muitas vezes de forma sutil e indireta, embasados em suas crenças sobre papel de gênero, com seus significados e representações sobre o ser feminino e o ser masculino. Segundo teóricos a identificação de gênero é consequência da observação e imitação de um modelo, que pode ser os pais ou outras pessoas (BANDURA; HUDSON, 1961).

Por volta dos três e sete anos, as crianças passam por uma fase onde naturalmente os meninos tendem a imitar o pai e as meninas a mãe. As crianças percebem e questionam as diferenças, conseqüentemente buscam imitar a conduta condizente com seu sexo, pois percebem as diferenças entre o papel social do homem e da mulher.

As figuras parentais exercem grande influência na construção dos vínculos afetivos e também, constroem modelos de relações que são transferidos para outros contextos e momentos de interação social (VOLLING; ELINS, 1998). Em família aprende-se como ser mulher, quais os seus deveres e os papéis de gênero bem definidos.

A diferenciação da educação de meninos e meninas perpassa tempos e rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos de futuro, reproduzindo os papéis de gênero ao incorporar normas e valores sócio-culturais que dizem como um homem ou uma mulher devem se comportar.

As crianças através do contato com diversos agentes de socialização, primários e secundários, interiorizam progressivamente as normas e expectativas que correspondem ao seu sexo. Para Bandura e Hudson (1961) os papéis referentes ao gênero e as identidades masculinas e femininas são guiados por sanções positivas e negativas, forças socialmente aplicadas que recompensam ou restringem o comportamento ideal para cada gênero.

Até que surge a escola, como uma instância socializadora secundária, complementar a família, um grande veículo educativo, uma instituição capaz de transmitir normas e referências formadoras para uma consciência moral e ética. A escola emerge como fundamental para o indivíduo e sua constituição (DAVIES et al., 1997; REGO, 2003).

Além dos pais, o professor pode ser um modelo importante, que muitas crianças têm por referência significativa das regras e normas de condutas socialmente aceitáveis, nesta relação os professores transmitem seus valores e códigos morais referentes aos parâmetros do ideal de comportamento para cada gênero.

Servindo de aprendizagem, não apenas pelo que ensinam em suas disciplinas, de forma explícita, mas ensinam também por meio de suas atitudes, na relação de respeito que estabelecem com os seus alunos, transmitindo valores, como forma de adaptá-los à realidade social, tende a atender a necessidade de interesses intra e extra-escolares.

Nestes espaços de convivência cotidiana, que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a sociedade local exige que

sejam. Com suas expectativas, parâmetros de ideal e suas representações sociais, de acordo com suas vivências e seus significados.

As relações de gênero situadas sempre em contextos sociais específicos demarcam espaços, delimitam possibilidades e configuram modelos de interação entre as pessoas, implicando pressões sobre aquelas que as transgridem ou subvertem.

Segundo os autores citados anteriormente, pelo processo de socialização, o indivíduo receberia influência significativa para a formação da sua subjetividade e das representações e expectativas sociais, estabelecendo relações de autoridade e de poder, relações identitárias compatíveis ao gênero correspondente.

Para os autores mencionados acima, no processo de socialização, o indivíduo apreende e reproduz os padrões compatíveis ao seu gênero, por meio das interações sociais, forma a sua autoimagem e se posiciona conforme os comportamentos esperados.

O indivíduo inserido na categoria do masculino ou do feminino interioriza progressivamente as normas e expectativas que corresponde ao seu gênero pelo processo formativo, estando ancorados por valores e crenças, posições hierárquicas e papéis específicos que estruturam a identidade e o processo de diferenciação e individuação.

Segundo os autores mencionados podemos subsidiar a reflexão da referência significativa dos papéis de gênero transmitidos no processo de socialização, muitas vezes de forma sutil e indireta, reforçando crenças e valores por observação e imitação do modelo dos agentes de socialização.

Porém, o processo de socialização no mundo pós-moderno não conta apenas com a participação da família e da escola. Outras instâncias, como a mídia, despontam como parceiras de uma ação educativa, para o bem ou para o mal, transmitindo valores e padrões de conduta, socializando muitas gerações.

A relação de interdependência entre estas instâncias socializadoras, não é processo inerentemente harmonioso, os diferentes agentes como a família, a escola, o grupo de amigos e a mídia poderão entrar em conflitos de interesse, interpretação diferenciada da realidade e sentidos compatíveis ao seu ideal na transmissão de suas verdades e valores.

Sendo assim, a família educa, a escola educa, a rua educa, a cultura educa, a mídia educa, num processo de socialização que ocorre por meio das relações de interdependência entre essas instâncias educativas, uma relação que pode ser de continuidade ou de ruptura, de aliados ou de adversários, sendo um processo dinâmico e relacional.

No entanto a partir da leitura de Dubar (2000) é possível conceber o indivíduo tendo uma participação ativa nas instâncias socializadoras, conferindo a ele maior autonomia e liberdade reflexiva, tendo a capacidade de dialogar e questionar. Na perspectiva desse autor, os indivíduos não deveriam ser reduzidos a meros receptáculos de ideias ou simples consumidores de cultura, pois não são completamente passivos ao processo de socialização, tendo a capacidade para rejeitar ou modificar os comportamentos que envolvem os papéis de gênero.

O indivíduo seria concebido como um agente ativo que cria e modifica, não são receptores inquestionáveis de uma programação de gênero ou objetos passivos a estes agentes socializadores, há influências recíprocas, num processo relacional. Partindo do princípio que o sujeito social tem uma participação ativa no processo de construção da realidade a que pertence. Numa intensa e contínua troca simbólica, a relação entre indivíduo e instituições sociais é o que mantém e transforma as estruturas do mundo coletivo.

Portanto, por meio destes referenciais teóricos foi possível compreender como o indivíduo recebe influência direta a partir do processo de socialização, integrando e interiorizando os valores da sociedade no que se refere aos comportamentos compatíveis ao seu gênero.

No próximo capítulo serão abordadas questões sobre a juventude, formação e processo de subjetivação e as relações de gênero enquanto reflexo psíquico e singular da realidade.

### 3 JUVENTUDE E SUBJETIVIDADE: O REFLEXO PSÍQUICO DA REALIDADE

A partir das referências bibliográficas esta parte da dissertação discute as singularidades e as subjetividades construídas, bem como a compreensão de como cada adolescente as vive, elaboram, se relacionam e agem a partir de sua condição masculina e feminina. A subjetividade como uma expressão das múltiplas manifestações, ou seja, da diversidade da condição masculina e feminina (LINS, 1998).

Nolasco (1993) em sua pesquisa sobre subjetividade e gênero, observou que a maioria das pessoas não percebe ou não compreendem ainda o significado das diferenças entre os gêneros a não ser definindo-os biologicamente. A conceituação de sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres (BOURDIEU, 2003). Já o conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais elaboradas a partir da diferença biológica dos sexos.

Sobre os modos de subjetivação compreendemos como, a forma através da qual, cada sujeito reflete sua própria singularidade, ou seja, as maneiras de existir de cada sujeito, conforme a sua particularidade.

Para Lyra (2008), não existe uma única masculinidade ou uma única feminilidade, construída e solidificada sócio-historicamente. Podem existir modos diferenciados de “ser mulher” e de “ser homem”, existindo masculinidades e feminilidades.

Pois cada um tem a sua individualidade e singularidade para exercer os seus papéis de gênero, ou seja, teriam os seus modos próprios de subjetivação. Sem deixar de pertencer ao gênero feminino ou masculino, cada um com o seu modo particular de interagir no meio social.

Sendo assim, um homem não deixaria de ser homem, caso apresente um comportamento passivo, sensível ou carinhoso. E da mesma forma, uma mulher teria a sua singularidade respeitada, caso tenha um comportamento ativo, corajoso e audacioso. Para um homem é difícil falar de seus medos e inseguranças, pois temem não ser reconhecidos como homens, na medida em que acreditam e foram treinados para se mostrar sempre forte e corajoso, valente, que não foge de uma briga e nem leva desaforo para casa.

Como se homens não pudessem expressar sentimentos pessoais de fragilidade ou ciúme. Usam uma “máscara de silêncio” que dissimulam o vazio da vida afetiva. Sendo motivo de chacota, de violência psicológica e de rejeição, caso apresente comportamentos ou atitudes que se aproximem ou se assemelhem as do gênero feminino.

Para Rey (2004) um adolescente pode socialmente representar a sua masculinidade, de inúmeras formas, sem, no entanto, deixar de pertencer à categoria de homem. A masculinidade pode ser determinada pela religião, pela época, pelo lugar e pela sociedade, mas também está condicionada pelos elementos subjetivos, pela leitura e interpretação que o faz de sua condição, a partir de suas vivências e significados pessoais.

A subjetividade se reorganiza interna e externamente na relação com o outro e com a cultura. O contexto cultural tem o papel de regular as condições sociais de constituição do senso de si. Conforme Lerner e Castellino (2002), as práticas socioculturais influenciam a formação da autoimagem e das significações acerca de si.

Gonzalez Rey (2005) afirma que a subjetividade é a categoria-chave para a compreensão do psiquismo. A subjetividade coloca a definição da psique num nível histórico-cultural, no qual as funções psíquicas são entendidas como processos permanentes de significação e sentidos, colocando o indivíduo e a sociedade numa relação indivisível, em que ambos aparecem como momentos da subjetividade social e da subjetividade individual.

Segundo este autor a subjetividade seria o reflexo psíquico da realidade, a leitura de mundo que cada indivíduo realiza, conforme a sua ótica, por meio das suas percepções, significações e sentidos. O fato de a subjetividade referir-se àquilo que é único e singular do sujeito não significa que sua gênese esteja no interior do indivíduo.

Nas relações sociais do indivíduo, ele se apropria (ou subjetiva) de tais relações de forma única, por meio da sua interação social, se posiciona como pertencente ao gênero específico, de forma singular e ao mesmo tempo modelada pelo seu meio sociocultural.

Para Vigotski (1995) todas as funções psíquicas superiores estão relacionadas com a interiorização da ordem social, que são o fundamento da estrutura da personalidade. Sendo os processos psíquicos resultado da relação com as estruturas sociais.

A forma como indivíduo percebe a sua realidade está diretamente relacionada à atribuição dos seus significados e sentidos, produzidos a partir das suas relações sociais, seja com sua família, amigos, escola e a sociedade. O indivíduo como produto e produtor da sua realidade, atravessado por múltiplos determinantes sociais.

Segundo Mancebo (2002) chamamos de subjetividade o que é parte do tecido relacional e da trama social no qual todo indivíduo está sempre inserido. Desse modo, não existimos dissociados de um contexto no qual, a todo instante, ideias, emoções, significados, imagens e tudo o mais que denota a existência da subjetividade circula entre redes relacionais.

Guattari e Rolnik (1996) esclarecem que a “*subjetividade é essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida*”. Acrescentam que o processo de produção das representações sociais é injetado nas pessoas, por meio da linguagem, da família, dos equipamentos coletivos que nos rodeiam e da mídia.

Segundo os autores citados acima, a produção da subjetividade promove uma “*modelização que diz respeito aos comportamentos, à percepção, às relações sociais, às relações sexuais*” (p.28). Assim, a subjetividade é submetida a uma determinada ordem, cuja função é reproduzir e perpetuar modos de existência categorizados, previsíveis, enquadrados em referências preestabelecidas numa ação mais refinada, velada e eficaz do que em outros tempos.

Miranda (2000) explicita que a escola, a mídia, o trabalho e as formas de modelo econômico e político são vetores atuantes de subjetivação, em tempos atuais destacam-se por sua massificação e pela tendência a constranger a produção de subjetividades alternativas.

A subjetividade deve ser compreendida associada às relações de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete durante todo o processo de socialização primária e secundária.

As características humanas historicamente desenvolvidas se encontram objetivadas na forma de relações sociais que cada indivíduo encontra como dado existente, como formas históricas de individualidade e que são apropriadas no desenrolar de sua existência através da mediação do outro (JACQUES, 1998).

A partir do processo de singularização e das relações sociais, o indivíduo se reapropria dos novos componentes da subjetividade, ressignificando as crenças e os valores anteriormente impostos. Seu modo de pensar e suas atitudes são reconfiguradas continuamente.

Dadas às expectativas internalizadas pelo jovem, a identidade vai sendo construída num constante processo de vir a ser. Essa plasticidade ou possibilidades, é que faz com que o homem não crie apenas o mundo, mas crie sentido para o mundo em que vive, traçando caminhos, mudando sua rota, alterando sua "pré-destinação".

Pois há jovens que não se identificam com o "mundo dos homens", estes possivelmente sofrem tensões subjetivas por não atenderem as expectativas desse imaginário social. Uma sobrecarga do rótulo para legitimar a sua masculina.

Não se considerando nem "monstros" truculentos nem "pobres coitadinhos" dignos de piedade, alguns jovens, já há algum tempo, passaram a buscar uma nova configuração subjetiva que espelhe aquilo que realmente são sem adotar o tradicional modelo patriarcal.

Seres mutilados, filhos do sistema patriarcal que socializa de forma opressiva, violando o direito dos jovens de desenvolver a sua singularidade, uma sociedade que adota um processo de *diferenciação* rígido e unilateral. Rogers (1951), em sua teoria, prioriza a dimensão subjetiva e individual da pessoa, referindo-se ao mundo no qual o indivíduo se situa como sendo essencialmente subjetivo e pessoal.

Afirmar que "o organismo reage ao campo perceptivo tal como este é experimentado e apreendido, este campo é, para o indivíduo, a realidade" (p.468). Para Rogers, o mundo não existe em si, pois depende da percepção que o ser humano tem dele.

Dessa forma, a maneira como cada indivíduo existe no mundo, as suas escolhas e ações realizadas no cotidiano são orientadas pela percepção que ele tem de si, do outro e da sua realidade. Sendo tal percepção um referencial de realidade

que o ser humano possui. Fazendo a partir desta percepção, a sua leitura de mundo, filtrando as experiências que serão interiorizadas.

Figueiredo (2002) define o processo de percepção fazendo referência aos significados atribuídos como resultado da experiência anterior. A percepção está diretamente relacionada ao quadro de referência interno do indivíduo, um único estímulo pode ser percebido de modo diferente pelo mesmo indivíduo em ocasiões diferentes, dependendo das condições que se modificam.

Os elementos que mais contribuem para o processo de percepção são as características do estímulo, as experiências anteriores e as características da personalidade do indivíduo. Ao perceber, o indivíduo seleciona aspectos do meio, pois não são percebidos todos os estímulos simultaneamente. A percepção seria, assim, a seleção de estímulos por meio da atenção.

O estado psicológico de quem percebe é um fator determinante da percepção, seus motivos, emoções e expectativas fazem com que perceba, preferencialmente, certos estímulos do seu meio. Temos a tendência, portanto, a perceber o mundo mais como cremos ou queremos que ele seja do que como é na realidade objetiva.

Segundo Badinter (1993) o comportamento machista entre os jovens é favorecido não apenas pelos pais e por outros homens mais velhos, mas também por seus pares e até mesmo por suas próprias mães, pois elas mantêm ainda em grande parte o papel sociocultural de formadoras primeiras da subjetividade e da condição dos futuros machos que geraram.

Conforme Campolim e Lima (1998), o homem é cada vez mais masculino quanto mais ele assume, dentro dele, essa dupla identidade, da mãe e do pai, os aspectos masculinos e femininos. É bastante vulnerável o machista, e as mulheres sabem disso. Porque o homem que aniquila o feminino para parecer seguro de sua masculinidade está dando sinal de uma insegurança maior.

Segundo os autores citados seria o que a psicanálise descreve como processo de formação reativa, o machismo enquanto forma que encobre uma insegurança para parecer totalmente seguro. Vem daí os estereótipos do machismo, o domínio sobre a mulher, a postura de superioridade, que se traduz às vezes de uma forma cruel, são todas formas de expressão dessa formação reativa.

São formas de compensar o aniquilamento do que é identificado como feminino na personalidade masculina, como a sensibilidade, a manifestação de emoções do feminino. Para o homem, a identificação com os estereótipos femininos o desqualifica em relação às expectativas que se tem dele.

A concepção de uma identidade masculina e feminina não pode sugerir a ideia de uma essência ou de um substrato que é idêntico para todos (ROLNIK, 2009). Estas identidades seriam construídas singular e socialmente, tendo o seu aspecto subjetivo moldado a partir das experiências pessoais e das características da personalidade, bem como moldada pelo seu contexto social.

Márcia (1966) apresentou duas dimensões essenciais na formação de qualquer identidade: uma crise ou exploração, período de tomada de decisão, quando antigos valores e antigas escolhas são reexaminados, de forma tumultuada ou ocorrer gradualmente.

E na segunda dimensão, comprometimento ou compromisso, que reflete o sentimento de identidade pessoal, quando o adolescente faz uma escolha relativamente firme, que serve de base ou guia para sua ação, comprometendo-se com algum papel específico, alguma determinada ideologia, fazendo um investimento pessoal.

Para Bosma (1992) é por meio dos comprometimentos que o indivíduo se conhece e é conhecido pelos outros, refletindo assim, o sentimento de identidade pessoal, pois mediante aos seus compromissos avalia-se o tempo, a motivação, a atenção e o conhecimento investidos no objeto de seu interesse.

Tendo assim na constituição da identidade, os elementos individuais e sociais interdependentes, num processo contínuo de diferenciação e identificação das referências de gênero. A partir das experiências e significados compartilhados, o sujeito se reconhece e se transforma, engendrando novos sentidos, tomando posição, sob nova perspectiva, modificando assim, as suas atitudes e comportamentos compatíveis a sua percepção de gênero.

Sendo a noção do desenvolvimento humano uma construção, pensada em termos de processo, apostando que a vida se constrói a cada momento, um permanente devir (DELEUZE; PARNET, 1998), um vir a ser contínuo, onde os

indivíduos não possuem identidades fixas e impermeáveis, mas são atravessados por uma multiplicidade de acontecimentos.

Segundo Melo (2013) a identidade está em formação e o adolescente quer desbravar o mundo, sem o domínio e o controle da família, quer explorar alternativas, quer ressignificar suas experiências anteriores, dar novos sentidos as regras e normas impostas, quer ter a liberdade de descobrir-se, ousar fazer diferente da ordem moral e desafiar os limites da lei.

O homem pode apresentar uma dificuldade para demonstrar e falar de seus sentimentos, não pode mostrar-se frágil, sensível, apresentando uma dificuldade para o diálogo, deve ser macho, aquele típico grosseirão, pois homem que é homem não pode chorar.

Essa representação do que significa a *condição* e a *subjetividade masculinas* impede que muitos homens possam se entregar afetivamente em suas relações interpessoais quer sejam com as mulheres, com os filhos ou com outros homens.

A adolescência corresponde a um período de descobertas dos próprios limites, de questionamentos dos valores e das normas familiares, de intensa adesão aos valores e normas do grupo de amigos. Nessa medida, é um tempo de rupturas e aprendizados, uma etapa caracterizada pela necessidade de integração social, pela busca da autoafirmação e da independência individual e pela definição da identidade sexual (SILVA; MATTOS, 2004).

O encontro dos iguais no mundo dos diferentes pela formação dos grupos de adolescentes, como um lugar de livre expressão e de reestruturação da personalidade, marcada pela busca do “eu” nos outros na tentativa de obter uma identidade.

O grupo parece representar uma fonte de socialização menos repressiva que a família (MARQUES, 1996). Encontrando oportunidades para legitimar os próprios sentimentos e visões de mundo, norteados pela intensa identificação, compreensão, aceitação pelo grupo. Tendo a função de contribuir para potencializar a autonomia individual, mediando à consolidação da identidade pessoal e social.

Segundo Papalia e Olds (2000), os pares realmente exercem forte influência, mas em geral os adolescentes não “caem” num grupo de amigos, mas tendem a escolher amigos que sejam como eles próprios, influenciando-se mutuamente,

tornando-se mais parecidos. Os adolescentes associam-se a grupos que compartilham seus valores, atitudes e comportamentos.

Desencadeando um processo de identificações com pessoas, grupos e ideologias que se tornarão uma espécie de identidade provisória ou coletiva, a partir dos conflitos de valores adquiridos na infância, por uma busca do seu eu, autônomo, na expectativa de dividir suas angústias e padronizar suas atitudes e ideias, faz do grupo um lugar privilegiado, pois nele há uma uniformidade de comportamentos, pensamentos e hábitos.

E paulatinamente, vai internalizando novos conceitos, resignando suas experiências, por meio do processo de identificação e diferenciação, construindo a sua identidade, por meio das relações interpessoais.

A identidade grupal tem suas referências simbólicas são frágeis, prevalecendo entre os sujeitos à identificação imaginária, ou seja, tecida em torno da adesão a uma imagem compartilhada (CASTRO, 1998). E a partir dessa imagem social os membros desenvolvem a ilusão de identidade.

Hall (2002) aborda a identidade contemporânea como senso de pertença ou identificação a um coletivo (grupal, institucional, social, étnico, cultural, econômico) no qual os indivíduos encontram uma forma de dar continuidade de si, formando a sua identidade pessoal, a partir dos processos de identificação e diferenciação.

Segundo o autor citado acima as tribos caracterizam-se por sua homogeneidade, garantindo uma coesão interna, concebendo outros modos de ser e agir diferenciados da socialização primária, construindo de forma singular um senso de si mesmo.

As mudanças contemporâneas trouxeram impactos ao processo de formação da identidade do adolescente, percebe-se uma crise de referências simbólicas e institucionais claras e diante dessa realidade social, os jovens parecem buscar o sentido de si mesmos numa imagem idealizada e ilusória do outro.

O jovem tem a liberdade de fazer escolhas, de tomar as decisões sobre as principais questões da sua vida, quanto a sua profissão, com que irá se relacionar e sobre os diferentes modos como cada sujeito vive a sua “feminilidade” ou “masculinidade”.

Segundo Oliveira (2004) a masculinidade e a feminilidade deveria ser entendida como um *"lugar simbólico\imaginário de sentido estruturante"* (pp. 245). As identidades masculinas e femininas passam a ser uma construção subjetiva baseada em signos.

As identidades masculinas fundamentadas em signos de honra, prestígio e dominação, enquanto que as femininas teriam por base o signo de submissão e passividade, identidades que se reafirmam através das vivências interacionais e intersubjetivas.

Tais vivências são propiciadas através de condutas específicas padronizadas e excludentes. A legitimação da identidade é reproduzida pela mídia e por diversas outras formas de comunicação, que por sua vez, funcionam como formas de controle social, a partir do momento em que estabelecem determinados códigos masculinos e femininos assumidos como legítimos e adequados.

Identidade ao mesmo tempo em que traz a diferença, proporciona a igualdade. De acordo com Jacques (1998), a palavra identidade evoca tanto a qualidade do que é idêntico, igual, como a noção de um conjunto de caracteres que fazem reconhecer um indivíduo como diferente dos demais.

Segundo Lane (1986) seria no contexto grupal que a pessoa se identifica com o outro e ao mesmo tempo se diferencia dele, construindo assim a sua identidade. A inserção em novos grupos é uma característica do jovem, propiciando a experimentação de novas alternativas sócio-afetivas.

A tensão entre continuidade (identidade) e mudança (desenvolvimento), que marca todo o ciclo de vida, encontra na adolescência uma expressão peculiar, envolvendo o entrecruzamento de diferentes níveis temporais, o tempo retrospectivo da infância e o tempo prospectivo da vida adulta.

Na formação de sua identidade, no processo de diferenciação e identificação, há uma busca de reconhecimento, de poder, de status. Por exemplo, o porte de armas, há no imaginário de certos jovens, uma exaltação como símbolo de poder e de desafio de determinadas normas do convívio social. A visão de que um jovem que age assim, o faz por exibicionismo, para "se mostrar" e porque "vão me achar o máximo".

Quanto ao quesito coragem, como qualquer mortal, o homem jovem é vulnerável e capaz de sentir medo, mas deve sempre enfrentá-lo, o que lhe possibilita se tornar um herói e o livra da fama de perdedor e de fracassado. Duby (1990) nos lembra que a dor é antes de tudo assunto de mulheres, o homem deve desprezá-la, sob pena de se ver “desvirilizado” e de ser rebaixado ao nível da condição feminina.

Para Ayres (2003) a juventude estaria em vulnerabilidade por ser compreendida como a chance de exposição das pessoas ao adoecimento, e também, como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos e contextuais, que estão relacionados com a maior suscetibilidade ao adoecimento e ao mesmo tempo, com a maior ou menor disponibilidade de recursos de proteção.

Sobre essa objetividade masculina, Campolim e Lima (1998) alertam que os homens apenas parecem ser mais *pragmáticos*, mas na verdade não o são, escondem os seus sentimentos para parecerem mais racionais, suas oscilações emocionais estão camuflados em atitudes agressivas, seus medos soterrados pela angústia de parecerem fracos ou sensíveis.

É peculiar ao homem a tendência de sempre se expor ao medo. “Nenhum sentimento de medo se perde, mas seus esconderijos são sempre misteriosos” (CANETTI, 1987, p. 65).

Quanto a esta questão, Lins (1998) nos lembra que o enfrentamento do medo e a expressão de emoção são atributos heróicos: “*sofrer como uma mulher, morrer como um homem* parece ser a sina do guerreiro ou do herói.

Mead (1951) abriu caminho à ideia da multiplicidade masculina e feminina, afirmando que diferem conforme a época e a cultura, segundo a classe social, a raça e a idade. A autora traz uma questão: “*quantos homens cabem num só?*”. Parte-se, do pressuposto de que há um modelo hegemônico de masculinidade e que este requer muitas vezes que o homem se molde às regras normativas impostas pela cultura.

As masculinidades hegemônicas operam como ideais construídos historicamente e se apresentam como as formas corretas e mais apropriadas de se viver como homem no atual momento (CARRIERI, 2008).

Estudos evidenciam que a fase da adolescência corresponde a um fenômeno biopsicossocial, cuja identidade é um processo constantemente determinado, modificado e influenciado pela sociedade (KALINA, 1999). Há mais de duas décadas, Feigen-Fasteau (1980) já apontavam os perigos físicos que rondam a “fortaleza do jovem macho”, induzido a sofrer acidentes ao praticar esportes, “hobbies” ou mesmo vícios arriscados, pautados nos símbolos sócio-culturais da virilidade.

Como observou Ciampa (1989) às diferentes possibilidades de configurações de identidade estão relacionadas às diferentes configurações da ordem social. Algumas questões psicossociais postergam as escolhas e tomadas de decisão, retardando o processo de formação de identidade.

A identidade não pode ser analisada como estável ou imutável, mas sim como um contínuo processo de identificação. São acrescentados à vida cotidiana novos acontecimentos e significados, tornando o homem e o mundo "qualitativamente" diferentes, pois como matéria estamos em constante transformação.

Nas últimas décadas quebraram-se padrões estabelecidos durante longo tempo. Ainda não se firmaram outros que já nos possam servir de referência, tudo é muito recente, estamos mergulhados no olho do furacão.

Não temos certeza das oportunidades que nos são oferecidas em cada esquina. Estamos fazendo bom uso delas ou ainda nos assustam demais? E esse medo é infundado ou é razoável? Essa mulher do século que finda, gerenciadora de sua vida e sua profissão, menos algemada a convenções arcaicas, pode ser mais íntegra e mais realizada? Mas não está mais livre? Corre perigo de ficar tão aprisionada nas máquinas e as organizações.

Guattari e Rolnik (1996) contrapõem-se à visão de que a subjetividade consiste na sua dimensão intrapsíquica, afirmando que a subjetividade não se situa no campo individual, mas sim no campo dos processos de produção social e material.

Assim, a subjetividade enquanto processo de constituição do psiquismo possibilita ao homem apropriar-se das produções sociais (universalidade), a partir de determinadas condições de vida (particularidade), que constituem indivíduos únicos (singularidades).

A singularidade seria, portanto, o que distingue um homem dos outros, é o que o torna único, produto da história das condições sociais e materiais, a sua singularidade seria a forma como ele se relaciona com outros homens.

Nessa dinâmica complexa, todos são afetados pelo outro e simultaneamente, afetamos. Assim, o outro se instala em nós e atravessa a nossa subjetividade. A identidade não é fechada, privada e pura (DOMÈNECH; TIRADO; GÓMEZ, 2001).

A juventude seria um período da vida marcado pela ocorrência de grande instabilidade e conflito, com mudanças de temperamento, acessos frequentes de raiva e uma mente constantemente inquieta, em torno do conflito entre identidade e difusão de papéis.

As dimensões institucional, sociocultural, histórica e biológica estão em constante interação, enfatizando a singularidade, criticando a hipótese de uma adolescência universal, compreendendo-o como um indivíduo inserido em um contexto (CARVALHO, 1996).

Mead (1951) já nos apontava, que a adolescência nada mais é que um "fenômeno cultural" produzido pelas práticas sociais em determinados momentos históricos, manifestando-se de formas diferentes e nem sequer existindo em alguns lugares.

Pensar a respeito da identidade implica o questionamento e a revisão da concepção de "sujeito universal, estável e imutável". Vislumbrar a existência de uma identidade descentrada, múltipla, fluida e em constante devir requer que nos libertemos do conflito entre as polaridades.

Na relação do indivíduo com o meio, outros significados vão sendo dados e internalizados mesmo que imperceptíveis. A identidade pode ser caracterizada como em movimento e possibilidades, pelo ato de refletir o que temos sido e o que podemos ser. São possibilidades que permitem ao homem a construção da sua singularidade, da sua identidade e de seu vir-a-ser (CIAMPA, 1989).

Superando a falsa dicotomia dessas duas instâncias, individual e social, chega-se a conclusão que é na articulação destas que é tecida a identidade. Não há uma separação, entre a identidade individual e a identidade social, elas se confundem. A individual se dilui na social tornando-a uma só. Para existir uma, é

necessário as duas. Compreendida em sua totalidade, um processo dinâmico e relacional, um constante devir.

Existindo diferentes masculinidades e feminilidades que se vinculam a diferentes formas de ser homem e de ser mulher, constituindo ao mesmo tempo uma experiência subjetiva e social.

Dessa maneira, entendemos a masculinidade e a feminidade como uma construção individual e social, permeada por códigos, valores e simbolismos, atrelada a outras dimensões como classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, reproduzidos e reconstruídos por várias instituições sociais (PROMUNDO, 2009).

Segundo Merleau-Ponty (1999) o homem não é um ser puro, pois transparece na intersecção de suas próprias experiências e na intersecção das experiências do outro, pela engrenagem de umas nas outras, ele é, portanto, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade, retoma as experiências passadas nas experiências presentes, na experiência do outro as próprias experiências.

Parece difícil desenvolver uma identidade, aparentemente, saudável sem ter tido sucesso nas tarefas desenvolvimentais anteriores e sem um fundamento de valores sólidos. Nossos adolescentes se encontram com um mundo de escolhas que se deslumbram aos seus olhos. São livres para escolher entre as mais variadas religiões, depara-se com diversos códigos morais e encontram-se frente a uma série de grupos diferentes, que têm crenças diferentes e proclamam práticas diversas.

Considerando Alcadipani e Eccel (2012) não existe uma configuração única e universal do ser masculino e ser feminino será no contexto histórico-social preponderante que serão construídos conforme a sociedade e época.

### **3.1 Relações de Gênero: O processo singular da realidade**

Enquanto o sexo no conceito biológico diz respeito ao tributo anatômico, sexo no conceito de gênero refere-se ao desenvolvimento das noções de masculino e feminino como uma construção social (CARLOTO, 2001).

Ao gênero está associado o estereótipo, generalizações, classificações (rotulagens) ou pressupostos, que as pessoas fazem sobre as características ou comportamentos de grupos sociais específicos ou tipos de indivíduos.

Muitos estereótipos são geralmente adquiridos na infância sob a influência dos pais, familiares, amigos, professores e através da mídia.

Os estereótipos de gênero seriam direcionados ao masculino e feminino. Antigamente ouvia-se muito que o papel da mulher era casar e ter filhos e o homem era visto como o provedor financeiro e tinha que focar em sua carreira. Outros muito comuns são aqueles que dizem que as mulheres são melhores para cozinhar do que os homens. Há ainda aqueles estereótipos que dizem que "os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor", "mulher no volante perigo constante" e outros estereótipos que estão associados ao preconceito.

Para o gênero feminino surgem alguns anseios específicos quanto à imagem da mulher ideal, passando pelo corpo, postura no jogo amoroso, no mercado de trabalho e atividades domésticas calcado em um estereótipo do imaginário social. Espera-se que seja sensível, pois é o sexo frágil e vulnerável emocionalmente, preferem concordar e aceitar, para evitar confrontos, prefere ser a pacificadora e ficar calada para evitar brigas.

Algumas características atribuídas às mulheres, que seja do lar, limitada ao âmbito doméstico, com sua função reprodutiva, responsável pelo cuidado e educação dos filhos, dependente economicamente do marido, que seja submissa e passiva, que obedeça às ordens e não questione, percebendo-se como alguém que está sempre errada, diante da verdade absoluta masculina.

Como discute Hall (1997), estereotipar faz parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira entre o "normal" e o "desviante", o "normal" e o "patológico", o "aceitável" e o "inaceitável", o que "pertence" e o que "não pertence", o "nós" e o "eles". Estereotipar reduz, naturaliza e conserta as 'diferenças', excluindo ou expelindo tudo aquilo que não se enquadra, tudo aquilo que é diferente.

Como se existisse um comportamento padrão e tipos de personalidade adequadas para mulheres e homens, como regras de como devem ser e se comportar, quando não agem da forma esperada, recebem julgamentos e críticas, muitas vezes severas, pois fugiram do padrão ideal de "ser menino" e de "ser menina".

De acordo com Suárez (2000) a composição de gênero determina os valores e modelos do corpo, suas aptidões e possibilidades. Criam paradigmas físicos, morais e mentais, cujas associações tendem a homogeneizar, desenhando em múltiplo registro o perfil do homem e da mulher.

Significa dizer que, ao tratar de *gênero*, estamos lidando com práticas, símbolos, representações, normas e valores relativos à *diferenciação* sexual, datados historicamente, presentes na cultura e compartilhados pelos indivíduos inseridos numa dada sociedade.

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesmos, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com nas relações sociais com a família, na escola, no bairro, com os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos, de outros sujeitos investidos de seus sentimentos, posições e regras sociais de atuação.

A criança nasce em um mundo que é estruturado por representações sociais de gênero e através dessas representações ela é construída. As representações de gênero fornecem uma referência importante por meio da qual a criança adquire uma identidade que lhe permite situar-se no mundo social (DUVEEN, 1999).

Enquanto criança o mundo já se encontra mundo constituído e sobre ela lançam-se as expectativas da sociedade, porém ao entrar na fase da adolescência, o indivíduo poderá tornar-se livre para fazer as suas escolhas, enquanto ser ativo que se apropria da realidade social, atribuindo um sentido pessoal às significações sociais.

Para Sartre (1987) o homem inventa a si mesmo. Ele constrói sua história de acordo com suas escolhas e com o caminho que opta tomar. Pois “não existe determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade.

Assim, Sartre fala da liberdade, da responsabilidade, da capacidade de escolha e da angústia que isso pode causar, e de que somos condenados a sermos livres, somos responsáveis pelos nossos próprios atos: “*o homem é responsável por si mesmo, o homem se escolhe a si mesmo*”.

Devido à progressiva multifacetação assumida pela família, desde o tradicional modelo conjugal de pai, mãe e filhos (ainda dominante), mas também

configurações com mães ou pais solteiros, pais homossexuais, agrupamentos diversos, já não podemos reconhecer um modelo sócio-familiar único (LINS; BEZERRA, 1999).

Os estudos revisados convergem no sentido de acumular evidências de que as transformações ocorridas, com as novas composições familiares, associadas à forma específica como os pais foram educados, mudanças na organização social, na estrutura e no funcionamento das famílias nos últimos tempos, estão na base de diversos problemas psicológicos contemporâneos.

Batista (2003) complementa que a construção da identidade ou identidades vão se moldando quando um determinado grupo se apropria de seus valores e manifestações perpetuando-os na sua história, passando de geração a geração. A relação entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário histórico-cultural se alimenta destes para se auto-sustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo.

Alguns jovens se esforçam para redefinir um novo modelo masculino diferenciado, na defensiva do *macho* e que não propicie a manutenção dos valores tradicionais, outros tentam se mostrar conformados ou adaptados ao modelo tradicional, alguns, ainda, apresentam uma fachada de aceitação das inquietantes transformações recentes das *relações sociais de gênero*, mas a elas se contrapõem quando surgem situações para as quais não se sentem preparados para lidar.

Os jovens já não se reconhecem no modelo patriarcal de *macho*, pois se afastaram de muitos dos seus valores tradicionais, mas ainda não incorporaram novos princípios que os mantenham confortáveis nesse contexto que vem se configurando. A identidade é o ponto de referência, a partir do qual surge o conceito de si e a imagem de si, de caráter mais restrito. Seria mais sensato dizer que essa singularidade, o reconhecimento pessoal dessa exclusividade, não é construída, mas vai *sendo* construída.

Em alguns casos agravados pela ausência de um modelo familiar bem estruturado, a frequente debilidade, a embriaguez e/ou a violência paterna são tão aversivas que o filho se recusa veementemente a se identificar com qualquer manifestação de virilidade, investindo em fazer desaparecer toda similaridade com a figura paterna e masculina.

Na falta de um modelo de identificação masculina na figura paterna no lar, pois o pai está ausente, senão física, mas (ou também) simbolicamente (CORNEAU, 1993) é comum que os adolescentes busquem, fora de casa e longe dos pais, novos canais de expressão de sua virilidade e da frustração com o ambiente familiar.

Desta forma, mais do que simplesmente aderir a um instinto gregário, buscam romper com e se afastar da figura paterna e também, da cultura predominantemente materna e feminina vivenciada em casa para incorporar-se a uma cultura masculina (BADINTER, 1993) externa ao lar, em que a *violência* é um meio de expressão costumeiro.

A masculinidade e a feminilidade não são efeitos apenas de complexas construções socioculturais, mas também de construções subjetivas, processuais e mutáveis, distante de uma configuração de significados fixos ou naturais.

Para Stoller (1993) o *gênero* tem conotações psicológicas e socioculturais, tratando-se de uma construção minuciosa, contínua e quase imperceptível. Certos modelos de conduta e expectativas desenvolvidos a partir das relações sociais durante todo o processo de crescimento e desenvolvimento dos adolescentes determinando papéis de gênero e funções hierárquicas de poder.

Os diferentes papéis de gênero dependem dos costumes de cada lugar, de cada época, de cada experiência cotidiana pessoal, bem como da maneira que se organiza a vida familiar e política de cada sociedade. A sociedade nos convoca a ocupar determinadas performances sociais e a incorporar identidades preestabelecidas. Sugerindo-nos modos de “ser” tidos como ideais, nos conduzindo pelos seus moldes, como garantia de sucesso e realização pessoal.

O teórico aponta as transformações marcantes desta fase, referindo-se a um conjunto de processos que vão desde maturação biológica à adoção de novos papéis sociais e de gênero, no curso dos quais o adolescente ressignifica a si, o outro e à realidade.

As diferenciações, hierarquizações e posições desiguais de gerações e de gênero dentro do contexto familiar propiciam o surgimento de algumas condições de conflitos, como as brigas e disputas, entre pais e filhos, durante a adolescência, geralmente acompanhados de uma diminuição na proximidade do convívio.

Enquanto na infância a identificação (a imitação) constitui o principal dispositivo de socialização, na adolescência a diferenciação ganha maior importância. Surgindo os conflitos, devido à necessidade premente de diferenciação indivíduo/outro, um processo de separação que ocorre paulatinamente, de distanciamento entre os adolescentes e as antigas figuras de referência, como a família e a escola (SANTROCK, 2003).

Almeida (2000) observa que a oposição entre as identidades masculinas e femininas pode ser explicada pelo fato de, nas diversas culturas, a educação dos meninos tende a seguir padrões diferentes dos estabelecidos para as meninas, havendo uma estimulação para continuamente expressar a sua virilidade por meio da rejeição de comportamentos tidos como femininos.

Não é somente no contraste com o corpo feminino que a masculinidade é elaborada, mas no contraste com os outros homens, outros corpos, a partir de parâmetros tidos (e negociados) como masculinos (MELO, 2013). Homens formam a sua identidade a partir da diferenciação de outros homens inclusive.

Desde pequenos, os meninos aprendem a valorizar aquilo que diz respeito à sua sexualidade, particularmente o seu pênis e a desvalorizar a sensibilidade feminina como algo inferior, sem sentido, confuso e instável, terminando por desqualificar seus próprios sentimentos, entendidos como “coisa de mulher”.

Aprendem a regra e transformam-na posteriormente em uma crença de que as atitudes combativas e agressivas devem ser incorporadas pelos homens como atributos biológicos e naturais (NOLASCO, 1993) esperados de todos os homens. Desde cedo, o menino aprende que deve se diferenciar da feminilidade primitiva, representada por sua mãe. Assim, os homens aprendem que devem frequentemente (re) afirmar sua masculinidade, tanto para si mesmos quanto para os outros.

Na sua maneira de resolver conflitos utilizam-se da força, se preciso for podem ser violentos. Homens não levam desaforo pra casa e nem gostam de ser contrariado, tem consigo sempre a verdade e se faz obedecer pela autoridade máscula.

Com relação à atividade sexual para as meninas, a sociedade tem por base o ideário religioso e culturalmente enraizado, o lugar da castidade vinculada à pureza,

de forma que, ao não cumprir recebe-se um novo nome social, seja o de “vagabunda” ou “mulher fácil”, dentre outros.

Quanto aos meninos, quanto mais sexo melhor. Uma sociedade em que as mães de meninos com muito orgulho diziam “*prendam suas frangas que o meu galo está solto*” (SCHNOOR, 2013). Já para as jovens, ficariam difamadas e julgadas como mulheres “*que não merecem respeito*”.

Além disto, considere-se a obsessão pelo desempenho sexual, a vivência da violência pessoal e coletiva, a competição e o estresse profissionais, mas que, por outro lado, o fragilizam, pois frequentemente se vê acometido de ansiedade, de angústia, de temor do fracasso e de claras dificuldades com a expressão de seus próprios sentimentos, muitas vezes tendo como consequência o desenvolvimento de doenças psicossomáticas, uma espécie de autoviolentação, ou a manifestação de comportamentos compensatórios de violência, cujas principais vítimas acabam sempre sendo as namoradas e seus pais.

Estas questões concernentes ao ambiente macrossocial, como a iniciação sexual precoce, ameaça da drogadição e a possibilidade de contaminação pelo vírus HIV (uma vez que tem crescido assustadoramente o número de adolescentes contaminados), associada às características de imaturidade emocional, impulsividade e comportamento desafiador, resultando no engajamento em comportamentos considerados de risco, em função da própria curiosidade, do desejo de explorar e de buscar novas descobertas (REBOLLEDO; MEDINA; PILLON, 2004).

Aos jovens homens surgem às exigências de comprovação da virilidade através do desempenho quase obrigatório de um papel ativo, devendo estar sempre disponível e disposto a exercer o lugar de “macho”. Há uma preocupação em demonstrar, comprovar e reafirmar sua virilidade.

Uma iniciação sexual precoce aliada à prática de fazer filhos, conhecida como a era do “amor líquido”, pautada no aqui e no agora, no aceleração e na superficialidade das relações, onde não se “tem” filhos, mas se “faz” filhos (BAUMAN, 2004).

Existindo horários delimitados para sair e para voltar da rua, roupas adequadas e diferenciadas para cada gênero, caso fujam do padrão correm o risco de ser discriminado, como o sexo vulnerável que está pedindo para ser estuprada.

Sendo assim, as diferentes situações de vulnerabilidade dos sujeitos individuais e coletivos podem ser particularizadas pelo reconhecimento de três componentes interligados, o individual, o social e o programático ou institucional.

A virilidade pode ser descrita, segundo Bourdieu (2003), como a capacidade reprodutiva, sexual e social, assim como a aptidão ao exercício da violência por parte do jovem. Por exemplo, ritos escolares ou militares consistem em provas públicas de virilidade, “orientadas no sentido de reforçar as solidariedades viris” (BOURDIEU, 2003, p. 65).

Determinadas provas de coragem, requeridas pelo grupo de pares obrigam os jovens a recusar medidas de cuidado, desafiando situações perigosas, a fim de que se mostrem bravos, sob o risco de serem taxados como delicados, fracos, o que poderia desqualificar suas masculinidades.

Assim, o que chamamos de coragem muitas vezes tem suas raízes em uma forma de covardia, baseada no medo viril de ser excluído do mundo dos homens. Muitas vezes as condutas “hipermasculinas” são fruto da necessidade de afirmar-se positivamente perante outros grupos diante dos quais os homens se contrapõem.

O jovem é vítima de uma série de fragilidades, tanto físicas quanto psíquicas. Este protesto de autoafirmação viril é dirigido antes de tudo à sua mãe, mas logo se estendem às demais mulheres, aos outros homens e ao próprio mundo, além dele mesmo, o que pode explicar, pelo menos parcialmente, as razões da *violência* ser um atributo essencialmente masculino.

Essa condição pode adquirir relevância social e simbólica quando os grupos masculinos, particularmente aqueles formados por jovens, colocam-se diante de situações em que podem sofrer danos físicos ou até perderem a vida, desafiando-se mutuamente e afirmando-se enquanto homens.

Para Bourdieu (2003) a virilidade ideal revela sua enorme vulnerabilidade, impelindo os homens a engajarem-se em jogos violentos, especialmente naqueles que são símbolos exaltados de masculinidade, como os esportes de luta.

Essa disposição para comportamentos que expressam a virilidade perigosa, inclusive as bravatas masculinas, pode desencadear consequências negativas para os jovens, como é documentado em algumas pesquisas.

Nolasco (1993) destaca a propensão à negação da sensibilidade masculina, comum na educação dos homens e a atribui ao fato de que a dinâmica *subjetiva* sempre foi considerada “propriedade” das mulheres, o que levaria muitos homens, ainda hoje, a adotar para si mesmos parâmetros de comportamentos pautados nessa negativa ou numa pretensa *objetividade* masculina.

Assim, podemos compreender como muitos homens se vêem compelidos a manifestar coragem, ousadia ou mesmo violência diante de situações que lhes apavoram, com o intuito de obter o status e o reconhecimento de “*machos*”.

Sistematicamente as mulheres vêm avançando em diversos espaços sociais e conseqüentemente, provocam transformações nas *relações sociais de gênero*. Com a conquista cada vez mais visível de amplos espaços, o *poder* sociocultural atribuído aos homens vem sendo questionado e abalado até porque tal *poder* vem se revelando claramente fatal para os próprios homens.

Portanto, é necessário pensar os gêneros como construções relacionais e reativas, na sua interdependência, quando a feminilidade muda, ou seja, quando as mulheres tentam redefinir sua *identidade* ou sua própria *condição*, a masculinidade tenderia a se desestabilizar.

Uma explicação, pelo menos, parcial, e, portanto, questionável, dos dilemas e da confusão do homem contemporâneo, pois pressupõe que as mudanças masculinas seriam apenas uma reação a reboque das mudanças das mulheres.

O homem do final do século XX não sabe mais como se definir com clareza, pelo menos com a mesma segurança que parecia manifestar no auge do patriarcado, ou, se posso ousar dizê-lo de outro modo, a masculinidade vem sofrendo múltiplas transformações socioculturais e assumindo uma diversidade subjetiva tamanha que tornou também difícil sua definição por parte daqueles que se dedicam aos estudos da *condição* e da *subjetividade masculinas*.

Apenas recentemente, em especial a partir dos anos 60, começou a se desenvolver uma crescente, embora tênue e sutil, em muitos casos, reação antipatriarcal entre alguns homens, que, se já não adotam a postura e a linguagem

machistas características de tempos anteriores, ainda não encontraram uma atitude alternativa frente às diversas mudanças socioculturais que vêm se desenvolvendo nos últimos anos, particularmente quanto às conquistas das mulheres.

Atualmente, o *poder* dos homens sobre as mulheres e sua prole e as tentativas de impô-lo a seus congêneres não é mais o mesmo, pois muitos homens já não se reconhecem nele, tendo em parte se afastado dos valores patriarcais tradicionais, embora ainda não tenham clareza sobre quais seriam os novos valores socioculturais que poderiam mantê-los confortáveis nessa nova situação.

Nolasco (1993) afirma que no Brasil, desde o final da década de 80, a mídia tem questionado o comportamento masculino, o que de certo modo tem favorecido com que os homens venham mudando, ou, pelo menos, propiciando uma “autorização social” para que realizem tarefas até então consideradas femininas.

O que gerou certo reconhecimento e até mesmo uma valorização de situações cotidianas e de sensações que não lhes eram permitidas, sem o risco de serem considerados “maricas”, como ocorria anteriormente. A identidade coletiva vai se constituindo ao longo do tempo e dá o sentido de continuidade aos indivíduos, que adotam papéis, normas e valores válidos para todos os componentes do grupo, o que reafirma constantemente uma realidade objetiva e subjetiva.

Como indivíduos consumimos, desde cedo, ideias, valores, signos, modos de vida que têm relação com as condições culturais e com o contexto histórico em que vivemos. O modo de ser de uma pessoa pode refletir os valores e preceitos da sociedade massificada na qual vive.

A eficácia das representações não está na forma como os indivíduos desempenham suas habilidades socioculturais, mas na expectativa que a sociedade deposita para que desempenhem as funções esperadas. Aqui reside o sucesso ou a falência da aceitação de nossas representações sociais.

Representações de gênero, exatamente porque se referem a uma dimensão central de organização e poder social, carregando consequências também centrais para nossas definições de EU. Sempre pensamos em nós mesmos como homens ou mulheres, e dessas identidades sociais emergem exatamente à medida que internalizamos as representações de gênero (DUVEEN, 1999).

Segundo Mancebo (2002) fruto da tradição cartesiana, com seus binômios: mente/corpo, interior/exterior, razão/emoção, indivíduo/sociedade, masculinidade/feminilidade. O autor argumenta que é necessário superar essa dicotomia na compreensão da identidade.

A sociedade não percebe que há possibilidade de continuar sendo homem, tendo algumas características de mulheres, atributos estes impostos socialmente, não conseguem conceber a ideia de que uma mulher pode ser feminina, mesmo com alguma qualidade referente à categoria masculina.

São visões estáticas, fixas e fechadas do gênero, a sociedade sente dificuldade de conceber os diferentes modos de vivenciar o gênero, com uma percepção limitada, não concebem as diferentes “masculinidades” ou “feminilidades”, os diferentes modos de subjetivação do gênero.

Porém informa Nolasco (1993) que um pequeno número de jovens brasileiros começa a repensar como constroem seus vínculos afetivos e suas relações fora do crivo do estereótipo social para eles definido. Estes indivíduos buscam encontrar caminhos próprios para suas vidas, ampliando-os para além da redução a que ficaram submetidos pelo patriarcado que separa a “vida de um homem” da “vida de macho”.

Neste sentido, estes jovens procuram compreender as razões que os fizeram adotar um padrão de comportamento a que obedecem cegamente, reproduzindo os valores de um modelo social que o tutela e controla seus desejos. Os jovens estão interessados em repensar sua forma de adesão à vida e começam a avaliar o “preço que pagam” para manter esta senhorilidade e se perguntam se vale a pena sustentá-la.

A maioria das culturas e das sociedades costuma reforçar os comportamentos adequados aos homens, o conjunto de *manobras de defesa*: temor às mulheres, temor à expressão de qualquer tipo de feminilidade, particularmente sob a forma de ternura, de passividade, de dependência ou mesmo de cuidados dispensados aos outros.

Isto é, as atitudes do homem comum podem ser assim descritas: ser grosseiro, fanfarrão e briguento, tratar com violência e tornar as mulheres seus fetiches, buscar amizade apenas dos homens, mas odiar, desprezar e maltratar os

homossexuais, falar rudemente, desconsiderar as atividades das mulheres. Assim, o primeiro dever de um homem é: não ser uma mulher.

Percebe-se os padrões masculinos pautados na bravura como regras, o homem como incansável, sem falhas, veloz e bem-sucedido socialmente. Ao sentir dor, deve suportá-la e nunca se queixar, como é culturalmente permitido às mulheres que lhe são imputadas a ideia de submissão e de delicadeza.

Portanto utilizar os termos, jovem e juventude em vez de adolescente e adolescência, poderia ser mais adequado, pois estes não estão estritamente relacionados a uma faixa etária específica, nem a uma série de comportamentos reconhecidos como pertencendo a tal categoria. O conceito de juventudes poderia permitir a abertura de espaços para a diferença, ao invés de psiquiatrizar ou criminalizar os desviantes das normas impostas.

Juventude não no singular, mas adequado seriam juventudes, no plural, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição, como parte integrante de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, sendo significada distintamente por cada grupo social com seus respectivos modos de vivência.

Uma vez que, o conceito de juventude é uma construção social, apostando nas multiplicidades de existência e diferenças do indivíduo, não deveria se apoiar nos saberes oriundos de uma realidade normatizada e racionalizada, que analisa o indivíduo, construindo definições que o impede de novos fluxos e de que a vida ganhe força de expansão.

As chamadas civilizações modernas são heterogêneas, variadas, diversas e marcadas por profundas e constantes transformações, até que se reequilibre, ocorrendo novas mudanças. A vivência da adolescência não é um processo uniforme para todos os indivíduos, mesmo compartilhando de uma mesma cultura. Ela costuma ser, geralmente, um período de conflitos e turbulências para muitos, no entanto há pessoas que passam por esta fase sem manifestarem maiores problemas e dificuldades de ajustamento.

Sendo assim, como teorizar o desenvolvimento humano? Como um processo ordenável, sequencial e universal? Não é possível delimitá-lo com início e fim, dentro

de um enquadre científico, desconsiderando a subjetividade e a singularidade de cada indivíduo.

No próximo capítulo serão abordadas questões referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher, as relações de poder associadas as desigualdades de gênero, estatísticas e pesquisas informativas da realidade vivenciadas em espaços públicos e privados.

## 4 VIOLÊNCIA FAMILIAR E DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

### 4.1 A história e seus desdobramentos

Segundo Machado (2002) o combate à violência contra a mulher começou a ter visibilidade por meio das manifestações e reivindicações do movimento feminista, iniciado na década de 70. As mulheres militantes se organizaram tendo como objetivo oferecer à mulher um espaço de proteção, orientação e reflexão acerca da violência.

Em 1986, foi criada no Brasil a Delegacia de Defesa das Mulheres. Paralelamente, o movimento de mulheres foi adentrando no território político e conquistando espaços importantes que repercutiram na inclusão do debate, na agenda pública, sobre as principais demandas das mulheres, bem como a necessidade de uma instância em nível estatal responsável para atendê-las.

A Declaração de Viena de 1993 foi o primeiro instrumento internacional a trazer a expressão direitos humano da mulher, preconizando em seu artigo 18 que *“os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais”*.

De acordo com a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher de 1993 adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas,

Todo ato de violência baseado em gênero, que tem como resultado, possível ou real, um dano físico, sexual ou psicológico, incluídas as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, seja a que aconteça na vida pública ou privada. Abrange, sem caráter limitativo, a violência física, sexual e psicológica na família, incluídos os golpes, o abuso sexual às meninas, a violação relacionada à herança, o estupro pelo marido, a mutilação genital e outras práticas tradicionais que atentem contra mulher, a violência exercida por outras pessoas – que não o marido - e a violência relacionada com a exploração física, sexual e psicológica e ao trabalho, em instituições educacionais e em outros âmbitos, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada e a violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra (BRASIL, 2008, p.7).

No ano de 1994, realizou-se em Belém do Pará, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Entendendo por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Em 1996, a 49ª. Assembléia das Nações Unidas declarou que a violência é um grande e crescente problema de saúde pública ao redor do mundo, tendo consequências de curto e longo prazo para indivíduos, famílias, comunidades e países (KRUG, 2002).

Nesse passo, em 2003 foi implantada a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres com o objetivo de propor, coordenar e executar políticas públicas. Foram criados, também, os Conselhos dos Direitos da Mulher em nível nacional, estadual e municipal.

Em 2006, a justiça reconhece como crime a violência doméstica contra mulher, com a promulgação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

É bastante comum que se faça associação entre *violência* e comportamento masculino. O mito do homem violento é antiquíssimo e a presença da violência masculina, sem dúvida, pode ser reconhecida ao longo de toda a história da humanidade.

Na Grécia Antiga, o herói “surge aos nossos olhos externos e, sobretudo ‘internos’ como alto, forte, bonito, solerte, destemido, triunfador” (BRANDÃO, 1997, p. 52), ou seja, é dotado de características que o associam ao espírito guerreiro ou mesmo à violência.

Nas sociedades modernas, a violência vem assumindo facetas mais sutis, mas não menos presentes, a violência moral e a violência psicológica, caracterizadas pelo desrespeito da *honra* e as suas decorrentes manifestações violentas.

Nas sociedades consideradas “primitivas” ou arcaicas, a violência é descrita como um traço essencialmente masculino (BOURDIEU, 1999). Entre os séculos XVII e XIX, o Iluminismo criou e reforçou um conjunto de representações acerca do ser

humano, como o homem *trabalhador*, o homem *pai*, o homem *sexo*, o homem *emoção*, e, também, o homem *violento* (NOLASCO, 1993).

No transcurso histórico da humanidade a violência seria uma característica essencialmente masculina, pois a masculinidade sempre foi associada à força física e ao espírito guerreiro. Na representação social sobre imaginário masculino, o homem tem sido muito mais vinculado a figuras controladoras e autoritárias do que a figuras moderadas e pacíficas (NOLASCO, 1993).

Podemos situar nos Estados Unidos, em meados dos anos 70, o início dos primeiros questionamentos masculinos sobre sua própria *condição* viril. Alguns homens passaram a se perguntar se a *violência*, considerada atributo da virilidade masculina, não seria resultado da própria violência a que muitos deles foram submetidos na infância, que os teria transformado num estereótipo de apatia diante de sua própria *subjetividade*, de seus sentimentos afetivos e de seus *papéis* sociais.

#### **4.2 Relações de Poder e suas forças múltiplas**

Foucault (1979) fala sobre as relações de poder, sobre o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência.

Também traz a ideia do poder como verdade, que se institui, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão.

Segundo este autor as relações sociais de gênero são, também, relações de poder, estando relacionada a outros tipos de relações, deve-se supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nas famílias e demais instâncias socializadoras servem de suporte a amplos efeitos que atravessam o conjunto do corpo social.

Não há poder que se exerça sem uma série de objetivos, o poder atribuído aos homens é historicamente vivenciado a partir de várias manifestações e de

relações diferenciadas, e, portanto, se transforma, também, ao longo da história e nas diferentes culturas e sociedades.

Tal poder masculino é exercido de maneira intimamente ligada a outras manifestações correlatas que envolvem os processos econômicos, relações sexuais, o saber científico, as instituições sociais e políticas e outras manifestações de poder, sendo, assim, produtor de desigualdades e de consequentes conflitos.

Uma das formas mais comuns de violência contra as mulheres é a praticada por um marido ou um parceiro íntimo. A questão da violência é um dos graves problemas da sociedade e historicamente é relacionada às relações de poder e de desigualdades entre homens e mulheres, sendo uma problemática que atinge mulheres de diferentes classes, origens, escolaridade ou raça.

O poder dos homens é exercido nas instâncias sociais, sendo um gerador das várias diferenciações entre os indivíduos, e, particularmente, entre homens e mulheres. Embora as relações de poder entre os gêneros sejam objetivas, expressam-se de forma subjetiva e intencional.

Para Bourdieu (2003) a dominação masculina se naturalizou de tal forma que se tornou praticamente invisível, constituindo-se como universal nas sociedades humanas. O êxito e o poder se refletem em todos os homens, se são homens de verdade devem manter a família e dar-lhes a melhor situação possível, devem ser seus próprios senhores e mandar-nos outros homens e mulheres, deve triunfar e dominar.

Ter a capacidade física, moral e econômica de “assumir” todas as responsabilidades destinadas ao seu gênero conferem ao homem ganho e acúmulo de capital simbólico significativo perante a família, o Estado e a religião. Da mesma forma que o não cumprimento desses “encargos” o destitui dos atributos considerados fundamentais para sua representação de gênero.

Strey (2004) afirma que, embora a violência de gênero possa incidir sobre homens e mulheres, os estudos e estatísticas existentes demonstram que grande parte desta violência é cometida sobre as mulheres por homens, com consequências físicas e psicológicas muito mais graves, severas e daninhas para as mulheres.

De acordo com Medrado e Lyra (2003), para compreender a violência de homens contra as mulheres a partir da perspectiva de gênero, é preciso incluir análises sobre os processos de socialização masculinas e os significados de ser homem em nossa sociedade, na qual são educados para reprimir suas emoções, sendo a agressividade, incluindo a violência física, formas geralmente aceita como marcas ou provas de masculinidade.

Assim, expressões como “bruto”, “forte”, “agressivo”, “tem iniciativa sexual”, “vive mais na rua” e “gosta de pular a cerca” são utilizadas para representar o que é ser homem. Em oposição, as expressões “suave”, “sensível”, “doce”, sexualmente mais “passiva”, “fica mais em casa” e “se segura mais” eram utilizadas para o ser mulher.

Parafraseando Beauvoir (1967) para nos referirmos aos homens: “*Não se nasce homem, torna-se homem.*”. Scott (1989) refere-se ao gênero como origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de ser homem e ser mulher, construções culturais, criação inteiramente social de ideias preconcebidas sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

No que se refere ao eixo da dominação, o poder é o principal sentido que permeia as representações dos sujeitos, serem dominador serve de referência para a construção das representações de ser homem.

Como diz Pinho (2005) mais poder significa mais masculinidade e sua ausência, feminilidade, na medida em que masculinidade é uma metáfora para o poder e vice-versa. Em suas pesquisas mostraram que é no espaço doméstico onde acontece a maior parte das agressões às mulheres, legitimadas por uma ordem patriarcal de organização familiar, onde a dominação masculina é vista como natural.

Tradicionalmente, os homens são conduzidos à condição de provedor da família, sentindo-se obrigados ao trabalho fora de casa, enquanto as mulheres sentem necessidade de ficar junto aos filhos, não sendo fundamentalmente uma condição da natureza do sexo.

Assim, a mulher, ingenuamente, acredita que seu lugar mais importante é o lar, que nasceu para ser mãe, que deve sacrificar-se pelos filhos. Este autor diz que

tais ideias são meras construções sociais, procurando justificar o domínio do homem sobre a mulher.

Para Giffi (2002) por vezes estes homens perdem o controle da situação, agindo de forma intolerante a pequenos conflitos familiares, usam da força e da violência para lidar com a sua frustração masculina.

Há mulheres que cobram e exige um posicionamento de homem, no cumprimento de suas responsabilidades de mantenedor da casa, o que agrava ainda mais a sua sensação de fracasso, tem os que fazem uso de drogas para se autopunir e aliviar a culpa, outros reagem de forma violenta com sua família.

Não assumem explicitamente a sua incapacidade, mas interiormente se reconhecem como um fracassado, incapaz de atender as expectativas financeiras da sua família. Seria o desemprego e a crise econômica agravantes das violências domésticas.

Esse processo de não reconhecimento social, que se traduz por uma representação de inutilidade aos olhos da sociedade de produção, pode ser segundo Carretero (1999), o resultado do receio de perder a condição de “trabalhador”, cuja consequência seria a de pertencer à esfera da inutilidade, podendo, ainda, ser o fruto de uma prática de trabalhos socialmente desvalorizados e fisicamente desgastantes.

Freud (1996) já entendia que a identificação era a chave do conceito de identidade. Portanto o processo de diferenciação da figura materna e identificação com a figura paterna seriam fundamentais para o menino em seu processo de construção da sua identidade de gênero.

Muitos homens, para além da dita *crise*, tendem a refletir, a reagir ou mesmo a buscar as inegáveis transformações socioculturais que vêm ocorrendo, entre elas os avanços e as conquistas femininas em diversos campos, o que não deixa de lhes causar, muitas vezes, um evidente mal-estar.

Este incômodo parece-me, eventualmente tem como resposta uma reação agressivo-defensiva por parte de alguns homens, que fazem uso da violência, particularmente contra as mulheres e as crianças, bem como contra outros homens. Um mal-estar gerado por esta instabilidade devido às transformações nas relações sociais de gênero na atualidade.

Historicamente as características físicas determinavam quem deveria liderar, estabelecendo as funções de gêneros sociais. As mulheres por sua “fragilidade” física, consideradas doces e indefesas. O homem como o responsável pelo trabalho, pela mente, pelo saber, devido a sua força, é capaz de liderar enquanto que a mulher deve segui-lo (BOURDIEU, 2003).

Como se a mulher tivesse uma tendência a ser melhores que os homens em empatia, habilidades verbais, sociais e de proteção, dentre outras, enquanto os homens superam as mulheres em habilidades de independência, de dominação e habilidades matemático-espaciais, atividades que exigem força, agressão e outras características.

Os chamados papéis sociais se ligam a um conjunto de valores e atitudes socialmente determinados, correspondentes às representações e expectativas do ser homem e do ser mulher em todas as sociedades (CECCHETTO, 2004).

Historicamente as características físicas determinavam quem deveria liderar, estabelecendo as funções de gêneros sociais. As mulheres por sua “fragilidade” física, consideradas doces e indefesas. O homem como o responsável pelo trabalho, pela mente, pelo saber, devido a sua força, é capaz de liderar enquanto que a mulher deve segui-lo (BOURDIEU, 2003).

Como se a mulher tivesse uma tendência a ser melhores que os homens em empatia, habilidades verbais, sociais e de proteção, dentre outras, enquanto os homens superam as mulheres em habilidades de independência, de dominação e habilidades matemático-espaciais, atividades que exigem força, agressão e outras características.

Os chamados papéis sociais se ligam a um conjunto de valores e atitudes socialmente determinados, correspondentes às representações e expectativas do ser homem e do ser mulher em todas as sociedades (CECCHETTO, 2004).

O conceito do modelo hegemônico de masculinidade, definido por Connell (1995) é a configuração de gênero que incorpora a resposta da legitimação do patriarcado. Um modelo que não aceita a existência de masculinidades, mas sim, de uma masculinidade, devidamente viril.

A Pós-Modernidade não eliminou as dessemelhanças de gênero quanto às condições de homens e mulheres na sociedade. Embora a mulher tenha realizado

grandes conquistas sociais, a discriminação de gênero coloca-a ainda numa condição de inferioridade na comparação com o homem (SAFFIOTTI, 2004).

#### **4.3 Pesquisas e estatísticas sobre a Violência de Gênero contra a Mulher**

Segundo a pesquisa denominada mulheres e gênero, nos espaços públicos e privados, desenvolvidas pela Fundação Perseu Abramo (2013) no Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é violentada e a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre de violência doméstica. Dos crimes contra a mulher, 70% acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro e ainda 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.

A violência doméstica e o estupro são considerados a sexta causa de anos de vida perdidos por morte ou incapacidade física em mulheres de 15 a 44 anos, mais que todos os tipos de câncer, acidentes de trânsito e guerras, sem esquecer-se dos danos psicológicos.

Segundo a décima edição do Dossiê Mulher, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP, 2015), grande parte dos delitos cometidos contra as mulheres ocorre no espaço doméstico ou no ambiente familiar, dados sobre a violência no estado do Rio de Janeiro em 2014 registram, que as vítimas representam a maioria em oito dos onze títulos analisados: lesão corporal dolosa (64,0% dos registros são contra mulheres), estupro (83,2%), tentativa de estupro (91,3%), violação de domicílio (66,7%), supressão de documento (58,0%), calúnia/injúria/difamação (73,6%), ameaça (65,5%) e constrangimento ilegal (59,0%).

Pelo menos uma mulher a cada semana tornou-se vítima fatal da violência doméstica/familiar no Estado do Rio de Janeiro em 2014, sendo 12,4% das mulheres vítimas de homicídio doloso morreram em situação de violência doméstica e/ou familiar, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

Vítimas de tentativa de homicídio no Estado foram 35,5% das mulheres por violência doméstica e/ou familiar, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Isso representa uma média mensal de 23 mulheres vítimas de

tentativa de homicídio no Estado, que passaram por risco de morte pela ação de violência de seus companheiros ou ex-companheiros.

A importância dada ao problema é consequência direta das estatísticas alarmantes encontradas ao longo dos últimos anos, apontando para um cenário merecedor de enfrentamento imediato.

A Organização das Nações Unidas afirma que a violência contra as mulheres persiste em todos os países do mundo como uma violação contundente dos direitos humanos e como um impedimento na conquista da igualdade de gênero (ONU, 2005).

A declaração adotada pela 25ª Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres aponta que a violência contra a mulher “transcende todos os setores da sociedade, independentemente de sua classe, raça ou grupo étnico, níveis de salário, cultura, nível educacional, idade ou religião” (OEA, 1994, p. 02).

Pesquisa desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID (Guerra, 2004) aponta que o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro, chega a ser oito vezes maior que sofrer algum ataque violento na rua ou no local de trabalho.

#### **4.4 Tipos de Violência contra a mulher e suas sequelas**

É identificada na Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

- I. a Violência Física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II. a Violência Psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir

ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

- III. a Violência Sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a Violência Patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- IV. a Violência Moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Essas formas de violência ocorrem interligadas, sendo muito comum o ciclo iniciar com a violência psicológica e moral e pelo seu caráter evolutivo e progressivo dar sequência as violências físicas e/ou sexual.

A violência se inicia de uma forma lenta e silenciosa, progride em intensidade e consequências. O autor de violência, em suas primeiras manifestações, não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da mulher, avançando para o constrangimento e humilhação. Como mostra Miller (2002, p.16), o agressor, antes de “poder ferir fisicamente sua companheira, abaixa a autoestima de tal forma que ela tolere as agressões”.

Segundo esta autora a violência psicológica causaria dor ainda mais do que as violências físicas. Não deixam hematomas visíveis, mas afeta o emocional, fragilizando-o, não mata com faca, mas mata com a língua. A Violência psicológica é a forma mais subjetiva de agressão contra a mulher, diferente do que se imagina, não é preciso ser *agredida fisicamente* para estar em uma relação violenta. Algumas palavras e atitudes podem causar dano emocional e diminuição a autoestima tanto quanto a violência física.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005), a violência psicológica inclui a ofensa verbal e moral de forma repetida, reclusão ou privação de recursos materiais, financeiros e pessoais. Intensificada por uma tortura mental e convivência com o medo e terror, expressas de forma direta ou indiretamente, podendo provocar múltiplas consequências.

Este movimento da violência é sutil e muitas vezes imperceptível, com frequência, a mulher tende a justificar o padrão de comportamento de seu companheiro. Segundo a OMS (2005) são comuns relatos como: *“Ele estava nervoso, não fez porque quis”*, *“Ele tinha razão de ficar chateado”*, *“Eu o deixei irritado”*. Com isso a mulher legitima as atitudes do homem, contribuindo para a evolução da violência. Por isso, este tipo de violência deve ser analisado como um grave problema de saúde pública e, como tal, merece espaço de discussão, ampliação da prevenção e criação de políticas públicas específicas para o seu enfrentamento.

Algumas razões são relatadas pelas mulheres na experiência profissional, enquanto psicóloga do Núcleo de Atendimento na cidade de Resende, motivos como o *medo* de fazer a denúncia, procurar ajudar e a violência ser agravada, sofrer retaliação, medo da ineficácia das medidas protetivas da Lei, medidas consideradas brandas e de pouca eficiência. Algumas ouvem de seus parceiros *“Não ficarei preso”* ou *“Ficarei preso por pouco tempo e depois volto para terminar o serviço”*.

A vergonha de pedir ajuda também é relatada pelas mulheres, vergonha de se expor, vergonha de falar da sua vida íntima a desconhecidos, se sentem culpadas pela situação que vive vergonha de não conseguir por conta própria sair desta relação destrutiva.

A dependência emocional e afetiva, também é uma razão, relatam que seus parceiros não são *“cem por cento monstros”*, existem momentos de alegria e de prazer em família, *“é um bom pai”*, *“violento apenas quando bebe ou usa outras drogas”*, *“quem mais eu amei nesta vida, é quem mais me faz sofrer”*.

Sentem-se confusas e em conflito emocional, não tem clareza e certeza do que desejam fazer. Para Rodríguez (2002) o equilíbrio de uma família também é alterado quando um dos membros consome drogas, lícitas ou ilícitas. Vários trabalhos associam o alto consumo do álcool, abstinência da maconha e uso da

cocaína pelos homens como fatores relacionados à desagregação familiar, devido a mudanças de humor que repercutem desfavoravelmente, submetendo a mulher à violência física.

O consumo de álcool pelos agressores das mulheres que sofrem violência doméstica aparece em outros estudos, Meneguel (2000) ainda observaram que 37,2% usavam maconha e 32,7% cocaína.

Njaine e Minayo (2003) citam que o consumo de álcool, como uma droga lícita, começa cada vez mais cedo, os adolescentes copiam os modelos dos adultos na frequência do consumo e na embriaguez. O álcool parece ser a droga mais nociva ao funcionamento familiar, pois, por ser aceito socialmente, há largo consumo principalmente pelos homens.

Existem as idealizações e o sonho da família feliz, aquele de *“até que a morte os separe”*, reforçados pelas crenças religiosas, de que *“ele pode mudar, eu creio em Deus”*. Para os autores esta mulher tende a sentir-se frustrada por não conseguir manter a sua família. Não querem procurar a Justiça ou fazer o registro de ocorrência na Delegacia, não querem prender o pai dos seus filhos, não querem se separar. Querem apenas cessar a violência e manter um relacionamento mais saudável.

Razões subjetivas e psicológicas estão presentes, autoestima baixa, autoimagem distorcida, instabilidade emocional, insegurança para gerenciar a família sozinha e a sensação de culpa pelo fracasso do relacionamento. Sente-se incapaz e fragilizada emocionalmente para recomeçar.

Por vezes existe a dependência econômica, o homem é o provedor, o que sustenta a casa, o único que trabalha, embora violento não deixa faltar nada. Os filhos são pequenos e ainda dependem da presença da mãe ou por falta de creches, elas se vêem impossibilitada de trabalhar.

Razões socioeconômicas são apresentadas, não são poucos os casos em que as mulheres não têm para onde ir, não tem casa própria, não trabalham, tem muitos filhos e não tem uma rede de apoio familiar para abrigá-la. Saiu da casa de sua família devidos as condições precárias de moradia, com eles já moram outros agregados e poucos trabalham para o sustento da casa.

Rivera-Rivera (2004) mulheres com menor escolaridade encontram-se mais frequentemente nas faixas populacionais em condições de pobreza, o que favorece a exclusão social e baixa autoestima, reduzindo as perspectivas de que possam exercer atividades bem remuneradas no mercado de trabalho formal. O que seria como uma carta de liberdade para o exercício da sua autonomia financeira, tendo segurança profissional para garantir a sobrevivência familiar.

Segundo o autor seriam mulheres com histórias anteriores marcadas pela rejeição, abandono, dor e violência causada por sua família. As experiências de violência que se naturalizam, como fato corriqueiro, comum do seu dia a dia, vivenciadas, internalizadas e banalizadas por estas mulheres. Relatam que *“sempre foi assim, desde pequena sofro violência, fugi da casa dos meus pais por este motivo e hoje o meu companheiro também me mate”*.

Segundo Rivera-Rivera (2004) mulheres que reportam terem sido vítimas de violência durante a infância ou adolescência são mais susceptíveis de vivenciar agressões por parte de seus parceiros atuais.

Estas tendem a minimizar a violência, *“ele só me deu um soco, não tirou sangue de mim”*, *“vou levando assim mesmo, por enquanto dá pra aguentar”*, *“ele só faz ameaça de morte”*.

Não vêem a necessidade de buscar os seus direitos, tende a aceitar e justificar as atitudes do agressor, protelando a exposição de suas angústias até que uma situação de violência física, muitas vezes grave, ocorra.

Entre as várias consequências da violência contra a saúde da mulher podem-se destacar efeitos mortais, como assassinato, suicídio, mortalidade materna e efeitos relacionados com a Aids e efeitos que não são mortais, mas afetam a saúde física, como lesões, alterações funcionais, incapacidade permanente e transtornos crônicos. No tocante à saúde mental, identificam-se o estresse pós-traumático, depressão, angústia, fobias, transtorno do pânico, transtornos alimentares, disfunção sexual, baixa auto-estima e abuso de substâncias psicoativas (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2003).

Sob esta perspectiva de ordem histórica, a dominação masculina assume a faceta de uma violência simbólica, sustentada por ambos, pelo homem que

incorpora a dominação, reconhecida como natural e pela mulher que incorpora o seu lugar de submissão (ALCADIPANI; ECCEL, 2012).

Como apontado por Wieviorka (2006), as diferentes formas de violência, assim como as suas representações, não podem ser encaradas como fenômenos a-históricos e destituídos de subjetividade. Por meio desse olhar, torna-se possível a compreensão da complexidade das violências e como as suas diferentes formas são ora toleradas e ora condenadas, de acordo com momentos históricos e diferentes circunstâncias.

Tem, portanto, no componente cultural e social o seu grande sustentáculo e fator de perpetuação. Entendendo como a manifestação das relações de poder historicamente desiguais estabelecidas entre homens e mulheres.

Ao falar sobre esta temática, compartilhamos do olhar de Minayo (1999) de que a violência é um complexo fenômeno biopsicossocial. Na *configuração* da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais e do plano individual.

Muitos adolescentes estão sendo socializados pelo modelo hegemônico de ser "*homem macho sim senhor*". Já no namoro apresentam comportamentos sutis de violência, caracterizada por ciúmes e sentimentos de posse e controle das suas parceiras.

Pequenos sinais de violência moral e psicológica, veladas e implícitas como justificativa de demonstração de amor, "*faço porque quero o seu*", "*para a sua segurança*", uma violência emocional que por ter o seu caráter subjetivo, por vezes é desconsiderada.

Porém, conforme afirma Medrado e Lyra (2003) a tendência da violência é evoluir devido ao seu caráter progressivo, hoje, uma humilhação e constrangimento, em forma de violência moral, amanhã, a quebra de um objeto de apreço, para demonstrar poder até culminar na violência física.

A violência psicológica e moral causam marcas tão dolorosas quanto da violência física, marcas que corroem o emocional e a autoestima, lesões incapacitantes da alma, uma sensação de impotência para sair desse relacionamento destrutivo.

Por vezes, este parceiro é o único companheiro que esta mulher tem em sua vida, pois foi à troca pela sua família, era a condição estabelecida, se ficar com ele deveria sair de casa, como se tivesse feito a sua escolha, automaticamente deixa de ser considerada como filha.

E ainda existem casos, em que a adolescente também sofria violência na família, pelos pais, não tendo uma boa relação de convívio, relações marcadas por violências, lares por vezes com péssima estrutura afetiva e socioeconomicamente.

Não há muita vantagem em deixar o seu parceiro e retornar a família, até por que em sua casa, já residem os agregados, não há espaço para mais uma acompanhada dos seus filhos.

É possível observa nas relações com suas mulheres um sentimento de posse, domínio, controle, na figura do homem machista, resquícios da sociedade patriarcal, onde não pode ferir a honra masculina, a figura forte, quem manda e requer obediência, submissão da outra parte, quem determina e cria as regras, a figura autoritária, sente a necessidade de se impor, necessidade de estar sempre certo, não tem erros e sendo assim, considera que não precisa mudar. Nascimento (2001) traz o debate sobre o gênero possibilitando a oportunidade de se perceber os homens e as mulheres na sua pluralidade, com diversas possibilidades de exercício de masculinidade e feminilidade. Desta forma, feminilidade e masculinidade se transformaram em feminilidades e masculinidades para dar conta da diversidade da subjetividade humana.

A partir da perspectiva de uma inter-relação entre os gêneros é possível vislumbrar um cenário onde os homens sejam vistos como parte da solução e não mais apenas como parte do problema (SCHRAIBER, 2005), com uma abordagem centrada no caráter relacional do fenômeno.

Atualmente os estudos da área apontam que masculino e feminino não são universos opostos, dicotômicos, que se diferenciam, mas se complementam relacionalmente, ou seja, um “polo” se constitui através do outro (LOURO, 1997).

Dessa maneira, ao se falar de homens, necessariamente fala-se de mulheres, um implica o estudo do outro, e esta forma de entender as relações entre gêneros rejeita a interpretação de “esferas” masculinas e femininas isoladas, como se a experiência de uma nada tivesse a ver com a outra (SCOTT, 1989).

Orozco (1993) acrescenta que nenhuma prática isolada ou um determinado significado se constitui em uma mediação propriamente dita e destaca outras fontes de mediação tais como: a própria cultura, a política, a economia, a classe social, o sexo, a idade, a etnia e os meios tecnológicos.

Sobre as intervenções direcionadas à prevenção e atenção da violência, Saffioti (2004) aponta que as pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a mulher.

Apenas a mulher busca ajuda, apenas a mulher busca mudança, a outra parte permanece inalterada, permanece o que sempre foi, mantendo seus hábitos, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a mulher precisa de ajuda, mas poucos vêem esta necessidade do homem. As duas partes precisam de auxílio para promover mudanças na relação violenta.

Dessa forma, parece que os homens estão presentes no contexto da violência em diferentes lugares, sendo produto e alvo dos padrões de subjetividade orientados pelos modelos de gênero e pelas relações desiguais de poder em nossa sociedade.

Por fim, Nascimento (2001, p. 3) traz olhares importantes sobre a temática ao apresentar um esquema composto por três “silêncios” relacionados aos homens e à violência. O primeiro se refere ao “silêncio sobre os próprios homens e masculinidades”, ou seja, à invisibilidade dos homens como objeto de investigação, discussão e intervenção; o segundo é o dos próprios homens sobre “as questões do mundo privado, dos afetos e da intimidade, e da forma como lidam com elas”; e o terceiro “aos homens que recorrem à violência como forma de solução de conflitos nas relações intimidadadas”.

Para o autor, a compreensão desses silêncios e a possibilidade de construção de comportamentos alternativos às formas tradicionais de masculinidade podem promover uma maior equidade entre homens e mulheres e consequentes benefícios para toda a sociedade.

Para Giffi (2002) as relações violentas masculinas estão relacionadas ao desemprego, o que resulta em desestruturação da identidade masculina, refletindo violentamente em suas parceiras. Considerando que muitos homens buscam manter a imagem concebida pela cultura como socialmente desejável, entendendo que

*trabalhar* ainda constitui quase que necessariamente um requisito básico para a *construção* e a reafirmação dos *papéis* masculinos e como cidadãos dignos, especialmente neste momento histórico e socioeconômico, ronda-os como uma ameaça desestruturante.

Tem os sujeitos que experimentam, profissionalmente, uma vivência de relações de submissão, humilhação e menosprezo cuja natureza evidencia que tais trabalhos são considerados de segunda categoria, isto é, são vistos como ofícios inferiores e pouco qualificados.

A situação de risco como consequência da violência estende-se aos filhos destas mulheres. Presenciar violência conjugal aumenta nas crianças a probabilidade de sofrer depressão, ansiedade, transtornos de conduta e atrasos no desenvolvimento cognitivo (FANTUZZO, 2001).

Para este autor a violência é adotada como estratégia de sobrevivência e defesa, reconhecida como um “bem”, uma herança do pai, um modelo legítimo a ser copiado e esta forma se mantém e se recria.

Para Freud (1996) a identificação é o laço afetivo, transmitida de geração em geração, como forma de perpetuar a espécie humana. Os modelos que se estabelecem em família, possivelmente serão reproduzidos.

Assim, presenciar ou sofrer violência na infância pode resultar, na vida adulta, na aceitação de sofrer violência ou praticá-la como conduta comum e adequada. Conforme o modelo de identificação freudiano, seria uma reprodução mesmo que inconsciente a se repetir.

As elevadas prevalências de violência familiar presenciada ou sofrida na infância denunciam a vulnerabilidade do gênero, apontam para a violência contra a mulher em sua infância ou adolescência, reforçam a hipótese do uso da violência como padrão de conduta para a resolução de conflitos. Para Messina e Grella (2006) as experiências traumáticas de violência sofridas e presenciadas na infância têm uma forte relação com práticas criminais de adolescentes e jovens.

Permite também constatar que a repetição do vivido contribui para a disseminação da violência e sua perpetuação, como parte fundamental na estruturação do psiquismo humano. Este registro mental pode abrir mais chances, na vida adulta, para a repetição de comportamentos violentos (BENGHOZI, 2005).

Porém tem os casos de filhos que se recusam firmemente, não ser parecido com o seu pai, pois os consideram como “monstros”, têm raiva e revolta ao falar como eles tratam as suas mães. Se sentem indignados, muitos têm desejo de crescer para poder matá-lo, outros dormem com uma faca embaixo do travesseiro, se sentem impotente por não poder defender a mãe.

Outros já adolescentes preferem sair de casa, inconformados pela decisão da mãe de ficar com o agressor. Se sentem fracassados e culpados como filhos, o desempenho escolar fica comprometido, pensamentos suicidas são frequentes e tem os que começam a usar drogas.

O filho perde a figura masculina para se referenciar, o modelo mais próximo e presente é sua mãe, com seu carinho e sensibilidade transmite os seus valores de um modo todo feminino, tentando compensar os filhos pela ausência do pai.

Quando não tenta compensar a própria ausência, sendo passiva e permissiva, há mães que trabalham o dia inteiro para garantir a sobrevivência dos seus filhos, logo, os mesmos são educados pelas regras e normas do seu bairro violento.

A mãe é a figura de autoridade na casa, e o fato de ser, não raro, ainda bastante jovem, torna-lhe difícil o gerenciamento de todos os problemas e dificuldades decorrentes de ser pobre, ter muitos filhos e precisar mantê-los e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção da casa (SARTI, 1996).

Desse modo referente ao trabalho, no quesito das qualidades esperadas para o desempenho da função, atributos passivos como, paciência, fragilidade e emoção seriam atribuídas as mulheres e as qualidades ativas como, agressividade, força e dinamismo caracterizaria o masculino.

Segundo Zaluar (1994) a ausência da figura paterna, quer por abandono físico, quer por indiferença moral e psicológica, significou um acúmulo das funções maternas, agora também apontadas como a responsável pela moralidade da família. A construção da masculinidade hegemônica parece responsabilidade do pai, que irá coibir quaisquer anomalias comportamentais dos filhos, cabendo à punição aos desvios das regras sociais de gênero impostas.

Para Stoller (1993), quanto mais à mãe mantém a simbiose com o filho apesar de considerá-la relativamente normal nos primeiros meses de vida do bebê

do gênero masculino, maior será o risco de que a feminilidade se entranhe no seu núcleo de identidade do gênero. Para que o devido “corte” aconteça nessa relação simbiótica, o papel socializante do pai é deveras importante.

Esta perspectiva parece evidenciar uma posição paterna que deve ser exercida de forma afetiva e calorosa. Sendo assim os filhos do gênero masculino encarnam a imagem paterna para que possa ser concluído o processo de construção da diferenciação masculina, favorecendo com que o menino transforme sua feminilidade primitiva numa masculinidade.

No entanto, a diferenciação do homem em relação à figura materna e feminina não é o único determinante da construção da subjetividade masculina. Pois este menino também estaria inserido num grupo social (comunidade, escola, amigos) essencial para a sua formação.

Como objeto de prevenção e promoção da saúde a violência fundamentada no gênero se inclui na fundamentação do conceito ampliado de saúde que incorpora a compreensão e a mudança de atitudes, crenças e práticas e na sua ação, vai além do diagnóstico e do cuidado das lesões físicas e emocionais (HEISE, 1994).

O crescimento do interesse do setor da saúde em pensar no fenômeno da violência, de forma preventiva a partir das observações sobre o perfil de morbimortalidade no país e por suas urgências a partir dos dados epidemiológicos.

A questão da violência se transforma em problema para a área da saúde na medida em que afeta a saúde individual e coletiva, demandando a formulação de políticas públicas específicas e a organização de serviços voltados à prevenção e tratamento (MINAYO, 2003).

Para Schraiber (2005) a incorporação dos homens nos esforços de prevenção e atenção à violência contra as mulheres seria fundamental para a formulação de políticas públicas. Entendendo como uma questão de inter-relações entre os gêneros. Vislumbrar um cenário onde os homens sejam vistos como parte da solução e não mais apenas como parte dos problemas.

Além de ressaltar o entrelaçamento entre saúde, cidadania e direitos humanos. Por meio desta inter-relação entre os gêneros, com um novo olhar para o fenômeno das violências com suas variáveis interdependentes, no âmbito social, da saúde e da educação.

Devido à complexidade do fenômeno, o conhecimento a ser produzido pode ser construído por profissionais de diferentes áreas, destacando-se, entre outros, os profissionais da saúde, os cientistas sociais e da educação.

A violência sendo um fenômeno complexo e relacional, não pode ser compreendida sob uma visão fragmentada e simplista. Como um problema da área da Saúde ou da área da Educação ou um problema de ordem Social, tem os que pensam ser exclusivamente, um problema da Justiça. Que seria resolvido com medidas mais severas na Lei, punições mais graves, os que acreditam que a violência poderia ser extinta pela coibição e intimidação da Justiça. Aos que gritam *“O remédio contra a violência é a pena de morte”*.

Medidas preventivas precisam ser elaboradas em conjunto com a saúde, com a educação, com os serviços sociais e juntamente com os órgãos da justiça, na tentativa de minimização do problema, uma vez que as suas causas e os fatores desencadeadores são conhecidos.

Levaram-se décadas para construir os estereótipos, as representações sociais e os papéis desiguais de gênero não serão em anos que conseguiremos desconstruí-los. Porém acredita-se que uma vez construído cultural e socialmente, poderá ser desconstruído e reconstruído por meio de relações mais igualitárias entre os gêneros.

No próximo capítulo segue a classificação e os objetivos da metodologia da pesquisa utilizada, bem como o perfil, os critérios utilizados para a escolha da amostra dos participantes e a relação da pesquisadora com os participantes, o pressuposto epistemológico e as técnicas de coleta de dados.

## **5 METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **5.1 Classificação da Pesquisa**

Foi realizada uma Pesquisa Qualitativa, construída a partir do quadro referencial interno dos próprios sujeitos do estudo, cabendo ao pesquisador decifrar o sentido e o significado subjetivo, não apenas descrever os comportamentos.

Na perspectiva de Santos (1999) o pressuposto principal dessa abordagem é que não há padrões formais ou conclusões definitivas, a incerteza faz parte de sua epistemologia. As pesquisas qualitativas possuem características multimetodológicas, utilizando um número variado de métodos e instrumentos de coleta de dados.

Seguindo recomendação e aprovado pelo Comitê de Ética (CAAE 58193616.4.0000.5237), todos os participantes foram codificados para afiançar seu anonimato, segundo garantia apresentada e expressa em documento, pelo Termo de Consentimento Esclarecido, tendo a autorização preenchida pelos responsáveis legais e assinada também pelos mesmos, após o esclarecimento dos procedimentos da pesquisa e de sua finalidade.

### **5.2 Objetivos da Metodologia**

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de conhecer os significados subjetivos, as essências, os sentidos articulados ao discurso do sujeito da pesquisa por meio do qual o fenômeno se revela. Foi utilizado um enfoque fenomenológico, permitindo que o fenômeno se mostre tal como é, sem nenhuma interferência de valor, científica, religiosa ou do conhecimento cotidiano, de modo que foi possível apreendê-lo na sua essência, no seu modo próprio de ser, que o distingue das outras coisas, tornando-o evidente para a consciência dos participantes da pesquisa.

Utilizando o Grupo Focal e as Entrevistas Semiestruturadas como técnica de coleta de dados, visando compreender a individualidade e a intersubjetividade por meio dos sentidos e significados na relação com o gênero. Para discussão nos grupos focais foram utilizados os guias de tema como: processo de socialização,

gênero (feminino e masculino), representações e expectativas sociais sobre os gêneros e sobre as classes sociais, desigualdades sociais, juventudes, tipos de violência (violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, violência urbana, violência interpessoal, violência escolar) bem como as competências e as habilidades sociais como forma de resolver conflitos.

### **5.3 Perfil dos participantes e os critérios utilizados para a escolha da amostra dos participantes da pesquisa**

A pesquisa foi realizada em um serviço público, conhecido como Conexão Jovem, da cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro com 25 jovens de 13 a 17 anos, sendo 15 adolescentes pertencentes ao gênero masculino e 10 adolescentes se definem como pertencente ao gênero feminino.

Conexão Jovem trata-se de um serviço socioeducativo e os adolescentes que participam do programa, são considerados em situação de vulnerabilidade social, tendo suas famílias referenciadas ao CRAS e CREAS ou quando demandado oficialmente pelo Conselho Tutelar, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário.

Tendo esses adolescentes o seguinte perfil: pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; egressos (vindos) de medidas socioeducativas de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas; em cumprimento ou egressos de medida de proteção; egressos do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; egressos ou vinculados a programas e serviços de combate ao abuso e à exploração sexual e pertencentes a famílias com perfil de renda do PBF, inscritas no Cadastro Único.

Os critérios utilizados para a escolha da amostra dos participantes da pesquisa foram devido à experiência de seis anos como psicóloga do Núcleo de Atendimento as Mulheres foi observado que os filhos adolescentes reproduzem atitudes e comportamentos violentos, assistidos dentro de casa e nos demais ambientes sociais, alguns já estão envolvidos em violência contra a mulher (irmãs e namoradas), também pelo sofrimento psicológico por presenciar a sua mãe sofrendo violência.

Compreendendo a violência como aprendida é possível reaprender atitudes não violentas para a resolução dos problemas, a adolescência é uma produção social, sendo a noção de desenvolvimento uma construção, pensada em termos de processo, apostando que a vida se constrói a cada momento, um permanente devir (DELEUZE; PARNET, 1998), um vir a ser contínuo, onde os indivíduos não possuem identidades fixas e impermeáveis, mas são atravessados por uma multiplicidade de acontecimentos.

A adolescência corresponde a um período de descobertas dos próprios limites, de questionamentos dos valores e das normas familiares e de intensa adesão aos valores e normas do grupo de amigos. Nessa medida, é um tempo de rupturas e aprendizados, uma etapa caracterizada pela necessidade de integração social, pela busca da autoafirmação e da independência individual e pela definição da identidade sexual (SILVA; MATTOS, 2004).

A tensão entre continuidade (identidade) e mudança (desenvolvimento), que marca todo o ciclo de vida, encontra na adolescência uma expressão peculiar, envolvendo o entrecruzamento de diferentes níveis temporais, o tempo retrospectivo da infância e o tempo prospectivo da vida adulta. Segundo Carvalho (1996), a adolescência seria uma etapa de redefinição da própria identidade, com suas identificações e conflitos sobre o passado e suas perspectivas e antecipações a respeito do seu futuro.

Guardadas as diferenças de contexto, o jovem ainda traz significativas mudanças, quanto aos aspectos de adesão aos novos grupos de pares, a adoção de novos papéis de gênero na família e no trabalho, a adoção de perspectivas projetivas quanto ao futuro e a ressignificação da relação com o grupo familiar e social.

A representação social pode influenciar nas relações sociais, transformando e contribuindo para a construção de identidades pessoais e das unidades simbólicas (VALA, 1997). Que se produz e reproduz em diferentes espaços, como na família, escola, comunidade, trabalho e instituições.

Para Jobim e Souza; Passareli (2006) ainda que este grupo se encontra numa situação de vulnerabilidade social, acredita-se que são potencialmente capazes de constituir situações de proteção, bem como a sua capacidade de reação. Podendo

desenvolver recursos simbólicos que mobilizam para desativar ou contornar um evento negativo.

Porém para este autor a realidade pode ser transformada e ressignificada, quando os jovens resistem e negam o sistema, reinventando maneiras e sentidos para a construção do futuro, considerando adversidades e potencialidades.

As desigualdades sociais apenas indicadas pelas diferenças sociais podem ser reelaboradas a partir de uma relação social ativa entre diferentes, proporcionando um espaço de confluência e encontros de pontos de vista heterogêneos, devidamente organizados, que podem auxiliar na compreensão do problema e na busca por soluções.

Trata-se de consultar aqueles a quem se pretende beneficiar, os jovens não podem estar fora do processo de formulação das políticas públicas porque são eles que irão narrar à realidade do problema que se pretende combater.

Implicá-los na procura de alternativas para sair do estado de vulnerabilidade em que se encontram, criando estratégias metodológicas para as ações, com os seus coautores, sendo eles os protagonistas, a partir dos seus significados e sentidos, das suas demandas e de suas especificidades.

#### **5.4 Relação pesquisadora e participantes envolvidos da pesquisa**

Com a finalidade de promover espaços de escuta para destes jovens em situação de vulnerabilidades e o desenvolvimento de políticas públicas possibilitaria reposicioná-los no debate acerca das ações voltadas para essa população, identificando suas principais queixas, suas aspirações e expectativas em relação ao futuro, elaborando propostas a partir da sua singularidade e do contexto no qual estão inseridos.

A essência do grupo focal consistiu justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetivou colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos. Trata-se de utilizar o grupo focal no entendimento de como se formam e se diferem as percepções, opiniões e atitudes acerca do tema proposto.

Ao iniciar o trabalho, a pesquisadora expôs os objetivos da pesquisa e do grupo de forma honesta, rápida e genérica. Segundo Westphal (1996) a melhor maneira de introduzir o que se espera daquele grupo é francamente admitir que o moderador esteja lá para aprender. Só que este aprender deve ser colocado em termos de "entendimento incompleto" e não de total ignorância, o que obviamente pode soar falso.

O segundo passo foi explicar a forma de funcionamento do grupo. Além das regras gerais, sendo explicitamente enfatizado que não se busca consenso na discussão a ser empreendida e que a divergência de perspectiva e experiências é extremamente bem vinda.

O próximo passo foi garantir o total sigilo do material obtido, informado aos adolescentes desde início nas entrevistas e reforçada no grupo focal. Dado a importante que os participantes se sintam seguros de que o material ali obtido será utilizado somente para a pesquisa. Iniciou-se, então, a exploração do foco de estudo.

A condução do grupo focal ocorreu a partir de um roteiro de tópicos, relacionados primeiramente com as questões da investigação que o projeto em pauta visava responder.

Estes tópicos não foram expressos ao grupo em forma de questões, mas em forma de "dicas", de pequenos estímulos para introduzir o assunto. Com a utilização de cartazes, figuras, filmes e histórias como fontes de estímulo ao grupo.

Conforme WESTPHAL (1996) procurou proceder-se no grupo os mais variados papéis: solicitar esclarecimento ou aprofundamento de pontos específicos; conduzir o grupo para o próximo tópico quando um ponto já foi suficientemente explorado; estimular os tímidos; desestimular os tipos dominadores (que não param de falar) e finalizar o grupo.

Antes de iniciar os encontros foram realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas com os participantes do grupo focal. Com o objetivo de obter informações referentes à identificação pessoal, apresentação do pesquisador, como também das informações necessárias.

Buscando identificar os dados pessoais (data de nascimento; com quem mora em sua casa; quem trabalha na família; se em casa os filhos de gênero diferentes

recebem tratamentos diferenciados e perspectivas para o futuro) informações sobre as questões referentes ao gênero também foram avaliadas nas entrevistas, bem como a sua percepção sobre o que é gênero; quais as expectativas e representações sociais para o gênero masculino e feminino; sobre as oportunidades, direitos e deveres diferenciados conforme o gênero.

Ainda nas entrevistas semiestruturadas, foi tratada a temática da violência, questões como a definição de violência; os tipos de violências; como lidam com a frustração e a raiva; quais as formas de resolver conflitos; a percepção sobre os motivos de uma mulher sofrer violência; as características de um autor de violência contra as mulheres; exposição à violência em casa, na escola, na rua e na mídia.

O encontro foi realizado uma vez por semana, durante cinco meses. As reuniões tiveram a duração média de duas horas, sendo conduzidas pela pesquisadora, se mantendo focalizado no objeto da pesquisa.

Algumas das questões constantes no guia são citadas a seguir: O Processo de Socialização; Construção Social da Identidade; Diferenças de Gênero na Organização Social da Vida Pública e Privada; Juventude e Vulnerabilidade Social; Tipos de Violência; Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Violência de Gênero; Respeito às Diversidades; Desigualdade de Gênero e de Classe Social; Competências e Habilidades Sociais.

Este guia de temas serviu como um esquema norteador, por meio das seguintes literaturas, a primeira, gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. *caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009*, e a segunda literatura, Gênero fora da caixa: Guia Prático para educadores e educadoras, sendo um Projeto Juventude, Gênero e Espaço Público – 3ª edição, implementado pelo Instituto Sou da Paz/2011.

Os dados obtidos foram analisados, com o objetivo de conhecer os sentidos e os significados dos adolescentes sobre as expressões usadas nos grupos.

## 5.5 Pressuposto Epistemológico

Fundamento epistemológico estabelecido pela Fenomenologia que busca compreender o que acontece com o sujeito na sua interação com o mundo. Mayring (2002) ressalta que textos, assim como tudo o que é produzido e manifesto pelo ser humano, têm sempre conexões com significados subjetivos, com sentidos, defendendo a ideia de que uma análise de características externas não vai muito longe, quando não consegue revelar os significados subjetivos.

Para Palmer (1999) o termo fenomenologia significa estudo dos fenômenos, daquilo que aparece à consciência, daquilo que é dado, buscando explorá-lo. A própria coisa que se percebe, em que se pensa, de que se fala, tanto sobre o laço que une o fenômeno com o ser de que é fenômeno, como sobre o laço que o une com o Eu para quem é fenômeno.

Segundo Capalbo (1996) a fenomenologia proporciona o saber compreensão, que se fundamenta no rigor, pois procura valorizar o ser na sua singularidade, uma vez que se preocupa com o que se repete com o que se manifesta. A contribuição da fenomenologia está presente, através da nova abordagem, na renovação dos métodos e no encaminhamento dos problemas nas ciências humanas, de forma notável nas ciências sociais como a psicologia.

A Fenomenologia seria uma ciência que partiria “do zero”, sem pressuposições. O foco da Fenomenologia está no que é dado pela intuição. As essências correspondem a unidades de sentido observadas por indivíduos diferentes nos mesmos atos, ou pelo mesmo indivíduo em diferentes atos. As essências são as unidades básicas de entendimento comum de qualquer fenômeno (MOREIRA, 2002).

O exercício da fenomenologia implica numa experiência singular, pouco usual: a suspensão de todo e qualquer juízo a respeito do fenômeno para o qual a nossa consciência se volta. Deixar de lado todo conhecimento ou crença a respeito do fenômeno pesquisado, como se dele nada soubesse, como se fosse à primeira vez que entramos em contato com o fenômeno sobre o qual nos debruçamos.

Uma psicologia fenomenológica pode ser compreendida a partir da subjetividade como objeto próprio dela. Se a fenomenologia possibilita uma

fundamentação epistemológica e metódica da Psicologia enquanto ciência ao construir rigorosamente o conhecimento psicológico, por outro lado, “também abre possibilidades para ampliar o entendimento da psicologia como profissão, seja no âmbito clínico ou social” (GOTO, 2008, p. 237).

## **5.6 Técnicas de coleta de dados**

### **5.6.1 Grupo Focal**

Segundo Ramirez e Shepperd (1988) seria um grupo de discussão informal, de dimensões reduzidas, com o propósito de obter informações em profundidade. Uma discussão focada em tópicos específicos e direcionada. Além disso, apresenta um baixo custo e rapidez na execução, fornecendo dados válidos e confiáveis (CARLINI-COTRIM, 1996).

O sucesso da técnica do Grupo Focal consiste na interação entre os participantes e o pesquisador, e tem como objetivo obtenção de dados a partir de discussões cuidadosamente planejadas onde os participantes expressam suas percepções, crenças, valores, atitudes e representações sociais sobre uma questão específica num ambiente permissivo e não constrangedor (WESTPHAL et al., 1996).

### **5.6.2 Entrevista Semiestruturada**

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os participantes do grupo focal, tendo um roteiro pré-estabelecido sobre as questões que se pretende investigar, permitindo ao participante expressar livremente as suas percepções e vivências, sem julgamentos ou críticas.

Nestas entrevistas foram analisadas informações referentes ao núcleo familiar e ao processo de socialização, bem como os papéis sociais desenvolvidos pelos membros da família. Questões relacionadas à violência familiar também foram levantadas, bem como o sentido e os significados dado as diferenças de gênero no âmbito familiar.

A entrevista foi um meio complementar para estudar os objetivos pretendidos, por meio dela foi possível identificar opiniões, concepções, expectativas, percepções e descrições sobre fatos internos a pessoa ou externos a ela. O uso da entrevista

seria indicado quando a natureza da informação se tratar de fenômeno que ficaria difícil ou impossível de ser observado.

Portanto faz-se necessário a elaboração do roteiro para a entrevista. De acordo com Manzini (2003), o roteiro tem várias funções, sendo uma das principais, auxiliar o entrevistador a buscar informações sobre o objetivo da pesquisa, na sua forma de condução, auxiliando o pesquisador antes e no momento da pesquisa quanto a sua organização, favorecendo ao entrevistado fornecer as informações de maneira mais fácil e com maior precisão ao entrevistador.

Os tipos de entrevistas são conhecidos na literatura por entrevista estruturada, semiestruturada, e não estruturada. A entrevista não estruturada é também conhecida como entrevista aberta ou não diretiva, a entrevista estruturada é conhecida como entrevista diretiva ou fechada, e a entrevista semiestruturada é conhecida com semidiretiva ou semiaberta.

Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos da pesquisa.

Conforme Trivinos (1987) ao se referir aos tipos de perguntas na entrevista semiestruturada, ele mencionou o tipo de vertente teórica: fenomenológica, numa linha teórica cujo objetivo seria o de atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais. Assim, as perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais. Sendo esta utilizada neste trabalho.

Um roteiro bem elaborado não significa que o entrevistador deva tornar-se refém das perguntas elaboradas antecipadamente à coleta, principalmente porque uma das características da entrevista semiestruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo à possibilidade de indagar sobre questões momentâneas à entrevista, que parecem ter relevância para aquilo que está sendo estudado.

Segundo Manzini (2003) a adequação das perguntas pode ser investigada a partir de três classes de análise: 1) adequação da linguagem (vocabulário, jargão, clareza e precisão, uso de palavra não específica ou vaga); 2) adequação da forma das perguntas (tamanho das perguntas, averiguação da dificuldade de elaboração

mental por parte do entrevistado, impacto emocional de determinadas palavras, frases manipulativas, perguntas com múltipla finalidade) e 3) sequência de apresentação das perguntas no roteiro (das mais fáceis de serem respondidas para as mais difíceis e utilização de blocos temáticos).

Portanto, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem.

A postura da pesquisadora foi pautada pelos princípios da Psicologia Humanista, mais precisamente em sua abordagem Centrada na Pessoa. Segundo esta teoria existem condições facilitadoras para uma boa relação, que seriam a partir da Autenticidade, do Respeito Incondicional e da Compreensão Empática.

Segundo Rogers (1994) na autenticidade, o facilitador é uma pessoa real, ingressando num relacionamento, sem apresentar-lhe uma máscara ou fachada. O facilitador se encontra direta e pessoalmente, numa base de pessoa para pessoa.

O apreço, a aceitação e a confiança são outras atitudes, apreciar os seus sentimentos, as suas opiniões, a sua pessoa. Trata-se de um apreço por um ser humano imperfeito, com muitos sentimentos e muitas potencialidades.

A compreensão empática seria outro elemento que estabelece um clima favorável. Quando o facilitador tem a capacidade de compreender internamente as reações do outro, com uma consciência sensível da maneira pela qual o processo de educação e aprendizagem se apresenta. Uma atitude de pôr-se na posição do outro, de encarar o mundo através dos olhos do outro.

Este tipo de compreensão é nitidamente diferente da compreensão avaliativa – costumeira, que segue o padrão de “*eu sei o que está errado com você*”. Sendo possível a pessoa pensar: “*Finalmente, alguém me compreende e parece estar do meu lado, sem querer julgar-me. Agora posso ser eu mesmo.*” Tendo um efeito enormemente liberador.

De acordo com Wood (1994) o facilitador confia na capacidade do ser humano de se desenvolver pela sua própria potencialidade, sendo assim é possível

fornecer-lhe muitas oportunidades e permitir-lhe que escolha o seu próprio caminho e direção para a sua aprendizagem.

O facilitador desenvolveria um clima e a qualidade no relacionamento pessoal com os participantes da pesquisa que permitam a essas tendências naturais de desenvolvimento chegar à sua fruição.

Rogers (1983) afirma que “ouvir traz consequências, quando efetivamente ouço uma pessoa e os significados que lhe são importantes naquele momento. Ouvindo não suas palavras, mas ela mesma e quando lhe demonstro que ouvi seus significados pessoais e íntimos, muitas coisas acontecem” (p.6).

## **6 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RECORTES DAS FALAS APREENDIDAS NAS ENTREVISTAS E NOS GRUPOS FOCAIS**

Neste capítulo será apresentado o serviço socioeducativo do município de Resende/RJ, a história da cidade de Resende/RJ, as descrições dos recortes das falas nas entrevistas semiestruturadas e das vivências dos grupos focais, bem como a sua análise dos resultados a partir dos referências bibliográficos.

### **6.1 Apresentação do Conexão Jovem**

ProJovem foi criado em 2005 e reestruturado em 2008 quando passou a ser denominado de ProJovem Integrado, o programa federal é gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo uma extensão da Política Nacional de Juventude, se divide em quatro modalidades (Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador) voltada aos jovens com diferentes perfis. Cada uma é gerida por um órgão federal diverso, mas sempre conta com a parceria de estados e municípios (SNAS / MDS, 2009).

Tendo por objetivos gerais do serviço, complementar a Proteção Social Básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária; criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (SNAS / MDS, 2009).

Seus eixos estruturantes são: a precedência da gestão pública; alcançar dos direitos socioassistenciais dos adolescentes; a matricialidade sociofamiliar, essencial ao acompanhamento e apoio às famílias dos jovens pelo PAIF – Programa de Atenção Integral à Família desenvolvido pela equipe do CRAS no seu território de abrangência; a territorialização como um serviço próximo ao local de moradia dos jovens, nos territórios de abrangência do CRAS, onde se concentra a população mais vulnerável (do ponto de vista socioeconômico); o fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; a valorização da presença do controle social; a participação popular (do cidadão usuário); a qualificação de recursos humanos e a informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (SNAS / MDS, 2009).

Denominado ProJovem Adolescente hoje é conhecido como Conexão Jovem, voltado para os jovens de 13 a 17 anos, que vivem em situação de vulnerabilidade social, suas famílias tem renda per capita de até meio salário mínimo ou são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, alguns são egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), vinculados aos programas de combate ao abuso e a exploração sexual. Encaminhados pelo Conselho Tutelar, Ministério Público, CRAS e CREAS.

As atividades socioeducativas são complementares à educação formal, conteúdos para a compreensão da realidade e da participação social, além de oferecer também o desenvolvimento de habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa. Objetiva criar condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional, sendo exigida a frequência regular à escola.

O objetivo passou a ser “diminuir o risco de vulnerabilidade social, assim como o impacto da pobreza na vida das crianças e adolescentes da região oferecendo-lhes alternativas para a inserção social” (SNAS / MDS, 2009).

## **6.2 Apresentação da História de Resende**

Os primeiros habitantes de Resende, antes da chegada do homem branco, eram os índios Puris, termo que em português quer dizer 'gente tímida e mansa'. Eram nômades e viviam da caça, da pesca e da agricultura primária. Eles acampavam ora às margens do Rio Paraíba, ora na região alta da Serra da Mantiqueira, onde colhiam pinhões quando a caça ficava escassa. As terras do atual município de Resende se tornaram conhecidas no Século XVIII, quando a febre do ouro e dos diamantes possibilitou o desbravamento dos atuais Estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais.

O negro escravizado veio cooperar decisivamente para o surto econômico verificado no período imperial, sobretudo no setor agrícola, com o café cultivado em largas extensões de terra. As primeiras mudas de café plantadas em Resende foram ofertadas, por volta de 1780, pelo bispo Dom José Joaquim Justiniano ao padre Antônio Couto da Fonseca, então residente na localidade. Encontrando boas condições de cultura, o café foi plantado em quase todas as fazendas da antiga Vila

de Campo Alegre de onde se irradiou por todo o Vale do Paraíba passando, a seguir, para as províncias de Minas Gerais e São Paulo.

Tempos depois, além dos elementos portugueses e africanos, começaram também a afluir colonizadores de origem alemã, notadamente no governo de D. Pedro II, que facilitou a criação da chamada Colônia de Porto Real. Os imigrantes dedicaram-se à cultura de cana-de-açúcar, na qual obtiveram considerável êxito. Foi ao desenvolvimento de sua lavoura que, no Segundo Império, Resende deveu o lugar de destaque de que desfrutou entre as demais localidades fluminenses.

Em 1840 o café já constituía a grande riqueza: os lavradores passaram a fazendeiros e começaram a constituir sobrados na Vila. O primeiro deles foi o de D. Benedita Gonçalves Martins, conhecida como a Rainha do Café, na Praça da Matriz, esquina com a rua XV de Novembro.

Em 1848, em franco desenvolvimento por causa do plantio do café, no dia 13 de julho Resende finalmente deixa de ser uma simples Vila para ser elevada à cidade. A população naquela época era de cerca de 19 mil pessoas, sendo 9.814 livres e 8.663 escravos.

Nesta época o café era levado para o Porto de Angra dos Reis no lombo de burros, demorando cerca de oito dias nesse percurso e no mesmo período teve início a navegação pelo Rio Paraíba. Mais de 60 barcas levavam o café dos armazéns de Sant'Ana dos Tocos, de Campo Belo (hoje Itatiaia) e de Resende até Barra do Piraí, onde era feita a baldeação para os trens da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil.

Os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II chegaram em 1873, o que acabou, em pouco tempo, com a navegação no Rio Paraíba. A riqueza gerada pelo café não se apresentava apenas nos aspectos materiais, como as novas edificações urbanas, mas influenciou diretamente os costumes e ideias, deixando para trás a rusticidade dos tempos de pioneirismo para gerar uma nova mentalidade e estilo de vida. A aristocracia local passa a importar a seda e a porcelana européias, bem como preceptores que ensinava inglês e francês aos filhos dos fazendeiros que iriam, depois, estudar no exterior.

Em 1850 com a proibição do tráfico de escravos e o conseqüente encarecimento de mão de obra, a expansão dos cafezais passou a se fazer a custos

crescentes. A mão de obra antes usada nas lavouras de subsistência é retirada e concentrada no plantio e colheita do café, levando à escassez e ao encarecimento dos alimentos, que passavam a ser adquiridos fora da fazenda.

Assim, uma parte dos custos que antes era não monetária (o escravo produzia sua própria alimentação), transformou-se em desembolso monetário com a compra de gêneros alimentícios.

A terra, utilizada à exaustão em 1870, se torna improdutivo. No final desta década, vários cafeicultores transferem-se para o Oeste Paulista (hoje região de Ribeirão Preto e adjacências), onde as vantagens de um solo virgem a baixo preço estimulavam o risco. O êxodo resendense com destino ao novo Eldorado do café foi, inclusive, responsável pela queda populacional verificada no final do século XIX. Emigrantes de Minas Gerais vieram estabelecer-se em Resende, atraídos pelos baixos preços das terras dos cafezais abandonados, onde passaram a colocar seu gado.

Era o início da pecuária, atividade econômica que viria a substituir o café. No início do século XX, Resende já aparece como responsável por um terço da produção leiteira do Estado do Rio de Janeiro e como segundo produtor de manteiga e queijo.

Em 1940 as Indústrias começaram a ser instaladas em Resende na primeira metade do século XX, e, em 1940, a Academia Militar das Agulhas Negras é implantada na cidade. Mais tarde, a construção da Rodovia Presidente Dutra facilita o acesso e a comunicação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, além de outros grandes centros.

### **6.3 Descrição dos recortes das falas nas entrevistas semiestruturadas e das vivências no Grupo Focal**

Pode-se caracterizar que o grupo de adolescentes participantes da pesquisa encontra-se em condições de vulnerabilidade social, institucional e individual marcados pela desigualdade social.

Nesta parte da dissertação serão considerados os aspectos do processo de socialização e sua relação com a vulnerabilidade social. A partir da análise dos

dados da pesquisa referentes ao problema da violência das populações jovens, percebeu-se a necessidade de buscar uma conceituação para o termo vulnerabilidade.

Especificando os tipos de vulnerabilidades (social, institucional e individual). A vulnerabilidade social seria a categoria que diz respeito aos direitos e oportunidades desiguais, para Adorno (2001) sintetiza a ideia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade gerando dificuldades de acesso a serviços sociais.

Uma vulnerabilidade socialmente produzida, em que os recursos e as habilidades inerentes se revelam insuficientes e inadequados para lidar com o sistema de oportunidades oferecido. Assim, o conceito de vulnerabilidade social se articula com a percepção de que o local de moradia e as condições de vida da família podem ser fatores de dificuldade, de obstáculo na realização dos projetos pessoais do jovem, ao mesmo tempo em que favorecem estilos de vida e de integração social que podem adicionar riscos à sua trajetória.

A vulnerabilidade institucional diz respeito às limitações e a incapacidade de o Estado fornecer igualmente insumos fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos. Em contextos de ausência e/ou negligência de direitos, os jovens apresentam algumas peculiaridades na medida em que se encontram imersos em uma realidade marcada pela violência, tráfico de drogas, evasão escolar, bem como a restrição ao acesso às oportunidades de saúde, educação, trabalho, esporte, lazer e cultura.

Quanto à vulnerabilidade individual, percebe-se que a juventude é uma fase de insegurança e conflitos internos que necessita de suporte emocional, uma rede de apoio fragilizada aliadas à falta de perspectivas, pode gerar uma exacerbação de comportamentos violentos e condutas de risco.

Desencadeando modos de vida irresponsáveis, fazendo uso abusivo de álcool, excessos de drogas ilegais, promiscuidade sexual, direção imprudente, como forma de reivindicar o olhar sobre a sua realidade. Uma vulnerabilidade produzida na conjunção das precárias condições socioeconômicas e a fragilidade do vínculo social, dificultando o exercício dos seus direitos e de suas potencialidades.

Portanto, com a noção de vulnerabilidade procura-se julgar a suscetibilidade do grupo a esse agravo, pelo conjunto de condições intercorrentes, para acesso aos direitos humanos à cidadania, vinculando às suas raízes sociais mais profundas, estimulando e potencializando a mobilização das pessoas para a transformação destas condições de vulnerabilidade.

A partir da análise dos dados levantados na pesquisa foi possível observar como a violência prejudica as relações sociais e o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. Seus efeitos perversos podem se manifestar, ainda, na construção de um círculo de reprodução e retroalimentação de práticas violentas, em que, novamente, meninos e meninas serão as principais vítimas.

Experiências vivenciadas pelas crianças nos primeiros anos repercutem nos comportamentos ao longo do desenvolvimento, culminando com o surgimento ou não de problemas de comportamento na infância média e na adolescência (BANDEIRA et al., 2006).

Pesce (2009) ao referenciar Bandura conta como começou os estudos sobre a agressão em crianças. Juntamente com Dick Walters, fizeram um estudo de campo sobre antecedentes familiares na agressão e descobriram que os melhores precursores eram o estilo de vida que as famílias exemplificavam e reforçavam.

O comportamento que os pais mostravam e as atitudes que eles exibiam quanto à expressão da agressão, tanto em casa como fora dela, emergiram como determinantes de comportamentos agressivos nos filhos.

Bandura (1961) propôs a aprendizagem por meio da observação de comportamentos complexos, sendo os pais/responsáveis ou cuidadores, modelos para conquistar uma aprendizagem mais resistente à extinção. Sendo uma teoria extremamente importante para a compreensão da agressividade humana, uma vez que focaliza o papel do ambiente social na aquisição, manutenção e modificação das respostas agressivas (CORTEZ, PADOVANI & WILLIAMS, 2005).

Por meio de experiências adversativas como insultos pessoais e ataques físicos. A agressão é mantida e reforçada por vários fatores, com recompensas materiais e sociais. Pela dificuldade para resolver seus conflitos interpessoais, muitos recorrem à agressão física, pois não desenvolveram outras habilidades

sociais, sem o uso da força, utilizam a violência como modo de se impor, demonstrando o seu poder e coragem para inibir o outro a não o desafiar.

Convém, portanto, reconhecer os diferentes tipos de violências, que estão diretamente relacionadas às ocorrências domésticas, a violência escolar, articuladas com a violência no bairro, na rua, em seu entorno, considerando as vivências de cada indivíduo e a situação social em que estão inseridos.

Ao analisarmos os significados da violência, como um fenômeno social complexo e de multideterminação, exige um exame das relações sociais, permeadas por relações de poder sob as perspectivas, das classes sociais, das relações de gênero, de etnia e de cultura, como elementos que compõem os processos sociais.

A história de violências anteriores, em idades mais precoces, os fatores ambientais e sócio-econômico-culturais das famílias, bem como as características situacionais de violência doméstica e familiar pode desencadear outras formas de violências. Conflitos familiares gerados pela dificuldade de prover segurança material e emocional, experienciados por uma sensação de incompetência pessoal e inferioridade social para atender as demandas familiares.

O ambiente se torna de difícil convivência, pois surgem conflitos e desajustes também por conta do desempenho escolar, pelo controle excessivo dos pais com relação à vida social e afetiva, pela falta de iniciativa dos filhos para procurarem emprego, pelo excesso de pessoas residindo numa mesma casa, pelo consumo de drogas e o envolvimento com o tráfico de drogas.

A violência atinge diferentes gerações, grupos sociais e instituições, tanto no espaço público como no privado, configurando-se na exacerbação dos conflitos sociais cujas especificidades precisam ser conhecidas. Soares, Bill e Athayde (2005) destacam a existência de uma cultura da violência, gestada, alimentada e reproduzida pelo tráfico de drogas, que a utiliza seja para recrutar jovens vulneráveis ao seu apelo, seja para integrá-los ao seu sistema de trabalho e poder.

Com relação à violência, é aquela presenciada na TV, no bairro, na esquina da sua rua, é aquela que invade a sua casa, por meio de um policial armado, que desrespeita a sua mãe e ti dá uma surra coerciva.

A violência faz mal à saúde sendo necessário o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos pelos agentes, profissionais e gestores da

saúde, para melhores resultados em seu trabalho cotidiano, no enfrentamento e principalmente na elaboração de propostas preventivas das violências.

As investigações acerca do processo de socialização têm recebido contribuições de diferentes modelos teóricos. Dentre estes, destaca-se o de Bronfenbrenner (1996) em que o processo de aquisição dos padrões, valores e conhecimentos de uma sociedade está diretamente ligado às relações estabelecidas entre as pessoas e seus papéis em um dado contexto. Neste sentido, as interações que se dão entre os membros familiares são fundamentais para o processo de inserção do indivíduo na sociedade.

Na perspectiva sistêmica deste autor, a família é um microsistema em que ocorrem as principais relações face-a-face e se experimenta um padrão de atividades e papéis. Este é um contexto privilegiado de desenvolvimento que mantém relação de interdependência com as demais instâncias socializadoras.

As relações de interdependência da família com seus próprios membros e com os demais contextos são concretizadas nas rotinas e nos rituais, nas atividades cotidianas, nos sentidos construídos a partir delas e transmitidos como herança cultural aos seus filhos. Dentre as atividades, as tarefas do âmbito doméstico, pode haver uma diferenciação quanto ao gênero.

Os pais tendem a ter expectativas de gênero estereotipadas em relação aos seus filhos, por meio da socialização modelam comportamentos tradicionais e desencoraja comportamentos estereotipados do gênero oposto. As expectativas em função do gênero podem estar relacionadas com a personalidade (por exemplo, “os meninos são agressivos”), com habilidades (por exemplo, “as meninas são boas na leitura”) e com atividades e funções (por exemplo, “os homens são cientistas”).

A socialização de gênero se define como um processo de incorporação dos valores, papéis, atribuições e normas de interação entre os sexos, se caracterizando como sempre inconcluso, pois as categorias de gênero seriam permanentemente reconstruídas pelas pessoas em suas interações sociais (PINHEIRO, 2001).

No grupo focal foi possível observar que a socialização é diferenciada quanto ao gênero, nos horários para estar na rua, quanto à roupa que deve usar e na divisão das tarefas domésticas, “*mulher deve se vestir bem e descente*”, “*sempre bem comportada e não ficar saindo com garotos na escola*” (masculino/14 anos).

Quadro 1 - Referências paternas segundo o grupo focal

<p>“não sou nada parecido com o meu pai, ele é traficante”, “mataram o meu pai, ele era envolvido com o tráfico”, “meu pai é ausente”, “meu pai saiu de casa quando minha mãe ainda estava grávida de mim”, “não conheço o meu pai”, “meu pai é um covarde, vagabundo que bate na minha mãe, desde que me entendo por gente”, “meu pai nunca foi um bom modelo pra eu copiar”.</p>
--

Fonte: dos autores, 2017.

Dos 25 adolescentes participantes da pesquisa, 15 se definiram como sendo gênero masculino e 10 do gênero feminino. Segundo a análise dos dados das entrevistas semiestruturadas e das vivências no grupo focal, os adolescentes do gênero masculino relatavam com mais indignação e revolta o comportamento agressivo dos seus pais.

Agravados por uma sensação de abandono e rejeição, para os meninos participantes da pesquisa, a figura paterna e masculina não apresentam uma referência ou um modelo ideal a ser imitado.

Percebe-se que faltou a “figura forte” (Moura, 1996), aquela que se reveste de autoridade, com a qual os filhos se identificam e respeitam, pois estabelecem limites necessários, bem como as regras e normas para uma convivência saudável nas relações sociais, meio de parâmetros para a vida em sociedade, internalizando valores e conseqüentemente, recebendo preparo para o desempenho dos papéis sociais.

Os meninos crescendo como inconseqüentes sociais, como “donos do mundo”, criam as suas próprias regras, a figura paterna seria a representação da lei, das autoridades sociais. Seria o pai quem determinaria as normas de conduta exigidas pela sociedade, seria a figura paterna quem estabeleceria os limites para demais relações sociais.

É no processo de socialização primária que se dá a internalização de uma versão de identidades e papéis sexuais, através da identificação com os agentes socializadores. Internalizando os comportamentos prescritos como apropriados para o ser masculino ou ser feminino, formando a sua personalidade com padrões de atitudes enquadrados e adequados ao gênero correspondente.

A família pode ser considerada a unidade básica da organização social, a partir da qual o indivíduo internaliza valores e princípios que norteiam a sua vida em

sociedade, formando a sua percepção, identidade e subjetividade por meio das vivências que integram a experiência individual e social.

Conforme explicitado por Freud (1996), a identificação compõe a forma mais primitiva de se expressar vínculo emocional com outra pessoa, por exemplo, o menino que toma o pai como modelo e quer ser como ele. Para este autor os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância seriam gerais e duradouras.

Moura (1996) descreve a “síndrome da casa vazia”, em que a ausência dos pais, pela necessidade de trabalhar seja para a manutenção e sobrevivência familiar, priva os filhos de uma figura de referência na educação, fazendo com que esses se aproximem gradativamente do mundo da rua.

A figura do pai muitas vezes é ausente, seja por negligência, omissão, trabalho ou morte, a mãe por sua vez precisa trabalhar e ficar fora o dia inteiro, cuidando e educando os filhos dos outros, para conseguir o mínimo a sua sobrevivência familiar, enquanto seus filhos são educados pela rua e adotados pelo tráfico.

Quando tem o pai ou padrasto, a figura paterna e a referência masculina tendem a ser aquele agressivo, o “grosseirão” que sustenta a casa, que põe comida à mesa, quem dá as ordens e estabelece as regras, nas quais a mulher e os filhos precisam se submeter, por meio da imposição, do controle, da força violenta.

Quem foge a este domínio, por vezes, seria submetido à violência doméstica e familiar, seja a mulher ou os filhos, o homem se autoafirma como o provedor e mantenedor do seu poder familiar.

Para Freud (1996) o recém nascido, por sua condição frágil tende a receber proteção e cuidados intensivos, relacionados de maneira significativa à figura materna, porém por volta dos três anos, começa a sofrer interdições e proibições, como justificativa de que já está “grandinho”, percebendo que não é mais o centro do mundo e que seus pais possuem outros compromissos.

Foi sempre apoiado pela cultura que, sendo patriarcal, reservou-lhe lugar acima da trama doméstica constituída, sobretudo pela mulher e pela criança. Esta situação vem-se modificando, lenta e progressivamente, de modo indissociável, da

sociedade e família. Porém, a mudança de hábitos não acompanha o ritmo da transformação de valores.

Surgindo à nova configuração familiar, modelada no processo que introduziu a mulher no mercado de trabalho, o homem é surpreendido pela ruptura da hierarquia doméstica e pelo constante questionamento de sua autoridade. Nesta nova redistribuição igualitária dos papéis masculinos e femininos, o homem como marido e como pai tem sido o principal alvo de transformação.

Para Mahler (1993) tais mudanças contribuíram para reduzir o vazio instalado na rede de relações afetivas, o distanciamento entre o homem e os demais membros do núcleo familiar denuncia-se na fragilidade do vínculo estabelecido entre pai e filhos, podendo comprometer o desenvolvimento cognitivo e social, bem como a capacidade de aprendizagem e a integração do indivíduo em comunidade.

Dor (1991) ressalta que o *pai simbólico* é o *representante da lei*, geralmente quem introduz a ordem simbólica. Os sentidos atribuídos pela figura paterna vão fazendo as marcações do simbólico que esse sujeito levará para toda a vida. Sendo fundamental para a construção da primeira identidade.

Freud (1970) “a necessidade de se apoiar numa autoridade de qualquer espécie é tão imperativa que seu mundo desmorona se essa autoridade é ameaçada”, o pai representa a possibilidade do equilíbrio pensado como regulador da capacidade da criança investir no mundo real, tendo a figura paterna à função de apoiar o desenvolvimento social da criança.

#### Quadro 2 - Referências maternas segundo o grupo focal

“minha é trabalhadora”, “vive fora de casa”, “ou trabalha ou me educa”, “prefere o meu padrasto do eu”, “sou batalhadora igual a minha mãe”, “minha mãe quando chega é brava demais, já chega estressada do serviço”, “sem pai e nem mãe, pois ela trabalha o dia inteiro pra me sustentar, ninguém me educa não professora”, “fico mais tempo na rua mesmo”.

Fonte: dos autores, 2017.

Na análise dos dados a partir dos recortes das falas dos participantes da pesquisa, a figura materna é independente e autônoma, conforme os relatos, a mãe precisa trabalhar, já que o pai é omissivo e negligente ou não garante o sustento financeiro suficiente.

Atualmente, o ritmo acelerado da vida e a fragmentação das relações afetivas levaram a família a uma nova dinâmica e conseqüentemente, a mudanças de padrão de convivência. A mulher acumulou as funções externas ao trabalho doméstico, aumentando o estresse e alterando o equilíbrio interno das famílias (BUCHER, 2002).

Segundo o autor citado acima, nos últimos anos ocorreram mudanças na estruturação familiar, conseqüência da reorganização dos papéis, após um período de redefinição das posições de autoridade, dado que a inserção da mulher no mercado de trabalho e o aumento dos níveis de separação de casais contribuindo para a emergência de um novo padrão de convivência e referências identitárias.

A família monoparental, matrilinear, coloca a mãe nessa dupla função de mulher mãe e trabalhadora, de modo que ela passa a exercer parte da tradicional autoridade masculina para evitar fragilizar ainda mais sua família, uma vez que não há um homem para prover teto, alimento e respeito, ficando por conta dela a economia da família (SARTI, 1996).

Segundo Sarti (1996) o feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada, evidenciada na autonomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher; essa diversidade, depois se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura.

Mahler (1993) destaca a importância dessa problemática, na ausência da figura paterna na qual cabe à mãe o peso da responsabilidade pelo crescimento econômico da família, fato que vem modificando a dinâmica dos papéis familiares.

Muito comum ouvirmos o termo “filhos terceirizados”. Mas o que realmente isso quer dizer e o que isso pode causar? Seriam filhos cujos pais transferem para terceiros a tarefa de cuidar, se preocupar e se responsabilizar por eles. As mães precisariam deixar os seus filhos sob a responsabilidade de terceiros para a manutenção das necessidades essenciais.

Lana (2009, p.145) reforça: “Para o resto da vida, a força e a qualidade deste vínculo influenciarão a qualidade de todos os futuros vínculos que serão estabelecidos pelos filhos, com outras pessoas”. Seus efeitos dependem do vínculo afetivo que se estabelece entre a mãe e o filho, o pai e a família como primeiro

grupo social. Garantiria relações estáveis ou poderia ser a fonte da violência nas relações interpessoais.

Segundo este autor, a família com a qual o indivíduo interage diretamente é denominada de microssistema. Idealmente, o microssistema familiar é a maior fonte de segurança, proteção, afeto, bem-estar e apoio. Nele o indivíduo exercita papéis e experimenta situações e sentimentos, dentro dele pode desenvolver o senso de permanência e o de estabilidade emocional.

Para Lebovici (2004) há uma herança psíquica e este processo de transmissão intergeracional começa durante a gravidez no âmbito do registro do imaginário, a escolha do nome da criança, com inúmeras representações como, por exemplo, nomes de parentes admirados ou nomes de avós, carregados de expectativas, nomes percebidos pela família como nomes “fortes” ou que representam valores admirados pelo grupo familiar (músicos, compositores, presidentes, jogador de futebol). Assim, a escolha do nome, o gênero e todos os aspectos imaginados pelos pais estão permeados de significados e expectativas.

Segundo Brazelton e Greenspan (2002), o quadro conceitual das necessidades essenciais, no âmbito da promoção da saúde, envolve a apreensão das necessidades em: necessidade de relacionamentos sustentadores contínuos; necessidade de proteção física, segurança e regulamentação; necessidade de experiências que respeitem as diferenças individuais; necessidade de experiências adequadas ao desenvolvimento; necessidade do estabelecimento de limites, organização e expectativas, além da necessidade de comunidades estáveis de continuidade cultural.

Moraes (2001) afirma que, com um número de mulheres cada vez maior ingressando no mercado de trabalho e conquistando a independência econômica, ocorreram novos arranjos familiares, com significativa mudança nas relações entre homens e mulheres, como a separação entre papéis conjugais e papéis parentais.

Osório (2002) aponta que os papéis de homens e mulheres já não se vinculam mais à identidade sexual e sim à condição humana e suas circunstâncias, pois é a partir do processo socializador que o indivíduo elabora a sua individualidade e subjetividade. Dessa forma os relacionamentos se estabelecem de forma efêmera, insegura e transitória.

Para Infante (1999) a função materna é vital à constituição subjetiva, tendo como marca simbólica o afeto e a segurança emocional dos filhos, contribuindo com a formação de sua *psique*. A constituição do indivíduo é sustentada a partir da dimensão relacional, da interação com outros seres humanos, sendo o primeiro contato com a figura materna, uma relação perpassada pela cultura, onde a família transmite significados e representações, constituindo a subjetividade do indivíduo.

Portanto, entende-se que a percepção dessa realidade deve ser analisada sob um enfoque que considere o fenômeno para além de questões individuais, tornando-se fundamental a análise da precariedade do meio social, bem como a maneira que cada indivíduo se apropria subjetivamente do contexto social no qual está inserido.

Quadro 3 - Aspectos constituintes da Identidade, segundo o grupo focal. Quem são? Como eles se vêem? Quem os seus pais dizem que eles são?

“... Meus pais dizem que sou um burro imprestável”, “minha mãe me chama de marginalzinho e diz que serei igual o meu pai”, “minha mãe fala que eu sou um bandidinho de merda”, para o meu pai “sou um preto vagabundo”, “minha mãe fala que eu sou piranha, safada e filha da puta”, “para os meus pais sou um vagabundo encapetado”.

Fonte: dos autores, 2017.

A partir da análise dos dados percebe-se que a construção da autoimagem e do autoconceito, estaria diretamente associada à percepção dos seus pais. Os filhos teriam uma tendência a interiorizar e valorizar o que seus pais pensam ao seu respeito como verdade absoluta. Sendo uma significativa influência para a construção da percepção de suas respectivas habilidades e potencialidades.

A construção da identidade num enfoque subjetivo é resultado dos processos de identificação e diferenciação das referências parentais, cujo mecanismo de base é a introjeção, que se dá pela interiorização dos valores do mundo exterior (LACAN, 1962).

A percepção parental a respeito dos filhos, segundo este autor faria parte do processamento psíquico inerente à formação do sujeito na família, pois constitui como um dispositivo importante no fundamento para a transmissão psíquica entre as gerações, que se organiza, sobretudo, no espaço interpsíquico do grupo familiar.

Segundo Ferreira (2000) “auto” quer dizer por si mesmo e “estima”; sentimento de valor atribuído a alguém ou valor dado a alguma coisa, apreço, consideração. Para Skinner (1991) dependendo das circunstâncias ambientais, a pessoa que é valorizada e reconhecida sentir-se-ia competente, enquanto aquela que é punida e criticada diante de seus feitos possivelmente se sentiria incompetente.

Assim, do ponto de vista comportamental, à medida que há a interação com o ambiente, a referência individual de si mesmo é construída. Essa referência pode ser positiva ou negativa, sendo assim, se a família garante segurança emocional aos filhos, possivelmente esse filho se observe positivamente, se sentindo aceito e percebendo-se como importante para os outros. Porém se os pais não agirem dessa forma, os filhos poderiam se sentir inadequados, desprotegidos de afeto e instáveis emocionalmente.

As noções de uma *condição* e de uma subjetividade entendidas não como estados fixos ou *identidades* únicas, mas como *condicionalidades sócio-culturais*, ou seja, conjuntos de circunstâncias históricas, modos de ser, estados e situações que, para além de seus determinantes bio-anatômicos mais ou menos definidos, constituem, condicionam, favorecem e/ou limitam a *construção* das várias *singularidades* dos indivíduos e dos grupos sociais.

Segundo Baldwin e Baldwin (1986) o ambiente hostil leva as pessoas a se sentirem insignificantes, sem valor e elas tendem a sentir culpa porque se sentem incapazes de promover ou adquirir o reforço desejado (o afeto do outro). As contingências, em termos de ambiente hostil, não servem apenas para inibir comportamentos, mas promovem o desenvolvimento de eventos privados, a partir dos quais o indivíduo se responsabiliza pelo seu próprio fracasso e não discrimina como o ambiente pode levá-lo a sentir-se como se sente.

Respostas emocionais aversivas, tais como vergonha, ansiedade, culpa ou sentimentos ruins podem surgir a respeito de si próprio. Segundo Baum (1999), tendemos a acreditar mais no que as pessoas dizem. Então, ao ser muito criticado, censurado ou rejeitado, uma pessoa passa a acreditar e a se ver de maneira inadequada. A ausência de autoconhecimento pode dar pistas sobre alguém que acredita nas críticas que os outros lhe fazem por certos comportamentos.

Construir uma identidade para Erikson (1976) implica em definir quem a pessoa é, quais são seus valores e crenças e em quais direções deseja seguir a vida, quais as suas perspectivas de futuro. A adolescência seria a etapa do momento inaugural da personalidade e da identidade.

Para Erikson (1976) nesta fase o desenvolvimento tem de optar por uma ou outra direção, escolher este ou aquele rumo, mobilizando recursos de crescimento, recuperação e nova diferenciação. Nessa etapa do desenvolvimento, o indivíduo passa por momentos de desequilíbrios e instabilidades emocionais extremas, sentindo-se muitas vezes inseguro, confuso, angustiado, injustiçado, incompreendido, o que pode acarretar problemas para os relacionamentos do adolescente com as pessoas mais próximas do seu convívio social.

O processo de formação da identidade ocorre de forma contraditória, ao mesmo tempo em que necessita de continuidade, a partir da identificação dos modelos e padrões estabelecidos, está eternamente sujeito à mudança, no jogo social de diferenciação de si e do outro, sendo assim uma construção permeada de inconsistência e conflito.

Não há fixidez na construção da identidade, todo o processo está em permanente constituição e desconstituição de sentidos e interpretações sobre si mesmo, sobre as suas relações e sobre o mundo. O senso de identidade se expressa na forma de histórias, vividas, contadas, recontadas e intersubjetivamente transformadas, como sendo uma experiência privada, contendo crenças, valores e ideologias provenientes do contexto sociocultural (WORTHAM, 2000).

Conforme o ponto de vista deste autor, ao discriminar que pode não ser valorizado pelo outro, o indivíduo emitiria comportamentos agressivos. Pois seria uma forma de defender-se da humilhação (do não querer do outro), o indivíduo sentir-se-ia inferior, o outro faz algum comentário sobre alguma ideia e ele responde de forma violenta, como se estivesse defendendo a sua autoestima.

A autoestima é desenvolvida com os elementos fornecidos de relações familiares e sociais. Esses elementos, entretanto, nem sempre fornecem informações positivas, a respeito de si mesmo e à medida que o indivíduo cresce precisam-se identificar quem verdadeiramente ele é e assumir a responsabilidade pela própria existência.

Quadro 4 - Representações sobre a Sexualidade e as Diferenciações do Gênero, segundo o Grupo Focal

“... Sou muleque piranha mesmo igual o meu pai, sou pegador e tiro a maior onda por isso, tem uns caras lá na escola que não pegam ninguém”. (masculino/15 anos)

“... Não posso ficar namorando todo mundo né? Nem ficar grávida cedo, as pessoas esperam que uma mulher tenha planos para o futuro, esperam que uma mulher se preserve”. (feminino/13 anos)

“... A mulher casada não pode ter um amigo homem, nem sair com as amigas. Quando a gente é pequena, os pais mandam na gente e depois que cresce, manda o marido. Deus me livre de casar, lá em casa é um inferno”. (feminino/15 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

Os participantes da pesquisa relataram ter no seu cotidiano o modelo e o padrão ideal dos papéis de gênero a serem reproduzidos, sendo referências sociais e culturais específicas transmitidas no processo de socialização, com o objetivo de atender as expectativas sociais dos comportamentos exigidos para cada categoria do gênero masculino ou feminino.

À medida que o sujeito vai se constituindo, a diferenciação sexual é processada psicologicamente, em direção à escolha de seu objeto. Isso se dá por meio dos movimentos identificatórios e contra-identificatórios nos níveis simbólico e imaginário.

Sendo assim os conceitos de masculino e feminino estariam associados às características de ativo dominador & passivo dominado, assumindo-se que a primeira seja pertinente ao gênero masculino e a segunda, ao gênero feminino. Estaria, portanto a formação da identidade sexual subordinada às representações psíquicas transmitidas pelo discurso dos pais, assim como pela transmissão oriunda do inconsciente parental, ao qual são agregados posteriormente os conceitos do discurso sociocultural dos pais.

Para Ceccarelli (1998) a inscrição simbólica do indivíduo como homem ou mulher dependem de fatores condicionantes, anteriores a seu nascimento. Em outros termos, o sujeito se constituiria como desejo do outro, pela força do imaginário parental, inscrevendo o bebê no simbólico como homem ou mulher.

Sendo a partir daí que a criança teria acesso às referências identificatórias do masculino e do feminino, primeiramente oriundos da família e posteriormente por meio do grupo secundário. Possibilitando a criança o acesso às representações

simbólicas do masculino e do feminino, bem como o modo que o indivíduo vivenciará suas masculinidades e feminilidades.

Foucault (1979) vai ressaltar que o próprio termo sexualidade é um termo surgido no século XIX, portanto pertencente às sociedades modernas e pós-modernas. A virilidade é o símbolo máximo de masculinidade desde os tempos antigos, quanto mais mulheres eu *“pego”*, *“o número de filhos”*, *“quanto mais mulheres eu fico em uma noite”* reforça a sua virilidade e a capacidade sexual entre os jovens. Eles dizem *“não aja como um bichinha, ela está de dando mole”*.

Para os psicólogos behavioristas, a pessoa aprende muito por imitação, durante as interações sociais, pelo resultado da observação de como as outras pessoas do seu grupo reagem. Na convivência familiar, os meninos tendem a imitar a figura masculina, representada pelo pai ou padrasto e as meninas a reproduzirem o modelo feminino, com suas atribuições e funções referentes ao gênero, comportamentos adquiridos através do exemplo e da experiência direta.

Costa e Antoniazzi (1999) demonstraram que os pais, muitas vezes de forma indireta, influenciam o comportamento de seus filhos embasados, em suas crenças sobre papel de gênero, refletindo expectativas e influenciando em suas atitudes.

Com o desenvolvimento de leis e códigos morais, que de modo implícito ou explícito regulam as formas de se comportar e as consequências nos casos de desvio, sendo praticamente impossível uma sociedade, subsistir sem códigos ou normas. A partir desta identificação, os indivíduos tornam-se aptos a desempenharem diferentes papéis sociais vinculados a gênero, e apoiados em suas crenças sobre a diferença entre ser homem e ser mulher.

Estes papéis sofrem a influência das expectativas do grupo social e da própria pessoa acerca da maneira "correta" de desempenhá-los. Eles podem ser mais ou menos estereotipados dependendo da situação cultural, social ou da fase de desenvolvimento na qual se encontra o indivíduo (BEM, 1984).

A atribuição do gênero se torna uma identidade social que molda o indivíduo. Durante a primeira infância, as meninas e os meninos passam a maior parte do seu tempo em casa, com suas famílias e encontram como modelo seu pai, sua mãe, seus irmãos e irmãs mais velhos. Os pais ensinam aos seus filhos as primeiras lições sobre gênero por meio da modelagem de papéis, do encorajamento de

comportamentos adequados ao gênero e das atividades diferentes para os filhos e as filhas.

A primeira referência masculina tende a surgir neste contexto, modelo de homem, exemplos de sentimentos e atitudes compatíveis ao gênero, delimitando as suas funções e responsabilidades, expectativas e representações sociais como fatores condicionantes ao ideal para a construção de um “macho”.

A virilidade, a firmeza emocional, a coragem, a força e a resistência a dor seriam consideradas características de um homem pela expectativa social. Reproduzindo no desempenho de papéis, o estereótipo masculino-dominante e feminino-subalterno. A infância e a adolescência seriam construções sociais mediadas sempre pela dimensão sociocultural e subjetiva gerando o estilo peculiar de pensar e agir individual (TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2002).

Quadro 5 - Perspectivas para o futuro, segundo o Grupo Focal

“e preto tem sonho?”, “ainda não sonho nada pro futuro”, “sonhar pra quê? Nós é pobre tia”, “futuro, ainda falta muito”, “sonhar pra que tia, sou preto e pobre”, “lá em casa, ninguém é nada, comigo não será diferente”, “quero ser DJ igual o cara lá da rua” “ser um mecânico igual o meu tio”, “barbeiro igual o meu pai”, “como o mestre de capoeira aqui do Conexão”.

Fonte: dos autores, 2017.

Pela análise dos dados, os participantes da pesquisa não vêem sentido em pensar no futuro, se baseiam nas experiências de fracasso dos seus pais e não reconhecem as suas habilidades e as suas competências, apresentando um comprometimento em sua autoestima.

Na percepção destes adolescentes, um jovem pobre e negro é um ser socialmente invisível nas ruas brasileiras, saltando para fora do escuro em que o jovem é esquecido, armado ele adquire visibilidade e passa a ser temido, quem passava sem o ver, agora o obedece.

Como afirma Hannah Arendt (1994) à pluralização do sujeito do direito é necessária para a democracia ao alcance de todos. A violência segundo esta autora se constitui pela ausência de reconhecimento da pluralidade do sujeito do direito, do controle e do poder do Estado democrático, que possibilita a cidadania.

A diferença seja de gênero, racial, social, econômica ou cultural é definidora de papéis políticos, econômicos e sociais. De certo ponto de vista é construtora de

realidades, na medida em que separa ou junta pessoas, grupos, sociedades e/ou culturas.

Para Kehl (2004) em busca de perspectivas para o futuro os jovens olham para a vida dos seus pais e encontra um espelho deformado de si mesmos, as suas origens, as suas bases também são vulneráveis, não é possível usá-los como parâmetros.

Dentro desse panorama social de vulnerabilidade, a perspectiva de futuro é, com certeza, muito difícil, os quais se encontram à margem das possibilidades mais positivas que a sociedade oferece. Seriam estes jovens estigmatizados como perigosos em potencial, pois apresentam comportamentos desviantes das normas, dos parâmetros adequados, há uma tendência a psiquiatrizar e/ou a criminalizá-los.

Influenciando a percepção que tem de si mesmos, com tendência a formar a sua autoimagem a partir dos conceitos com que os outros o define, como um futuro delinquente, com perspectivas sociais limitadas, cada vez mais empobrecidas.

Para Soares (2004) este jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã, seu futuro pelo acesso à superfície do planeta, onde se é visível. Dessa maneira, o reconhecimento da relevância dos fatores contextuais, mais precisamente da segregação social, torna-se imprescindível para tratar dessa questão.

A complexidade das condições de desenvolvimento contemporâneas evoca a necessidade de pesquisas que abordem o conjunto sistêmico de transformações da pessoa no tempo, em referência às diferentes instituições que medeiam tal processo. Enquanto o contexto familiar e a escola são temas frequentes na investigação psicológica do desenvolvimento humano (MUNHOZ; MACIEL, 2008).

Sua perspectiva é que, ao atuar em sistemas concretos de atividades, cada um constrói e reconstrói sua consciência, configurando o mundo externo historicamente constituído e compartilhado em realidade internalizada (ANDRIANI, 2003).

Desse modo, a atividade social mediada por instrumentos simbólicos e subjetivos é o contexto no qual o jovem vivencia e se apropria da produção histórica da humanidade (ROSA, 2003), estabelecendo relações com a realidade cultural e com os outros homens, construindo a história e transformando a realidade.

O outro tem papel social na mediação dos processos de desenvolvimento pessoal e no desenvolvimento de um processo de co-construção, que se realiza nas trocas entre os sujeitos e o meio sociocultural, ao longo do tempo.

Ao apontar para o caráter cultural da vida psíquica, a psicologia sócio-histórica busca compreender o homem como parte de sistemas de crenças e valores, que nele se refletem e orientam os desejos que ele experimenta e as motivações que o guiam (ARENDETT, 2004). A cultura ao mesmo tempo impõe limites e oferece possibilidades à conduta humana, guiando o desenvolvimento da pessoa em determinadas direções mais prováveis.

Quadro 6 - Expectativas quanto ao futuro, relato de um Adolescente

“... Estou respondendo à Justiça por tráfico de drogas, tenho dificuldade pra aprender, não quero estudar, sou burro sabe, não sei ler e nem escrever, lá em casa ninguém estudou também, vendia drogas pra comprar biscoitos e roupas. Meu pai me deu um três oitão quando eu tinha 12 anos, me deu poder né, aí já viu... Minha mãe sempre disse que eu seria bandido igual o meu pai. Esta aí eu me olho no espelho e me vejo assim mesmo. Fiquei 1 ano preso, estou fazendo serviço de pedreiro, no tráfico eu ganhava muito mais”. (masculino/16 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

Percebe-se pelo recorte desta fala, a distorção da autoimagem e o comprometimento da autoestima como resultado do processo de socialização, uma percepção e identidade construída a partir dos referenciais parentais.

Para Paugam (1999), a escola não tem muita importância, nem significado, os pais também não estudaram e estão sobrevivendo, não recebem estímulo familiar, a escola não é reconhecida enquanto garantia de inclusão social, a escola é distante simbolicamente e carece de sentido.

Também digno de mensuração são os casos de adolescentes necessitam abandonar a escola para trabalhar, como uma questão de sobrevivência e uma atitude responsável com a família. Esta situação reflete na falta de qualificação profissional e no acesso ao mercado de trabalho formal.

O trabalho, quando acontece, é sempre desqualificado socialmente ou pouco prestigiado, não oferecendo garantia de condições de vida digna, adequadas as suas peculiaridades. Ainda segundo este autor, no que se referem aos aspectos socioeconômicos, os jovens, bem como suas famílias possui poucas esperanças de

se inserirem, dignamente, no mundo do trabalho. O desemprego e a precária inserção no mercado informal com baixa remuneração seriam “marcas hereditárias”.

Não é qualquer trabalho que poderia solucionar a vulnerabilidade social destes jovens, eles não querem repetir a trajetória de fracasso dos pais. Eles não querem ser apenas pintores de nossas paredes, mecânicos de nossos carros, engraxates de nossos sapatos. Eles querem o que os nossos filhos querem: internet, música, arte, dança, esporte, cinema, mídia, tecnologia de última geração.

Já se foi o tempo em que bastava acenar com a integração subalterna para calar demandas. Agora, quem demanda quer mesmo a tal cidadania, que significa pleno acesso ao mundo dos direitos e a tudo o que nossa sociedade pode oferecer (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005).

Pela exclusão social, surge o desejo de buscar o reconhecimento e o poder por meio de práticas ilícitas, descobrindo por vezes, no tráfico uma via para a satisfação de aspirações da cultura de consumo para a qual a sociedade não oferece meios legítimos.

Surge no tráfico uma forma de ascensão, associado ao sentimento de pertença no seu contexto social, pois em seu bairro, pode-se transitar normalmente, sem preconceitos, ali são aceitos como indivíduos, ali se cria as suas próprias regras de convivência.

Muitos deles acabam se tornando membros de quadrilhas, seja para pagar dívidas, seja para se sentirem mais fortes diante dos inimigos criados, afundando cada vez mais nesse círculo diabólico que eles próprios denominam ‘condomínio do diabo’ (ZALUAR, 1994).

O tráfico recruta, atrai, seduz e traz benefícios, que são evidentes como, as vantagens materiais, dinheiro e acesso ao consumo, mas também pode ser uma forma de conquistar os bens simbólicos e afetivos, trazendo a sensação de importância, de poder, de status, um sentimento de pertencimento, consolidando a sua identidade, com um significado de valorização pessoal, um reforço a autoestima (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005).

O tráfico representa para esses jovens, a possibilidade de atingir um status social e obter respeito da sociedade. O traficante é visto como um indivíduo respeitado, que possui poder e dinheiro, algo quase inatingível em uma comunidade

de baixa renda. No imaginário de vários jovens, é o traficante quem zela pelo bem-estar da comunidade, na medida em que faz benfeitorias (muitas vezes substituindo o papel do Estado).

Para Calligaris (2000), o ato de violência do adolescente deve ser visto sob o seu aspecto de sintoma, sendo possível entender por que o jovem pobre e privado dos direitos essenciais, envolve-se tanto na criminalidade, além de não ser reconhecido no mundo dos adultos, ele é também invisível em decorrência da sua condição socioeconômica.

A violência seria a maneira mais imediata e a mais frequentemente usada para responder a outra violência, aquela que a sociedade priva os seus membros das possibilidades de uma vida digna. Diante da ausência violenta de quase tudo que seria de direito, o crime aparece ao adolescente como meio instantâneo pelo qual ele constitui uma identidade entre os iguais, na sua comunidade.

Na sociedade capitalista, há um grande apelo à afirmação pessoal por meio da aquisição de bens de consumo. Para os adolescentes, que estão passando por um momento de intensa e complexa formação de identidade, o apelo consumista é ainda mais exacerbado. O interesse por um bem de consumo, como um tênis ou uma roupa de marca, corresponde a um esforço para ser igual àqueles que merecem admiração da sociedade.

Desse modo, muitos grupos de adolescentes são reconhecidos pela forma como se vestem, por seguirem determinado modismo. Os adolescentes de classe social baixa também querem ser reconhecidos, mas sua condição social não lhes dá condições para usufruir desses bens, sendo assim o ato infracional traz a possibilidade de conquista desse lugar.

A condição social pode restringir as perspectivas e comprometer a formação desses jovens para um efetivo exercício da cidadania, com poucas oportunidades, a vida acaba limitando-se à garantia da sobrevivência, tendendo-se a reproduzir acriticamente os valores e concepções deste contexto, uma realidade de precariedade e de poucas possibilidades de processos de ressignificação que apontem mudanças (BOURDIEU, 1999).

Ao olhar para a vida de seus pais, se depararam com uma perspectiva empobrecida caracterizada pela realização de trabalhos desvalorizados e mal

remunerados, por uma vida sem conforto, situação tal que culmina com a ausência de expectativa de mudança.

Segundo Guerra (1998), os pais se vêem enfraquecidos em seu papel, incapazes de se converterem em suporte identificatório para seus filhos. Ao serem considerados insignificantes no trabalho, insignificantes no lar, esses pais acabam tornando-se fragilizados como modelo de identificação.

Paugam (1999) define desqualificação social como um processo de enfraquecimento da identidade paterna. Essa experiência de desclassificação social seria uma experiência humilhante que produz uma desestabilização nas relações com o outro e afeta as relações familiares.

Segundo o autor parece uma luta contra um destino fadado a se cumprir. Uma luta contra a invisibilidade, contra o preconceito, contra os estigmas construídos historicamente sociais. Os pais tentem a viver um sentimento de inferioridade social marcado por uma sensação de fracasso pessoal, pelo qual se acusam e são, ao mesmo tempo, acusados.

Soares (2004) aponta que as razões do tráfico e da arma podem ser compreendidas na medida em que, apesar de contrariar as leis, endossam um valor caro à sociedade: o primado do poder e do dinheiro, próprio do capitalismo.

Nesse contexto, se um jovem recorre à arma para pedir socorro e conquistar visibilidade, é porque essa é uma hipótese que nossa sociedade colocou à sua disposição e a cultura sancionou.

Agindo assim, o adolescente recupera sua visibilidade por meio de duas vias: a da imposição de poder, em que o outro é completamente vulnerável diante de sua arma e pela via material-simbólica da possibilidade de consumo, a partir da qual ele vai adquirir o tão desejado tênis de marca, com o dinheiro conseguido no assalto.

Na percepção de alguns destes jovens as condições socioeconômicas não contribuem, os seus pais são desqualificados socialmente em seus trabalhos não formais para "*receber uma miséria*", não lhes parece o suficiente para fazer planos de ter uma vida digna.

Pellegrino (1987), disse que o "surto crescente de violência e da delinquência", em nosso país, pode ser o resultado dessa patologia social, a qual

desrespeita o direito do trabalhador não formal de receber o mínimo para a sua integridade física e psíquica, forçando-o a avaliar que é mais honrado ser um "delinquente fora da lei" do que em nome dela.

Para Garcia (2000) a adolescência é um período marcado pela ampliação das relações interpessoais, que deixam de ser restritas ao âmbito familiar. No caso dos adolescentes de classe baixa, o processo ocorre de maneira diferente. Ao tentar encontrar um lugar na sociedade, eles deparam com uma realidade que os exclui.

Diante dessa exclusão, muitos deles desenvolvem uma maneira peculiar de fazer laço social, por meio do ato infracional. Com isso, rompem com o pacto que rege as relações sociais. O ato infracional pode ser entendido como uma tentativa de inclusão nesse contexto social do qual ele é expulso: O sujeito pode transgredir a lei como forma de inscrever-se nela.

Eles estariam fora do pacto social, refletindo simetricamente a exclusão que lhes é oferecida, segundo Calligaris (2000) a relação entre adolescência e delinquência estaria no fato dele não se sentir reconhecido na sociedade e tentar ser reconhecido fora dela, criando rupturas com as normas vigentes, passando a pertencer e a integrar no "grupo dos discriminados", no "grupo dos invisíveis", são aceito socialmente.

No grupo focal também surgiu à questão da violência praticada e sofrida no âmbito escolar e na própria instituição, o "bullying" teria, a partir de observações e recortes das falas, uma relação direta com a violência vivenciada em casa e aquela exposta na comunidade, estabelecendo uma associação de interdependência entre as formas de violências.

Segundo a psicóloga da instituição *"existem regras e normas de convivência, eles próprios criaram, mas na prática faz bullying o tempo inteiro"*. Embora na teoria saibam que o bullying não deve ser praticado, no dia a dia colocam apelidos e riem de colegas que apresentam características diferentes

Para alguns se percebe, como a forma de ser o mais engraçado do grupo, de ser popular para os demais colegas, incentivam e servem de modelo para aqueles que o seguem, as humilhações aos colegas, tornam-se a diversão da turma, colocam apelidos para descontrar. Porém quem sofre não compartilha desta alegria.

Constantini (2004) explica que o bullying não é conflitos normais ou brigas que ocorrem entre estudantes, mas verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças, que, sistematicamente, com violência física e psicológica, são repetidamente impostos a indivíduos particularmente mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que leva no mais das vezes a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização.

É um fenômeno que pode afetar a autoestima e a saúde mental dos adolescentes, assim como desencadear problemas como anorexia, bulimia, depressão, ansiedade e até mesmo o suicídio. Em alguns desenvolvem medo, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos e geralmente evitam voltar às instituições quando esta nada faz em defesa da vítima.

Lopes Neto (2005) destaca, além do caráter repetitivo do bullying, também tem o seu caráter intencional e sem motivação evidente, assim como a desigualdade de poder entre os envolvidos. O bullying se manifesta através de insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, tomar pertences, meter medo, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos, levando-os à exclusão.

A maioria não se define como violentos, reconhecem que social e moralmente seria errado e mal visto ser agressivo, porém se questionados sobre como lidam com a raiva, deixam escapar *“que de forma agressiva verbal ou física, na tentativa de resolver os conflitos interpessoais que fogem ao seu controle”*.

#### Quadro 7 - Ser Violento é Social e Moralmente Inadmissível

“... Não sou violento, mas se fico nervoso, parto pra cima, pra resolver a parada, não sou violento, aviso uma vez e mando parar, daí continua, eu meto a porrada pra resolver logo, eu fico na minha, sou tranquilão, mas uma coisa que me deixa com raiva é apelidos, se me colorem eu xingo também, humilho até o Mané chorar, resolvo envergonhando na frente dos outros mesmo”. (masculino/13 anos)

“... Não sou violento, mas sou nervoso. Quando estou com raiva, sou impulsivo, daí perco o controle. Não sou agressivo, mas me estouro á toa. Não sou violento, só quando me tiram do sério, sou pavio curto”. (masculino/15 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

No grupo focal, foi levantada a questão sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres e observada à percepção dos adolescentes sobre os possíveis

motivos da mulher sofrer violência de seu companheiro e sobre os comportamentos característicos desse autor de violência, bem como a realidade social e as histórias singulares que permeiam a violência.

Segundo relatos os meninos não se identificam como violentos, pois reconhecem como algo errado, mas se contradizem quando contam as suas histórias pessoais e as suas dificuldades em lidar com a raiva e a frustração no seu cotidiano.

Encontra na violência uma forma de resolver conflitos, de intimidar e de se descrever enquanto pertencente ao gênero masculino, afirmam existir justificativas e momentos específicos para apresentar comportamentos violentos.

Há uma estimulação continuamente para o adolescente expressar a sua virilidade por meio da coragem, da força e da valentia, negar ao medo e a sensibilidade. Dados epidemiológicos de pesquisas por Rothman e colaboradores (2003), apontam para elevados índices de morbidade e mortalidade masculina, especialmente relacionada a causas externas (homicídio, suicídio e acidente de trânsito) e a problemas associados aos transtornos mentais. E ainda afirmaram que os homens brasileiros vivem, em média, sete anos a menos do que as mulheres.

Para resolver questões que desafiam a sua masculinidade, a sua coragem, pelo uso da força e da violência se legitimam se autoafirmam como homens na sua escola e no seu bairro. As pessoas o respeitam ou pelo menos tem medo e não ousam desafiá-lo.

No que se refere ao gênero, à maioria dos estudos parece indicar um maior envolvimento do gênero masculino, no fenômeno do *bullying*, quer no papel de agressor, como no de vítima, mas com particular incidência no primeiro.

Estudos empíricos de Crick e Dodge (1996) permitiram identificar os agressores reativos que caracteriza por reagir com raiva e emoções exacerbadas aos comportamentos dos outros, neles a agressão parece desempenhar um papel retaliatório e compensatório.

As diferenças entre gêneros são particularmente acentuadas no que se refere aos maus-tratos de tipo físico (MARTINS, 2006). Muitos autores explicam estes resultados em função da associação que se estabelece entre a agressão e os

estereótipos de dominação e manifestação de força física associados à masculinidade.

Existem os agressores proativos, que escolhem seus objetivos e procuram obter domínio sobre os outros. Escolhendo respostas agressivas, para lidar com as situações e conflitos interpessoais, por acreditar que são essas que conduzirão, facilmente, aos objetivos desejados (CRICK; DODGE, 1996).

Seriam adolescentes cujas crenças apoiam e legitimam a utilização da agressão, considerando-a uma estratégia adequada e eficaz para a resolução de conflitos. Utiliza da violência para que o outro faça as suas vontades, por meio do uso da força e da intimidação, a violência como uma maneira de levar a vida, de lidar com as questões que fogem ao seu controle.

Parecem ser guiados pelas leis das condutas agressivas em resultado de ter adquirido crenças que reforçavam a ideia de que a agressão conduziria a consequências positivas, para si próprios. Tendo uma capacidade de conduzir e manipular os outros, com vista a alcançar os seus objetivos.

A violência tem o seu caráter evolutivo, ocorrendo de forma gradativa, inicia-se com a violência psicológica, verbal, com o intuito de mostrar poder e autoridade, quem “manda no pedaço”, quem “dá as regras da casa”, violência verbal, por meio de xingamentos e humilhações até culminar em atos de violência física, pela intolerância e perda de controle da situação.

Na escola da mesma forma, um colega coloca apelidos, gerando constrangimento e humilhação em público, daí a vítima pede para parar, sai de perto, tentando resolver a situação de forma pacífica, o colega agressor insiste, logo surgem os insultos verbais e ameaças de agressão física.

Nos bairros a violência também se dá de forma gradativa, se inicia as intimidações verbais, na tentativa de se impor por meio das ameaças de morte, como forma de inibir e desencorajar o outro, se houver persistência, a morte é inevitável, até como um modo de defesa e sobrevivência.

Segundo Coimbra (2001) a exposição ao risco tem suas dimensões objetivas e subjetivas tem como pretensão verificar as suas potencialidades pessoais e a autoafirmação das suas habilidades, além do reconhecimento social, as situações

de risco e o modo como superá-las deve ser compreendido no processo de formação identitária destes jovens.

Segundo a OMS (2005) a violência interpessoal é caracterizada por maus-tratos entre os pares, causando uma significativa proporção de mortes, deficiências e problemas de saúde física e mental, estando os seus múltiplos subtipos fortemente relacionados com a violência coletiva e autodirigida.

Quadro 8 - Motivos de um homem agredir uma mulher segundo relatos

“... Por ciúmes o homem bate na mulher, medo dela trair no facebook, as mulheres não dão amor ao marido e ainda querem reclamar que apanham? Uma mulher que enfrenta o homem merece apanhar, quando a minha irmã de 12 anos me enfrenta ela apanha, a mulher enche a porra do saco do homem, aí merece né. Tem mulher que é muito chata, elas merecem”.  
(masculino/17 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

Pela análise da fala anterior percebe-se que mesmo por motivo fútil, a violência pode ser tolerada e aceitável. Neste relato a violência é apresentada como resultado de algo merecido, como consequência inevitável de um comportamento que o contrarie e prejudique a sua honra.

Existe alguma justificativa para a violência? A fala destes adolescentes representa o pensamento de muitos, de que a mulher deve ser punida caso sua conduta esteja fora dos padrões que a sociedade estabelece. Como se a mulher provocasse e “*estivesse pedindo para apanhar*”, “*apanhou porque merecia*”.

Um adolescente de 17 anos que reproduz o pensamento de uma cultura machista, em que há a expectativa do papel da mulher como submissa e passiva as vontades do homem.

Szapiro e Feres-Carneiro (2002) afirmam que as mudanças sociais, culturais e políticas ocorridas nas últimas décadas para as mulheres, como a participação na população economicamente ativa nacional, o aumento do contingente de mulheres chefiando as famílias, principalmente nas camadas mais populares, têm contribuído para o deslocamento dos padrões hierárquicos nas relações de gênero, não chegando, entretanto, a superar as assimetrias.

Dantas-Berger e Giffin (2005) argumentam que tais transições, além das mudanças na tradicional função masculina de provedor em decorrência do

desemprego que atinge a população em geral. Inicialmente um instrumento de autonomia para as mulheres, pode provocar resistências de ambos os parceiros. Sendo assim, as negociações necessárias para se adaptar a novas realidades acabam se transformando em conflitos.

Quadro 9 - Relatam histórias pessoais e familiares

“... Meu padrasto bate na minha mãe só quando eu não estou em casa, meu tio também bate na minha tia, meu amigo bate na namorada dele”. (masculino/17 anos)

“... Meu padrasto estava dando muita porrada na minha mãe, como um homem bate noutro homem, ela ficou sem os dentes da frente e toda cheia de hematomas, entrei na briga e ele também me agrediu. Os vizinhos chamaram a polícia e ele foi preso. Se aproximando a audiência fui convocado, minha mãe pediu que eu mentisse ao juiz, como uma maneira do meu padrasto ser solto. Eu não quis mentir e nem fui a audiência. Ela jogou todas as minhas roupas pra fora de casa e não quer que eu volte”. (masculino/15 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

Pelo relato anterior observa-se a indignação e a revolta dos filhos, geralmente pertencente ao gênero masculino, como responsável para defender e proteger a sua mãe. E fica evidente como é uma forma de violência rotineira em seu contexto familiar.

Somado a isso, crianças e adolescentes que vivem a violência exercida contra a mulher podem igualmente sofrer sequelas físicas e psicológicas semelhantes às da própria vítima de agressão, desde a ocorrência de ansiedade, dores de cabeça, úlceras, sentimentos de culpa e depressão até as relacionadas ao processo de desenvolvimento infantil, tais como problemas na fala, dificuldades de aprendizagem e de concentração (SILVA et al., 2007).

De acordo com Unbehaum-Ridente (1998), podemos observar mudanças nas concepções de família. Uma afirmação de diferentes modelos nas organizações familiares, representando novos arranjos e dinâmicas entre homens e mulheres, pais, mães e filhos (famílias chefiadas por mulheres, família sem filhos, família composta pelo pai e filhos, família recomposta).

Nesse contexto, Carvalho (1998) explica que a relação entre homem e mulher deve ser entendida a partir de um conjunto de valores e práticas culturais e sociais que incluam gênero, classe, etnia e as transformações históricas. Os significados

atribuídos ao ser homem ou ser mulher devem ser radicalmente entendidos a partir do contexto histórico e, por vezes, singularizados.

Quadro 10 - Uma história marcada por violências

“... Meu avô agredia a minha avó, meu pai agredia a minha mãe. Quando eu tinha 11 anos, meu pai me deu um soco no rosto que saiu até sangue. Quando o meu namorado me bate, eu me corto pra ver o sangue descer, isso me dá uma sensação de alívio”. (feminino/15 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

A exposição à violência estaria diretamente associada a uma série de consequências negativas físicas, sociais, emocionais e comportamentais para o desenvolvimento do jovem (HENRICH et al., 2004).

As histórias familiares estão entre os possíveis motivos para as mulheres continuarem em uma relação em que há violência, histórias na qual havia agressão entre os pais ou pessoas próximas a elas, ela mesma ter sido vítima de violência física, negligência ou abuso sexual, entre outros, quando criança ou adolescente (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Desse modo, a violência perpetrada contra a mulher dentro da família, ao repercutir de tal maneira em crianças e adolescentes, pode formar um ciclo contínuo do problema, ou o que se chama de transgeracionalidade da violência, que nada mais é que uma herança transmitida de uma geração a outra com o amparo social e cultural (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Para Badinter (1993), a masculinidade, por ser socialmente ensinada, poderá ser desconstruída em benefício das mulheres e dos homens, e reconstruída, ancorada em modelos de papéis sociais voltados para igualdade de gênero, sem que haja uma relação de dominação entre masculino e feminino.

Na concepção deste autor, a obediência aos pais significa a aceitação sem questionamento de normas que já estavam definidas quando nascemos, de modo que a possibilidade de rompimento destas normas é sempre ameaçadora.

O papel dos pais, na família, seria o de ensinar, enquanto que o dos filhos é aprender. No entanto, o conhecimento é transmitido de forma autoritária, haja vista que aprender significa aceitar os modelos de educação definidos pelos pais sem, contudo, questioná-los.

No grupo focal, a adolescente relatou a forma violenta que seu pai a tratou, para Hoffman (1960) o poder tem potencial para compelir uma pessoa agir de maneira contrária à sua própria vontade. A relação entre pais e filhos ilustra uma típica situação na qual existe uma concentração de poder na figura dos pais.

A disciplina coercitiva caracteriza-se por práticas que utilizam a aplicação direta da força e do poder dos pais (HOFFMAN, 1975). Tais práticas incluem punição física e privação de privilégios ou ameaças, compelindo a criança a adequar seu comportamento às reações punitivas dos pais. Estas práticas podem provocar emoções intensas, como hostilidade, medo e ansiedade, interferindo na capacidade da criança para ajustar seu comportamento à situação.

Crianças cuja família utiliza práticas disciplinares coercitivas tendem a usar métodos coercitivos na resolução de conflito com seus pares nas relações interpessoais quando inseridos em diferentes contextos, assumindo como padrão de resposta agressiva para alcançar o objetivo idealizado (HART; LADD; BURLESON, 1990).

Uma medida restritiva, como a aplicação de uma punição, pode ser utilizada como decorrência natural de um comportamento inapropriado, devendo vir acompanhada de explicações lógicas e adequadas à situação. A percepção de estar sendo cuidada pode minimizar os sentimentos negativos na criança, reduzindo a probabilidade de resultados indesejados no seu desenvolvimento (GRUSEC; LYTTON, 1988).

O controle excessivo do comportamento dos filhos ilustra um desequilíbrio de poder na relação, o qual impede o desenvolvimento de características e habilidades importantes, como autoconfiança, autoestima e autonomia (BAUMRIND, 1971). Podendo comprometer o desenvolvimento dos filhos, gerando um sentimento de incapacidade diante de tantos limites estabelecidos, a criança é privada da oportunidade de conhecer as suas potencialidades.

Esta vivência de imposição e violência familiar permite compreender que o modelo de comportamento destes jovens, haja vista que, quando se relacionarem com suas companheiras, eles tendem a reproduzirem as mesmas histórias de violência.

Quadro 11 - A sensação de impotência de um filho ao presenciar violência contra a sua mãe e as consequências para o seu emocional

“... Cresci vendo minha mãe apanhar, eu ia para o banheiro e me cortava, todas as vezes que ele batia na minha mãe, uma vez eu enfiei a faca na perna dele, para proteger a minha mãe, ele é um monstro covarde, tenho raiva dele até hoje.” (masculino/17 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

Fica evidente no relato que o filho se sente indignado e revoltado por presenciarem sua mãe “sagrada” sendo agredida, e se perguntam como protegê-la? Muitos querem retribuir com violência, com o desejo de matar este homem, outros ainda são pequenos e não tem força suficiente para resolver com suas próprias mãos o problema de sua mãe.

No processo de identificação, se nega parecer com o seu pai, preferem ter o jeito da mãe, pois a figura paterna e masculina seria caracterizada como verdadeiros monstros, agressivos e violentos com suas mães e nas relações com os seus filhos. O modelo de referência torna-se a mãe como uma figura sensível e amável.

Silva et al. (2007) afirmam que os filhos ao presenciarem violência conjugal/familiar tendem a sofrer sequelas sociais e psicológicas parecidas com as da própria vítima. Além dos casos de filhos que são vítimas diretas das ameaças e agressões verbais e físicas desferidas pelos agressores. Por consequência tem os que se autoflagelam, tem os que desejam sair da escola para ficar em casa, protegendo a sua mãe, aqueles que anseiam pela maior idade para sair de casa e os que planejam se vingar matando o agressor.

A violência doméstica é definida por Barcellos (2003) como variadas formas de violência interpessoal (agressão física, abuso psicológico e negligência). Comportando assim, as violências entre pessoas que convivem no ambiente familiar. Já o termo violência intrafamiliar refere-se aos comportamentos violentos entre pessoas com parentesco consanguíneo e/ou afim, podendo acontecer dentro da casa ou fora dela.

Portanto devido à complexidade deste fenômeno em sua constituição e dinâmica. Azevedo (1985) destaca que é preciso sempre levar em consideração as múltiplas determinações, sofrendo o efeito de inúmeras mediações e condicionantes que não se pode ignorar se quisermos compreender a violência contra a mulher em toda sua plenitude.

Nos relatos conforme as entrevistas semiestruturadas e as falas do grupo focal, os adolescentes citaram presenciar violência na escola e no bairro, estando expostos à violência diariamente:

Quadro 12 - Experiências pessoais, rotineiras e naturalizadas com a violência

“... Teve porrada hoje de manhã lá na escola, no meu bairro, porradaria todo dia, final de semana lá no bairro teve guerra do tráfico, coisa de facção”. (masculino, 17 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

Um fenômeno que tem se tornado constante, naturalizado e banalizado para a juventude dos grupos populares, são eventos cotidianos e corriqueiros, que quando não acontece fora, acontecem dentro de casa, ou simultaneamente, são formas consideradas eficazes para resolver conflitos interpessoais.

Modo simples de ser copiado, modelo fácil e prático, transmitido por gerações, a marca da sua cultura, a etiqueta do seu bairro, a realidade mais próxima que estes jovens têm uma referência aprendida, para lidar com o que o desagrada.

A escola seria na percepção destes adolescentes um ambiente violento, ocorrendo brigas diariamente, um ambiente hostil, onde muitos são vítimas de bullying, se sentindo desprotegidos, ameaçados e desmotivados a frequentá-la.

Estudos sobre gênero mostram o predomínio do sexo masculino em relação à vitimização nos contextos escolar e comunitário (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1995), justificado pela maior exposição masculina a fatores de riscos individuais, familiares e socioculturais.

Compreendendo a violência em sua complexidade, é fundamental conhecermos os contextos nos quais os sujeitos estão inseridos, suas relações sociais, bairro onde residem, normas culturais e desigualdades sociais, referentes à classe social e ao gênero. Contextos que podem aumentar o risco de violência, onde a violência pode ser encorajada ou inibida.

Para Lourenço et al. (2010), Gebara (2009) e Krug et al. (2002) o estudo da violência familiar ou doméstica cometida por membros constituintes de uma família ganhou destaque no meio acadêmico há cerca de três décadas devido às repercussões e prejuízos desencadeados às vítimas.

Os autores mencionaram que alguns estudos atribuem às modalidades de violência que acontecem em ambiente familiar como possíveis desencadeadores dos atos violentos que configuram os índices de morbi-mortalidade em outros contextos, como o escolar e o social.

Há dimensões da violência que deixam de ser invisíveis, há tipos de vitimização coletiva e individual. Verifica-se a existência de conflitos coletivos, sociais, familiares que resultam em respostas violentas. Há um esforço para quebrar o silenciamento que envolve essas questões que não são da vida privada ou secreta, mas são políticas e públicas.

Ainda segundo estes autores seria importante perceber o contexto da violência atual e sua relação estrutural com este sistema econômico, existiria uma relação profunda entre as violências (da guerra, do tráfico de drogas, do crime organizado, da criminalidade urbana violenta) e o poder econômico.

De fato além da falta de perspectivas para o trabalho, alternativas de lazer, uma marca singular destes jovens, é a sua vulnerabilidade à violência, o que se traduz na morte precoce de tantos. Abramovay (2002) considera que a violência não é traço novo na vida dos jovens de baixa renda no Brasil, porém o medo, a exposição à violência e a participação ativa em atos violentos e no tráfico de drogas seriam marcas identitárias da geração contemporânea.

Segundo o autor a situação de vulnerabilidade estaria aliada às condições socioeconômicas precárias de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens e agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade.

Cepal (2000) ressalta-se que a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação dos direitos e a dificuldade ao acesso a bens e serviços públicos, bem como equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos.

Peralva (2000) em seu trabalho, debatendo a literatura sobre violência no Brasil, critica a associação entre pobreza, desigualdades de renda e violência, como insuficiente no plano explicativo, mas reconhecendo a "geografia das mortes violentas nas periferias pobres e não nos bairros ricos".

Uma violência relacionada às assimetrias sociais que se traduzem em autoritarismos de várias ordens como o subdesenvolvimento territorializado. Marcas de desigualdades sociais, impunidades quanto a violações de direitos.

Pelo relato deles, as diferentes formas de violências estão interligadas, em casa, na escola e nas instituições de medidas socioeducativas. Em um contexto específico são vítimas, porém em outros são os autores da violência, produz e reproduz violências, como produto e produtor dos modos de violência nas interações sociais do seu cotidiano.

Especialmente os homens jovens e pobres, desenvolviam uma criminalidade violenta na qual eles eram ao mesmo tempo os autores e as vítimas (ZALUAR, 1994).

#### Quadro 13 - Experiências pessoais, rotineiras e naturalizadas com a violência

“... Vivo na violência, em casa meu pai já tacou o computador na minha mãe. Ele me bate até tirar sangue, já fiquei dias sem sair de casa, cheio de marcas. Na escola eu já mordi o braço da diretora e joguei ela no chão, quem mandou ela separar a briga? Puxei a peruca da professora, uma vez que ela pegou o meu baralho, todo mundo ficou rindo da cara dela. Sofro bullying na escola, me chamam de baleia orca, rolha de poço, chupeta de baleia, Free Willy, gordo gayzinho, viadinho, tia tenho um monte de apelidos”. (masculino/15 anos)

Fonte: dos autores, 2017.

Conforme Bandura (1961), os valores e as condutas agressivas dos adultos servem como normas a serem seguidas pelos filhos e os mesmos tendem a imitar essas práticas parentais. A aprendizagem da agressividade pode ocorrer por meio de modelos (família, sociedade, mídia).

Trata-se sempre de um ato corretivo e preventivo de que os pais lançam mão para evitar perder o controle da situação, com a necessidade de sentirem que dominam seus filhos, domínio esse que se exerce pela força, pela violência e pela ameaça ao abandono caso desrespeitem as regras e normas impostas.

Os pais utilizam as práticas educativas coercitivas para desenvolver disciplina e promover socialização, a fim de modelar os comportamentos dos filhos segundo as próprias considerações (SAPIENZA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2009). A falta de habilidades parentais é em parte responsável pelo desenvolvimento ou manutenção de interações familiares perturbadoras e conseqüentemente, problemas de comportamentos nos filhos (COELHO; MURTA, 2007).

Dentre as práticas parentais negativas categorizadas por Salvo, Silvaes e Toni (2005) são especificadas as seguintes: de punição inconsistente, que acontecem quando os pais punem ou reforçam os comportamentos de seus filhos de acordo com o humor e não de modo contingente ao comportamento da criança.

E ainda a prática de abuso psicológico e físico, que acontece quando os pais machucam ou causam dor a seus filhos com a justificativa de que estão educando. Destaca-se que a violência psicológica e física como os fatores que desencadeiam com maior facilidade, comportamentos opostos ou desafiantes, condutas antissociais, bem como comportamentos de risco.

A violência doméstica seria um elemento desencadeador do que poderia ser denominada cadeia de violências ou reprodução de violências. Pais e mães violentos com os seus filhos, como suas vítimas ou filhos que presenciem violência contra a sua mãe, tendem a externalizar estes comportamentos nas demais relações afetivas e sociais.

A violência familiar muitas vezes é praticada pelo pai ou padrasto, tornando-se a referência ao padrão de comportamento violento a ser seguido, frequentemente, a mãe relata o desrespeito do filho e a violência como reprodução do modelo aprendido dentro de casa.

A violência vivenciada na família significaria, nas entrelinhas, uma naturalização dos comportamentos agressivos e a sua reprodução seria aceitável nas demais relações com o gênero oposto (mãe, irmã e namorada). Existindo adolescentes já como autores de violência contra a sua namorada, em termos de sentimento de posse, controle e poder, como dono “donos” de sua namorada, determina regras e estabelece limites abusos a sua liberdade.

Segundo Grych e Fincham (1990), o ambiente familiar em que vive é essencial ao aprendizado da forma como enfrentar conflitos. Estudos têm mostrado associação entre sofrer e praticar violência, como uma forma de exteriorizar o modelo aprendido dentro do lar.

Sujeitos que vivem em ambiente familiar agressivo e abusivo apresentam maior probabilidade de desenvolver comportamentos violentos no futuro ou de serem vítimas nas suas relações afetivas. Os teóricos também falam das vítimas-agressoras, conhecidos como aqueles que são simultaneamente vítimas em um

determinado ambiente e agressores em outros locais, descarregando a sua raiva, a sua agressividade é do tipo reativo as provocações. Com alguma frequência, foram vítimas de maus-tratos na família (COIE, 2004). Em seu histórico encontram-se muitas rejeições e relações abusivas de poder.

As relações íntimas ou próximas, tais como as que são estabelecidas com a família, amigos, pares e parceiros íntimos, podem aumentar o risco de vir a ser uma vítima ou um perpetrador de violência. Na adolescência ter amigos que se envolvem e encorajam a violência pode aumentar o risco de incorrer em condutas violentas na vida adulta (CAIRNS et al. 1988).

No processo de socialização, a interação dos cuidadores com as crianças nos anos iniciais tem sido considerada a base para o sucesso das relações futuras (PICCININI et al., 2007).

A família é a instituição onde são aprendidas as práticas educativas e disciplinares condizentes com os padrões de sua época. É um campo vasto para a investigação sobre a questão da violência, haja visto que é nela que se estabelece os padrões das relações sociais.

Pesquisadores da área de saúde sugerem que a violência e as negligências que ocorrem no ambiente familiar sejam responsáveis por grande parte de atos violentos na adolescência e na vida adulta (MINAYO, 1998).

Adolescentes que acumulam uma variedade de problemas familiares relacionados à violência, ao uso da força e das relações desiguais de poder e de gênero, tendem ao longo da sua trajetória desenvolver resultados negativos, como parentalidade na adolescência, delinquência e violência (LOCHMAN et al., 2006).

Nos casos em que a violência está presente a partir da noção de disciplina ligada à ideia de autoridade e de força. Para muitos cuidadores, a forma de ensinar e disciplinar passa pela violência física, bater num filho seria a forma de ensinar-lhe o que é certo e bom.

Uma relação familiar nas quais tanto os pais quanto os filhos utilizam respostas agressivas para lidar com conflitos (GALLO; WILLIAMS, 2005). Compreende-se que se o cuidador utiliza a punição verbal, psicológica ou física mostra as crianças que a violência é uma maneira apropriada para se relacionar e de resolver conflitos (PESCE, 2009).

A educação familiar e formal na construção da pessoa como cidadã é dado a partir do modelo de pedagogia autoritário, no qual a disciplina reverte-se em maus-tratos, castigos físicos aplicados a crianças e/ou adolescentes. É um jeito de submeter à criança ao universo adulto.

Dado que a violência é um fenômeno complexo, cujas causas se baseiam na interação de muitos fatores (biológicos, psicossociais, culturais, econômicos e políticos), a OMS (2005), bem como a maioria dos especialistas propõe que se utilize um modelo ecológico para a sua compreensão, este modelo consiste na avaliação do individual, relacional, comunitário e o social da natureza multifacetada da violência.

O modelo ecológico (OMS, 2005) propõe quatro níveis distintos que devem ser examinados como fatores de risco e de proteção que influenciam o comportamento violento, ou o risco de se praticar ou de ser vítima de violência

O primeiro nível identifica fatores de história pessoal que influenciam a probabilidade do indivíduo se tornar uma vítima ou um perpetrador de violência. Fatores como idade, gênero, nível educacional e salarial, desordens de personalidade, abuso de substâncias e uma história prévia de comportamento agressivo e de experiência de abuso.

O segundo nível centra-se nas relações íntimas ou próximas, tais como as que são estabelecidas com a família, amigos, pares e parceiros íntimos.

A evidência científica sugere também que os diferentes tipos de violência interpessoal estão relacionados entre si e podem conduzir uns aos outros. Deste modo, ter estado exposto à violência conjugal, na infância, parece aumentar o risco de se envolver em condutas agressivas na escola; enquanto que ter sido vítima de maus-tratos na família aumenta o risco de se vir a converter numa vítima-agressora na escola (BALDRY, 2003).

O terceiro nível explora os contextos comunitários nos quais as relações sociais ocorrem, tais como a escola, os locais de trabalho, o tipo de bairro onde se reside, os contextos de convívio informal.

O quarto nível procura identificar os fatores sociais mais globais que incluem aspectos como a disponibilidade das armas, as normas culturais e sociais e as

políticas econômicas, educacionais e sociais que podem contribuir para manter a desigualdade econômica e social entre os grupos sociais.

A psicóloga da instituição comentou sobre este adolescente:

Quadro 14 - A falta de preparo dos profissionais em compreender e lidar com o comportamento violento

“... Ele é uma questão de saúde mental, com ele não tenho paciência, ele bateu na diretora e na professora na escola e aqui no Conexão bateu na colega, tenho medo dele, ele não respeita ninguém, ele quer atenção. Os colegas tem medo dele, ninguém fica perto”.

Fonte: dos autores, 2017.

Relatando a falta de preparo para lidar com o adolescente a coordenadora da instituição chega a uma solução:

Quadro 15 - A solução mais fácil e a única saída é a exclusão, para preservar o bom convívio

“... Vamos tirá-lo do programa, pois não sabemos como lidar com ele, ele é uma ameaça aos outros. Tem adolescente aqui que vai deixar de frequentar por conta deste agressivo”.

Fonte: dos autores, 2017.

Conforme Sawaia (1999) é preciso pensar na dialética da exclusão/inclusão como categorias que não existem por si mesmas, mas que se constituem na própria relação que mantêm entre si. Alguns dos espaços importantes na formação e na trajetória social do adolescente acabam por refletir sistemas excludentes, reproduzindo as desigualdades sociais, na medida em que não se configuram em espaços de oportunidades e garantias de direitos.

Dessa maneira, quando um adolescente é excluído do universo da escola, do trabalho, ele está, nesse momento, sendo incluído no espaço social da marginalidade e da delinquência. Vivem cotidianamente a exclusão, ora são mantidos fora da rede de suporte social, ora são iludidos, pela própria sociedade, de que dela fazem parte em condições de igualdade aos demais.

Outro profissional comenta:

Quadro 16 - Compreensões e análises simplistas dos profissionais

“... Só não dá atenção, que ele para, como se nada tivesse acontecendo, ele se impõe pela força, os colegas o respeitam por isso”.

Fonte: dos autores, 2017.

A psicóloga disse diretamente a ele, com semelhante de repulsa, de “nojo”:

Quadro 17 - Violência simbólica e institucional

“... Você está com mal cheiro e ainda fica me abraçando, vai passar tudo pra mim”.

Fonte: dos autores, 2017.

Para Bourdieu (2003) existe a violência simbólica que se realiza sem que seja percebida como violência, inclusive por quem é por ela vitimizada, pois se insere em tramas de relações de poder naturalizadas. A forma mais complexa de violência exercida pela sociedade contra os seus membros ou por "representantes" da norma e do controle social.

A noção de violência é por princípio, ambígua. Não existe uma única percepção do que seja violência, mas multiplicidade de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro.

Quanto ao gênero, dizem não concordar com o machismo, nem com a dominância masculina, que homens e mulheres devem ter direitos e oportunidades iguais, porém ainda estão em processo de incorporar novos sentidos.

Sabem que é errado, que não tem mais poder do que as mulheres, porém ainda não sabe ao certo como fazer o que é certo. Parece que ainda estão em processo de internalizar nos papéis de gênero.

Não tem parâmetro muito estabelecido, nada definido, a sociedade ainda está em mudança, se sentem confusos como devem agir. Não querem ser “machistas”, mas se sentem sem referência de como devem ser.

Os significados de gênero e o modo como vivenciamos as cobranças sociais de gênero variam e se modificam através do tempo, de uma cultura para outra e dentro de uma mesma cultura, em função, por exemplo, das diferentes classes

sociais, etnias, escolaridades, influências religiosas e regionais, conforme (DE SOUZA; BALDWIN; ROSA, 2000).

Ainda no grupo focal, os adolescentes relataram a violência e o abuso de poder dos policiais, relatos de discriminação e preconceitos. Contaram como se sentem inferiorizados e pré-julgados devido a sua classe social e a sua cor.

Os instrumentos da violência, segundo Hannah Arendt (1994), seriam mudos, abdicariam do uso da linguagem que caracteriza as relações de poder, baseadas na persuasão, influência ou legitimidade. Outras definições não fogem desse paradigma: a violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro; a violência como a negação da dignidade humana; a violência como a ausência de compaixão e a violência como a palavra emparedada ou o excesso de poder.

Quadro 18 - Violência pelas autoridades policiais

“... Quando somos abordados na rua pelos PMs, eles são abusados demais, usam de violência, abusam do poder deles e já chegam como se nós fossem bandidos”.

“... Entram lá em casa de vez em quando, procurando drogas, desrespeitam a minha mãe e mandam o meu irmão de 4 anos parar de chorar e calar a porra da boca, sem mandato mesmo, como caçando bandido”.

“A gente estava jogando bola no campinho lá perto de casa, eu, meus amigos, a rapaziada da bairro, só gente do bem, aí chega os cara da PM, da Civil e manda todo mundo pra casa, com umas armas enormes, só na violência, xinga nós, humilha, dá tapa na cara, na cabeça, só na brutalidade, chuta por trás, pra pegar a senhora sabe onde né, porra dói muito. Caramba tia, só porque nós é pobre, eles já chegam assim, como se favelado fosse bandido e todo negro traficante”.

“Na boa professora, por isso que têm muitos aí que crescem e viram bandidos, eles ficam revoltados, só querem matar, só querem vingança desses policiais abusados”.

“Sabe professora, eu prefiro muito mais os traficantes lá do bairro do que esses policiais aí, eu tenho mais confiança nos traficantes do nesses caras. Tem uns que ‘forjam’ colocam drogas nas nossas roupas, só pra nos levar pra delegacia. Os caras da facção protegem a comunidade, eles tratam a gente com respeito”.

Fonte: dos autores, 2017.

Inúmeros dados segundo Minayo e Ramos (2003) têm demonstrado que a vulnerabilidade à violência encontra-se nos grupos populares, constituindo-se na principal causa de morte dos jovens, sendo considerado um grave problema para a saúde pública no Brasil.

Segundo Waiselfisz (2015) os dados estatísticos do relatório “Mapa da Violência” da Unesco revela que 42.416 pessoas morreram em 2012 vítimas de arma de fogo no Brasil, o equivalente a 116 óbitos por dia. O estudo revela também que os jovens são as maiores vítimas das mortes por armas de fogo no Brasil. O equivalente a 59% na faixa de 15 a 29 anos, sendo os mais altos índices já registrados pelo Mapa da Violência desde 1980.

Traçou comparações internacionais realizadas em 67 países e evidenciou que o jovem latino-americano tem 30 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem europeu. Evidenciou que o Brasil ocupa o quarto lugar nas taxas de homicídio no que se refere à população em geral, e o quinto, na sua população jovem.

Os jovens mortos nas favelas com certeza não são todos criminosos, mas a verdade é que estes pobres, pelo ambiente em que vivem, estão fatalmente mais expostos ao crime e a morte. Segundo Sousa (2007), ser negro, jovem e morador da periferia ou da favela é portar um *kit estigma* que gera um risco cotidiano de perder o direito mais fundamental do ser humano, o de sobreviver, uma representação social, que reverberam preconceitos enraizados no imaginário coletivo.

Práticas de violência socialmente produzidas, culturalmente aceitáveis, vivenciadas cotidianamente, que violam os direitos sociais dos jovens pobres no Brasil, demonstrando uma instituída relação entre periculosidade, classe social e gênero.

Para Waiselfisz (2015) culturalmente, faz parte da socialização masculina, eles reagirem com mais ímpeto aos problemas e provocações, adotando com maior frequência, atitudes violentas, para a sua defesa, pois afinal, homem ‘não pode levar desaforo pra casa’, não pode revelar o seu medo, portanto mostra-se sempre corajoso com uma percepção de competência social, construída com base no domínio sobre outros e no protagonismo social que as condutas agressivas lhes proporcionam.

Por outro lado, as meninas conseguem buscar apoio social, reconhecendo os seus medos, limitações e vulnerabilidade. Agindo de modo a preservar a sua vida, para se proteger, sem se colocar em risco, algumas referem recuar e ser consideradas como “medrosas” que fogem da briga.

A violência em nosso país assume diversas facetas, e uma das mais preocupantes é a institucional, aquela cometida justamente pelos órgãos e agentes públicos que deveriam se esforçar para proteger e defender os cidadãos. Fazendo uso de práticas autoritárias, em nome da manutenção da lei e da ordem, do controle social.

Tais práticas afetam principalmente os grupos vulneráveis da sociedade – entre outros, crianças e adolescentes, idosos, mulheres – aos qual o Estado deveria dar uma atenção específica em razão de suas particularidades. Por não prover essa proteção especial, o Estado brasileiro acaba mantendo inalterado o status quo dessa população marginalizada e excluída.

Essa população em geral, quando tem seus direitos desrespeitados desconhece os mecanismos legais para fazê-los valer. Se os conhece, não tem fácil acesso à Justiça ou não acredita nas instituições jurídicas como meio de resoluções de conflitos.

Segundo Waiselfisz (2015) a violência policial é a mais notória dentre as praticadas por agentes do Estado, mata-se em nome da lei, policiais militares, que estão em serviço ou não seriam os responsáveis pelo crescimento do índice de homicídios.

Não se pode falar da violência policial sem mencionar a reiterada e sistemática prática da tortura, seja durante as rondas, seja durante a condução dos adolescentes suspeitos à delegacia, o cotidiano de trabalho dos policiais é permeado por essa prática, usada como castigo, instrumento disciplinar ou forma de obter confissões forçadas.

É necessário pensar em políticas públicas capazes de efetivamente reverter à situação caótica de violência institucional do Estado brasileiro para num primeiro momento contê-la, minimizando seus perversos efeitos, para, posteriormente, evitá-la, eliminando-a da prática cotidiana dos agentes estatais.

Segundo Correia e Riquinho (2006) as violências, particularmente, repercutem no setor de saúde, essencialmente pelo número de mortes provocadas e pela necessidade de atendimento às pessoas lesionadas, com longos períodos de consumo de serviço e sequelas incapacitantes.

Constantemente estão inseridos em situações de violação dos seus direitos. Um verdadeiro desrespeito e como cobrar dos mesmos o reconhecimento do direito do outro? Como cobrar o respeito mútuo em sociedade?

Estudos brasileiros vêm mostrando que há uma conexão entre as violências, aquelas que ocorrem no interior da família, violência na escola, a violência do bairro e associada àquela que está condicionada as condições estruturais da pobreza, da deficiência educacional, de baixa qualidade de vida e de falta de oportunidade de trabalho (NJAINE; MINAYO, 2003).

Para Abramo (2005) as desigualdades sociais estão associadas ao crescimento da violência para os jovens pertencentes aos grupos populares. E o seu alto índice as condições socioeconômicas precárias, sem perspectiva de mudanças com relação ao seu futuro se inserem em condutas violentas, com a sensação de não ter nada a perder.

Segundo Chevigny (1995) quatro aspectos fundamentais precisam ser considerados: a orientação governamental no uso da violência; a consciência de cidadania; o nível de aceitação social da violência para resolver conflitos e o padrão de relacionamento entre governo e população visando regular a cidadania e possibilitar o controle social sobre os órgãos governamentais.

Pensada nesses termos, a violência oficial está ligada à violência estrutural - que se manifesta nas desigualdades sociorraciais, mas não pode ser reduzida a esta última. Ou seja, se o aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial.

Diferentes autores ressaltam que o crescimento do crime e da violência resulta não apenas da pobreza e da desigualdade social, mas também dos conflitos institucionais (MESQUITA NETO et al., 2001), pela omissão do poder público, pela incapacidade de garantir a segurança e em diversos casos sendo promotores da violência que deveria combater.

Ainda segundo este autor a falta desses controles contribui para que a violência estrutural se transforme em agressão direta ou interpessoal, gerando formas de vitimização e insegurança que favorecem a intolerância e servem como

álibis para abusos policiais. Nestes casos, a percepção de perda de controle sobre a criminalidade faz com que setores da sociedade desenvolvam comportamentos autoritários, apoiando excessos da polícia contra responsáveis por delitos grandes ou pequenos.

Não se nega a importância de reformas no sistema de segurança, controles sobre abusos de poder e desrespeito aos direitos humanos e a relação entre violência e crise de democracia e a necessidade de afirmação de um Estado de Bem-Estar (PERALVA, 2000).

Concebendo o indivíduo como produto e reproduzidor do seu contexto sociocultural e das interações sociais estabelecidas, para Mello-Jorge (2006), a incidência das mortes violentas recai, preponderantemente, sobre a população masculina de adolescentes e adultos jovens, oriundos das classes menos favorecidas, de cor negra, com pouca ou nenhuma qualificação profissional e com baixa escolaridade.

Quadro 19 - Relatam sofrer discriminação e como isso os afeta em sua autoimagem

“... Sou confundido com marginal”, “o segurança do shopping fica só olhando quando entro com os meus amigos”, “me vêem preto e pobre, acham que sou bandido”, “não podemos entrar todos ao mesmo tempo na padaria, vão achar que vamos assaltar”, “tudo acontece de ruim com quem é da favela” “desde que me entendo por gente sofro violência”, “uma falta de respeito generalizada, pareço não ter direitos, mas quem se importa? Sempre foi assim”. (Grupo Focal)

Fonte: dos autores, 2017.

Uma juventude com as seguintes características identitárias, o medo, a autoestima baixa por pertencer a uma minoria desprestigiada, uma inadequação a cultura de consumo, a exposição à violência doméstica e vivenciada em seu bairro.

A violência compreendida em sua subjetividade nos conduz ao quadro de referência interna da pessoa, da sua realidade psíquica, as violências com os seus significados e sentidos, pode ser ainda mais dolorosa. Violência sentida na pele, pela discriminação da cor e da classe social, vítimas em casa e na rua também, violência hoje e amanhã também.

Coimbra (2001) constatou o poder da mídia na construção do mito das classes sociais de baixo poder aquisitivo como “classes perigosas”, e os índices de assassinatos de jovens em periferias urbanas apresenta-se como indicador de que a

imagem da juventude empobrecida do país vem sendo construída sob a égide do medo, da falta de perspectivas, da marginalidade em curso.

Constituindo uma cultura que estigmatiza essa população, contribuindo para a construção da imagem do homem pobre negro relacionado diretamente com os índices de violência. A mídia propaga a imagem do perigoso em potencial, do possível criminoso, alertando a sociedade de quem ela deve se proteger, do risco iminente ao se deparar com esse estereótipo do gênero masculino, da raça negra e da classe social pobre.

Segundo Mello (1999) a vivência destes jovens nos leva a alguns questionamentos fundamentais: Como não acabar confirmando toda essa expectativa social? Como resistir a essa negatividade que os acompanha? Onde encontrar seus aspectos positivos, quando a sociedade e, muitas vezes, a família já perdeu a esperança?

Em resposta a essas questões, o próprio autor adverte que é muito difícil construir e manter representações positivas de si mesmo, levando em consideração como é identificado pelo imaginário social, seu significado é construído a partir destas bases frágeis e depreciativas, trazendo reflexo direto na construção da sua identidade.

As diferenças de classe social e de cor seriam reconhecidas como classificatória do (in) visível, ao olhar o outro, rapidamente e até automaticamente, existe um processo classificatório em que se define com precisão a classe social, a etnia, a faixa etária e o gênero dos quais esse outro advém (SOARES et al. 2005).

Na mídia há uma cobertura estigmatizante, conforme Paiva e Ramos (2007), as favelas são, muitas vezes, colocadas como espaço exclusivo de violência e os jovens negros como seus principais agentes, enfatizam quase exclusivamente os conflitos armados e as ocorrências policiais, como soluções bélicas para o problema da segurança, produzindo e reforçando estereótipos.

Espíndula e Santos (2004) identificam na pesquisa realizada que os jovens são categorizados como coitadas vítimas de uma infância e de uma adolescência “diferentes”, são estigmatizados e discriminados nas ruas e nos lugares públicos que frequentam.

Jovens que vivem em condições socioeconômicas precárias ainda são, muitas vezes, criminalizados, vistos pela sociedade, em geral, como marginais em potencial, fontes de perigo.

Entretanto, enquanto sujeitos ativos, os jovens se mostram capazes de ultrapassar um modelo social que os exclui, idealizam e controlam, e de se apresentarem como autores de si próprios, construindo novas formas de ser, ao criar possibilidades existenciais, sociais e políticas inovadoras (LOPES DE OLIVEIRA, 2006).

Destaca-se, assim, o fato de que as relações de gênero e de classe social exprimem relações de poder, as quais nem sempre são vivenciadas de modo reflexivo, valores transmitidos por meio da socialização, internalizados e reproduzindo contradições e hierarquias.

As inserções de classe social e gênero em uma mesma sociedade, ao configurarem contextos de interação específicos, repercutem de forma substancial nos processos de subjetivação de cada pessoa, delineando possibilidades e limitações.

Portanto, devemos considerar o desenvolvimento da autonomia nestes jovens que se desenvolvem em um intrincado processo com seu meio sócio-histórico, considerar sua capacidade de, ao mesmo tempo, integrar-se ao contexto e transformá-lo, mesmo quando tal contexto se mostra canalizador de trajetórias de desenvolvimento relativamente previsíveis. O jovem como um parceiro social, capaz de participar ativamente do contexto no qual se insere.

Experiências que priorizam a participação dos jovens como protagonistas do seu processo de desenvolvimento vêm demonstrando ser alternativas eficientes para superar a vulnerabilidade desses atores, tirando-os do ambiente de incerteza e insegurança (CASTRO, 2001).

Na compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, o que requer posturas que favoreçam e estimulem o protagonismo dos mesmos, valorizando saberes adquiridos, respeitando a diversidade de culturas e valores. Assegurando, enfim, o acesso a políticas de proteção social com a sua participação ativa e considerando todo o ciclo de seu desenvolvimento.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto foi possível concluir por meio da pesquisa que a violência doméstica e familiar contra a mulher é um fenômeno complexo e multideterminado por razões históricas, sociais, culturais, religiosas, econômicas, familiares e pessoais, em que existem elementos psicossociais que devem ser analisados para a compreensão do fenômeno.

Na dissertação foram abordadas questões relacionadas ao processo de socialização com suas influências significativas na formação das subjetividades do masculino e do feminino, bem como as representações e as expectativas correspondente para cada gênero.

A compreensão das juventudes e o processo formativo da subjetivação e identidade quanto às relações de gênero refletindo o aspecto singular da percepção da realidade. Ainda foi abordada a questão da violência familiar e doméstica contra a mulher e suas sequelas físicas, psíquicas e morais, bem como o impacto do sofrimento emocional gerados nos filhos.

Nos últimos capítulos foi abordada a metodologia e o desenvolvimento da pesquisa, sendo que os próprios participantes trouxeram a relação direta dos diferentes tipos de violências, como sendo interdependes entre si, uma forma de violência gerando outras manifestações de violência.

A vulnerabilidade social e a desigualdade racial também surgiram fortemente associadas à violência, bem como a condição socioeconômica precária como potencializadora.

A pesquisa corrobora a necessidade emergente de problematizar e analisar criticamente os estereótipos, as representações sociais e os papéis desiguais de gênero com o objetivo de desconstruir as crenças e concepções fundamentadas cultural e socialmente. Para desenvolver medidas preventivas contra a violência, por meio de relações mais igualitárias entre as diferentes classes sociais e as relações de gênero.

Em parceria com instituições que viabilizam a elaboração de ações e políticas públicas para a minimização da morbidade e mortalidade causadas pelas violências. Aspectos referentes ao processo de socialização, a subjetividade e a identidade

também foram analisados por meio das técnicas de coletas de dados, compreendendo o indivíduo como um agente ativo e que se modifica, estando numa intensa e contínua troca simbólica, onde se modifica sentidos e significados.

A partir da apropriação de novas experiências e novos conhecimentos, o indivíduo internaliza novos valores, reorganizando a subjetividade interna e externamente na relação com o outro e com a cultura, incorporando novos conceitos para desconstruir os mecanismos hierarquizantes de poder.

Segundo Merleau-Ponty (1999) o homem não é um ser puro, pois transparece na intersecção de suas próprias experiências e na intersecção das experiências do outro, pela engrenagem de umas nas outras, ele é, portanto, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade, retoma as experiências passadas nas experiências presentes, na experiência do outro as próprias experiências.

A análise do discurso foi feita a partir do quadro de referência interna dos participantes da pesquisa, com seus significados subjetivos e suas representações sociais, estabelecendo uma relação de respeito e tolerância às diferentes manifestações da condição de ser masculino e feminino, com a oportunidade de rever antigos parâmetros tidos como ideias.

Com a elaboração do produto que foi o Curso de Capacitação para Educadores do Ensino Formal e Não Formal pretende-se sugerir novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. Permitindo aos educadores questionar, problematizar e contestar as relações de gênero, com suas classificações e enquadramentos infligidos por razões sociais, históricas, culturais, políticas, econômicas e religiosas que se relaciona a questão do gênero.

O produto trata-se de uma cartilha chamada “Juventudes e Violências” tem por objetivo ser relevante para trazer as Representações Sociais ao debate, o imaginário social, a subjetividade e o implícito ao nível da consciência, visando desconstruí-las e reconstruí-las, ampliando os pontos de vista sobre o tema.

Sendo útil para o ensino, no preparo de educadores nos espaços formais e não formais, a cartilha abordaria os tipos de violências associadas às relações desiguais do gênero.

Portanto, observa-se a emergência de uma reavaliação contínua, um trabalho permanente no cotidiano da relação professores-alunos, para o desenvolvimento de

medidas preventivas e socioeducativas nas relações interpessoais sem o uso da violência.

Com os resultados qualitativos não se propôs generalizações e universalizações das amostragens ou interpretações simplistas, mas análises cuidadosas da construção dos significados sobre as feminidades e as masculinidades.

Estes resultados serão sempre provisórios, observa-se a emergência de uma reavaliação contínua este trabalho não tem como objetivo elaborar um retrato fixo ou padronizado do universo masculino e feminino atual, mas descrever, analisar e discutir a condição e a subjetividade masculinas e femininas contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. O Uso das Noções de Adolescência e Juventude no Contexto Brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: [s.n], 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Sousa; MARTINELLI, Cláudia da Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/BID, 2002.

ADEODATO, VG; CARVALHO, RR; SIQUEIRA, VR; SOUZA, FGM. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev Saúde Pública.**, v.39, n.1, p.108-113, 2005.

ADORNO, F. C. R. **Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - AAPCS, 2001.

ANDRIANI, Ana Gabriela P. O significado construído por jovens negros pertencentes a camadas populares sobre a escolha do futuro profissional. In: OZELLA, Sérgio. (Org.), **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 223-252.

ALCADIPANI, Rafael; ECCEL, Cláudia S. (Re)descobrimo as Masculinidades. In: FREITAS, M. Ester de; DANTAS, Marcelo (Orgs.). **Diversidade Sexual e Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ALMEIDA, M.V. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 2000. [Coleção Antropológica].

ALVARENGA, P.; PICCININI, C. A. (2009). Práticas educativas maternas e indicadores do desenvolvimento social no terceiro ano de vida. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 22(2).

AMÂNCIO, L. **As Assimetrias nas representações do gênero**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.34, p.9-21, 1992.

AMATUZZI, M. M. (2001). **Por uma psicologia humana**. Campinas: Alínea.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 4. ed., Washington, DC, Author, 1995. 880 p.

ARENDR, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

ARENDR, Ronald João J. Investigações em torno do objeto da psicologia. In: MANCEBO Deise; JACÓVILELA Ana Maria (Orgs.). **Abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: EdUERJ. p. 19-34. 2004.

AUSLOOS, G. **A competência das famílias**. Tempo, caos, processo, Lisboa, Climepsi Editores. 1996.

AUSUBEL, D. P. (2003). **Aquisição e retenção de conhecimentos**. Lisboa: **Plátano Edições Técnicas**. Tradução do original The acquisition and retention of knowledge (2000).

AYRES, J.R.C.M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CzeresNia, D.; Freitas, C.M. (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.116-39.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas – a violência denunciada**. São Paulo: Cortez. 1985.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BALDRY, A. Bullying in schools and exposure to domestic violence. **Child Abuse & Neglet**, 27, 7, 713-732. 2003.

BALDWIN, J.D.; BALDWIN, J.L. **Behavior principles in everyday life**. N. Jersey: Prentice Hall. 1986.

BANDEIRA, M., R S. S.; SOUZA, T. M. P.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Comportamentos problemáticos em estudantes do ensino fundamental: Características da ocorrência e relação com habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem. **Estudos em Psicologia**, v.11, n.2, p.199-208, 2006.

BANDURA, A.; HUDSON, A. Identification as a process of incidental learning. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v.63, n.12, SUBIS. 1961.

BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. As relações entre identidade, memória e pesquisa da história da psicologia. **Memorandum**, v.4, p.33-39. 2003.

BARCELLOS, G. H. Atuação das delegacias especializadas da mulher do estado do Espírito Santo. In: CAMACHO, T. (Org.). **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, p. 115-167, 2003.

BAUM, W. **Compreender o behaviorismo** – ciência, comportamento e cultura. Porto Alegre (RS): Artes Médicas. 1999.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMRIND, D. Current patterns of parental authority. **Developmental Psychology Monograph**, v.4, n.1, 1971.

BEM, S. Androgyny and gender schema theory: A conceptual and empirical integration. **Nebraska Symposium on Motivation**, p.179-226. 1984.

BENGHOZI, P. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. **Psicologia Clínica**, v.17, n.2, p.101-109, 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

BEUAVIOR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. Difusão Européia de livros, 1967.

BEZERRA, V. C.; LINHARES, A. C. B. **A família, o adolescente e o uso de drogas**. In N. Schor, M. S. T. Mota, & V. C. Branco (Orgs.), **Cadernos Juventude Saúde e Desenvolvimento**, v.1, p.184-196, 1999.

BOAL, A. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **Jogos para atores e não-atores**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

BOSMA, H. A. Identity in adolescence: managing commitments. In: G. R. ADAMS, T. P. GULLOTTA; R. MONTEMAYOR (Orgs.) **Adolescent identity formation** (p. 91-121). Newbury Park, California: Sage. 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. Escritos de Educação. In: NOGUEIRA; CATANI (Orgs.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, J.S. **Mitologia Grega**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRASIL. Cadernos SECAD 4. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ministério da Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha. Lei n 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Temática **Prevenção de Violência e Cultura de Paz III**. Brasília: OPAS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005.

\_\_\_\_\_. Termo de Referência. **Instruções para apresentação e seleção de Projetos de Formação de Profissionais da Educação para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero**. Brasília: Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2006.

BRAZELTON, T.B.; GREENSPAN, S.I. **As necessidades essenciais das crianças: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver**. Porto Alegre: Artmed; 2002. 213p.

BRONFENBRENNER, U. Ecology of the family as a context for human development: **Research perspectives**: *Developmental Psychology*, v.22, p.723-742, 1996.

BUCHER JSN. A mulher e o trabalho. **Rev Promoção da Saúde**, v.3, p.6, p.14-16, 2002.

CAIRNS, R.; Cairns, B.; NECKERKJMAN, H.; GEST, S. & GARIÉPY, J. (1988). Social networks and aggressive behaviour peer support or rejection? **Developmental Psychology**, 24,6, 815- 823, 1988.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPOLIM, S.; LIMA, L. T. O. **Enquanto as mulheres mandam, os homens fazem o que têm vontade**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1998.

CANETTI, Elias. A língua absolvida: história de uma juventude. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. In: GENS, R. Leitura(s) do medo. In: \_\_\_\_\_. et al. (orgs.). **Literatura infantil e juvenil na prática docente**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2010, p. 71-85.

CAPALBO, C. **Fenomenologia e ciências humanas**. Londrina: UEL; 1996.

CARLINI-COTRIM, B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 3, p. 285-293, 1996.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CARNEIRO, A.; OLIVEIRA, S. Violência intrafamiliar baseada em gênero com implicação de risco de vida: mulheres abrigadas na Casa Abrigo Maria Haydeé/Rio Mulher/ Rio de Janeiro. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambú, MG, out. 2008.

CARRETEIRO, T. C. (1999). "A Doença como projeto" - uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. Em SAWAIA, B. (Org.) **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes.

CARRIERI, A. de P.; SILVA, A. R. L. da; JUNQUILHO, G. S. O fazer estratégia na gestão como prática social: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas nas organizações. In: **XXXII Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Administração**, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos...: Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, M. P. de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, C.; HOLANDA, H.B. (Orgs.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. 34. ed. São Paulo: FCC, p. 381- 407, 1998.

CARVALHO, Vânia Brina Corrêa Lima de. **Desenvolvimento humano e psicologia: generalidades, conceitos, teorias**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza**. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellog, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CASTRO, L. R. "Estetização do corpo: identificação e pertencimento na contemporaneidade". In: L. R. Castro (Org.), **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro: Nau. 1998.

CECCARELLI, Paulo Roberto. "A construção da masculinidade". **Revista Percurso**, São Paulo, v.19, 1998.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e Estilos de Masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CEPAL. **Adolescencia y juventud en America Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos en el comienzo de un nuevo siglo**. Santiago de Chile: CEPAL (Serie Población y Desarrollo; n 9). 2000.

CHEVIGNY, Paul. **Edge of the knife: police violence in the Americas**. New York: The New Press, 1995.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. & CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Ed Brasiliense. 1989.

COELHO, M. V.; MURTA, S. G. Treinamento de pais em grupo: um relato de experiência. **Estudos de Psicologia**, v.24, n.3, 333-341, 2007.

COIE, J. (2004). The impact of negative social experiences on the development of antisocial behaviour. In J. Kupersmidt & K. Dodge. *Children's peer relations. From development to intervention*. Washington, D.C : American Psychological Association.

COIMBRA, C. (2001). *Operação Rio - O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discurso de segurança pública*. Niterói, RJ: Editora Oficina do Autor; Intertexto de Niterói.

CONNELL, R. **Masculinities**. Stanford: Stanford University, 1995.

CORNEAU, Guy. *Pai ausente, filho carente: o que aconteceu com os homens?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CORSA. Convivendo com a Diversidade na escola 2 – Proposta de Projeto Básico. São Paulo, 19 de Novembro de 2006.

CORTEZ, M. B.; PADOVANI R. C., & WILLIAMS, L. C. A. (2005). **Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais**. Estudos de Psicologia, 22(1).

COSTA, J. F. (1989). Psicanálise e Contexto Cultural: Imaginário Psicanalítico, Grupos e Psicoterapias. Rio de Janeiro: Campus.

COSTA, F.O., & Antoniazzi, A. S. (1999). A influência da socialização primária na construção da identidade de gênero: percepções dos pais. Paidéia. 67-75. USP, Ribeirão Preto.

COSTANTINI, A. **Bullying, como combatê-lo? Prevenir e enfrentar a violência entre jovens**. Tradução Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

CRICK, N. & Dodge, K. (1996). Social information- processing mechanisms in reactive and proactive aggression. Child Development, 67, 993- 1002.

DANTAS-BERGER, S.M.; GIFFIN, K. **A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.21 n.2, p. 417-425, mar-abr 2005.

DAVIES, D.; MARQUES, R.; SILVA, P. **Os professores e as famílias: A colaboração Possível**. 2º Ed. Lisboa: Livros Horizontes, 1997.

DE SOUZA, E.; BALDWIN, J.R.; ROSA, F.H. da. **A construção social dos papéis sexuais femininos**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v.13, n.3, p. 485-496, 2000.

DELEUZE, G. & PARNET, C. (1998) **Diálogos**. São Paulo: Escuta.

DEL PRETTE, Z. P. A & DEL PRETTE, A. (1996). **Habilidades sociais: Uma área em desenvolvimento**, Psicologia: Reflexão e Crítica, 9 (2) pp. 287-289.

\_\_\_\_\_. (1983). Uma análise descritiva de um programa de treinamento comportamental em grupo junto à população não-clínica de baixa renda. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

\_\_\_\_\_. (1982). Treinamento comportamental em grupo junto à população não clínica de baixa renda: Uma análise descritiva de procedimento. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Campinas, Brasil.

DOMÈNECH, Miquel; TIRADO, FRANCISCO Javier; GÓMEZ, Lucía Sánchez. **A dobra: psicologia e subjetivação.** (112-135). In: SILVA, S. (Org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DOR, Joel. (1991). **O pai e sua função em psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DUBAR. C. La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles. Paris, Armand Colin, 2000.

DUBY, Georges. *Mâle moyen age.* Paris: Champs/Flammarion, 1990.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. “**O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza**”. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 343-402.

DUVEEN, Gerard. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: *Textos em Representações Sociais.* 5a edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. pp. 261 – 293.

EIZIRIK, M; BERGMANN, DS. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. *Rev Psiquiatr Rio Gd Sul.* 2004;26(3):330-6.

ERIKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

ESPÍNDULA, D. H. P; SANTOS M. F. S. Representação sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo, Maringá,* v.9, n.3, sept/dec. 2004.

FEIGEN-FASTEAU, Marc. **Le robot mâle.** Paris: Denoël-Gonthier, 1980.

FERREIRA, A.B.H. (2000). **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FIGUEIREDO, L. C. (2002). **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FREUD, S. (1996). **A dissolução do complexo de Édipo**. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, (J. Salomão, trad., vol. 19, pp. 193-199). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).

\_\_\_\_\_. (1910). **Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância**. In: Freud S. **Obras psicológicas completas**. Vol.XI. Rio de Janeiro:Imago;1970. p.59-124.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. (2013). **Pesquisa mulheres e gênero nos espaços públicos e privados**. Disponível em: <[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)>. Acesso em: 2 ago. de 2016.

\_\_\_\_\_. (2001). **Pesquisas de opinião: a mulher brasileira nos espaços público e privado**. Acesso em 3 de março, 2016, em <http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/mulher-brasileiranos-espacos-public>.

GALLO, A. E., & WILLIAMS, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.

GARCIA, C. **Clínica do social**. Belo Horizonte: Projeto, 2000.

GARCÍA-MORENO, C.; JANSEN, H. A. F. M.; ELLSBERG, M.; HEISE, L. & WATTS, C. H. (2006). Prevalence of intimate partner violence: Findings from the Who multi-country study on women's health and domestic violence. *Lancet*, 368(7),1260-1269.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

GÊNERO FORA DA CAIXA: Guia Prático para educadores e educadoras, sendo um Projeto Juventude, Gênero e Espaço Público – 3ª edição, implementado pelo Instituto Sou da Paz/2011.

GOMIDE, P. I. C. (2001). **Efeitos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social**. In M. L. Marinho; V. E. Caballo (Org.). *Psicologia clínica e da saúde*. (pp. 33-39). Londrina: UEL; Granada: Apicsa.

GONZALEZ REY, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.

GRUSEC, J. E. & LYTTON, H. (1988). **Social development: history, theory and research**. New York, Springer-Verlag.

GRYCH J. H., & FINCHAM, F. D. (1990). **Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework**. *Psychological Bulletin*, 108, 267-290.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1996). **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes.

GUERRA, C. **Violência conjugal e familiar: alguns dados de mundo, Brasil, Minas Gerais e Uberlândia**. Brasília, DF: CFEMEA, 2004. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=83>. Acesso em: 13 maio 2015.

GUERRA, V. N. A. (1998). **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada** (3 ed.). São Paulo: Cortez.

GIFFIN K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cad Saude Publica*. 2002;18 Supl:103-12.

GOTO, Tommy Akira. *Introdução à psicologia fenomenológica. A nova psicologia de Edmund Husserl*. São Paulo: Paulus, 2008.

HALL, S. The spectacle of the 'other'. In S. Hall (Ed.). *Representation. Culture representations and signifying practices* (pp.223-290). London: Sage-The Open University, 1997.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. HEILBORN, Maria Luiza. "O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 291-342.

\_\_\_\_\_. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPeA.

HART, C. H.; LADD, G. W. & BURLESON, B. R. (1990). Children's expectations of the outcomes of social strategies: relations with sociometric status and maternal disciplinary styles. *Child Development*, 61, 127-137

HEISE L 1994. Gender based abuse: the global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública* 10 (Supl. 1): 135-145.

HENRICH C.C. et al. The association of community violence exposure with Middleschool achievement: a prospective study. *Applied Developmental Psychology*. v. 25, n. 327-348, 2004.

HOFFMAN, M. L. (1975). Moral, internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11, 228-239.

\_\_\_\_\_. (1960). Power assertion by the parent and its impact on the child. *Child Development*, 31, 129-143.

INFANTE, Deise. (1999). **O outro do bebê: as vicissitudes do tornar-se sujeito**. Em Rohenkohl, C. M. F.(Org.). *A clínica com o bebê* (pp. 93-101). São Paulo: Casa do Psicólogo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAL & INSTITUTO PÓLIS. **Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. 2005. Disponível em: [http://www.ibase.br/pubibase/media/ibase\\_relatorio\\_juventude.pdf](http://www.ibase.br/pubibase/media/ibase_relatorio_juventude.pdf) - Último acesso em 20/08/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da População do Brasil**. 2004. Instituto Cidadania & Fundação Perseu Abramo. *Pesquisa Retratos da Juventude Brasileira*. 2003.

INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. ARTE DA PAZ – CADERNO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Curitiba, sem data. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf> - Último acesso: 20/08/2015.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP) (2015). **Dossiê Mulher 2015** (ano base – 2014). Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

INSTITUTO PROMUNDO E INSTITUTO NOOS. 2003. *Men, Gender-based Violence and Sexual and Reproductive Health: A Study with Men in Rio de Janeiro, Brazil*. Rio de Janeiro: Instituto Promundo e Instituto NOOS.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Caderno Grêmio em Forma. São Paulo, sem data. Instituto Sou da Paz. Escolas seguras. Novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. Cartilha um. Projeto Prevenção da violência entre adolescentes e jovens no Brasil: estratégia de atuação. 2010. Disponível em: [http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha01ESCOLA\\_VsFINAL.pdf](http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha01ESCOLA_VsFINAL.pdf). - Último acesso em 28/07/2015.

\_\_\_\_\_. **Polícia e juventude. Novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens.** Cartilha dois. Projeto Prevenção da violência entre adolescentes e jovens no Brasil: estratégia de atuação. 2010. Disponível em: [http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha02POLICIA\\_FINAL.pdf](http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha02POLICIA_FINAL.pdf). - Último acesso em 28/07/2015.

\_\_\_\_\_. Cidade e espaços públicos. Novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. Cartilha três. Projeto Prevenção da violência entre adolescentes e jovens no Brasil: estratégia de atuação. 2010. Disponível em: [http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha03CIDADES\\_FINAL.pdf](http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha03CIDADES_FINAL.pdf). - Último acesso em 28/07/2015.

JAGOSE, Annamarie. *Queer Theory. An introduction.* Nova York: New York University Press, 1996.

JACQUES, M. G. C. (1998). **Identidade.** In: M. N. Strey et al. **Psicologia social contemporânea** (pp. 159-167), Petrópolis: Vozes.

JOBIM E SOUZA, S.; PASSARELLI, C. A. Espaço urbano e constituição subjetiva da desigualdade: uma possível leitura das políticas da diferença. In: SPINK, M. J.; SPINK, P. (Org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais.* São Paulo: Cortez, 2006. p. 109-125.

KALINA, E.. **Psicoterapia de adolescentes: teoria, técnica e casos clínicos.** (C. R. A. Silva, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. 3ª ed., 1999.

KAUFMAN, M. ***The 7 P's of men's violence.*** Toronto: [s.n.], 1999. Disponível em: <http://www.michaelkaufman.com/articles/7ps.html>. Acesso em: 20 nov. 2015.

KEHL, M. R. **A juventude como sintoma da cultura.** In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-114.

KLEVENS, J. (2001). Violencia física contra la mujer en Santa Fé de Bogotá: Prevalência y factores asociados. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 9(2), 78-83.

KOLLER, Sílvia Helena. (Org.). **Adolescência e psicologia: práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

KRUG, E. G. et al. **Violence by intimate partners**. In: \_\_\_\_\_. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002. p. 87-121.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DA UERJ. **Observatório de Favelas**. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Índice de Homicídios na Adolescência. 2009.

LACAN, J. (1962). **A Identificação**. Livro IX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LANA, Adolfo Paulo Bicalho. **Centro de Saúde Amigo da Criança**. 6.ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2009. 8-14-144-145 p.

LANE, S. et al. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LAVINAS, Lena. **“Gênero, cidadania e adolescência”**. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 11- 43.

LEBOVICI, S.; SOLIS-PONTON, L.; BARRIGUETE, J. A. A árvore da vida ou a empatia metaforizante, *oenactment*. In: \_\_\_\_\_. *Ser pai, ser mãe - parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 41-46.

LERNER, R. M. & CASTELLINO, D. R. (2002). Contemporary developmental theory and adolescence: Developmental systems and applied developmental science. *Journal of Adolescence Health*, 31(6), 122-135.

LINS, Daniel. 1998. Como Dizer o Indizível. In: LINS, Daniel (org.). *Cultura e Subjetividade – Saberes Nômades*. Campinas: Papyrus.

LYRA, J. L. F. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)**. Recife: J. L. C. L. da Fonseca, 2008, 262 p. Disponível em Acesso em 15 jul. 2014.

LOCHMAN J.E; POWELL N.R; WHIDBY J.M; FITZGERALD DP. Cognitive-Behavioral Assessment and Treatment with Aggressive Children. In: Kendall PC. *Child and adolescent therapy: Cognitive Behavioral producers*. New York: Guilford Press; 2006. p.33-81.

LOPES NETO, A. A. **Bullying: Comportamento Agressivo entre Estudantes.** *Jornal de Pediatria*, (Rio J.) nº. 81, nº.5 suppl. Porto Alegre Nov. 2005. 164 – 172.

LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos. Identidade narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, maio/ago. 2006.

LOURENÇO, L. M.; CRUVINEL, E; Almeida, A. A. & GEBARA, C. F. P (2010). **Estudo das crenças dos agentes de saúde a respeito da violência doméstica.** *Semina. Ciências Biológicas e da Saúde.* 1, 69-80.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. **Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das delegacias da mulher.** *Série Antropologia*, Brasília, v. 319, p. 1-23, 2002.

MADEIRA, Felícia Reicher. **“A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão”.** In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-134.

MAHLER MS. *O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação.* Porto Alegre:Artes Médicas;1993.

MANCIBO, Deise. **Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.22, n.1, 100-111, 2002.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada.** In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial.* Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MARCIA, J. E. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 551-558.

MARQUES, J. (1996). Estilos de relações interpessoais na adolescência. *Psico*, 27, (1), 23-27.

MARTINS, M. J. D. (2006). **Condutas agressivas, integração social e atributos psicossociais.** In Santos, N.; Lima, M. L.; Melo, M. M.; Candeias, A.; Grácio, M. L. &

Calado, A. (Orgs). Atas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. (CD-ROM). Évora: Universidade de Évora.

MAYRING, P. *Introdução à pesquisa social qualitativa: uma introdução ao pensar qualitativamente*. 5. ed. Weinheim: Beltz, 2002.

MEAD, M. (1951). **Adolescência y cultura en Samoa**. Buenos Aires: Paidós.

MELO, V. A. **Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)**. In: PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Orgs.) *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2013, p. 119-152.

MEDRADO, B.; LYRA, J. **Nos homens, a violência de gênero**. In. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher Plano Nacional*. Brasília, DF, 2003. p. 68.

MELLO, S. L. (1999). **A violência urbana e a exclusão dos jovens**. Em SAWAIA, B. *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

MELLO, Jorge M.H.P; GAWRYSZEWSKI VP; KOIZUME MS. Contribuição do setor saúde no atendimento às vítimas e prevenção da violência: relatório apresentado a FAPESP. São Paulo; 2006.

MENEGUEL, S,N; CAMARGO M; FASOLO L.R; MATTIELLO D.A; SILVA RC; SANTOS T.C, et al. **Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad Saude Publica*. 2000; 16(3):747-57.

MERLEAU-PONTY, M. (1999). **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes (original publicado em 1945).

MESQUITA NETO, P. et al. **A Violência do cotidiano**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2001. Coleção Cadernos Adenauer.

MESSINA, N., GRELLA, C. (2006). **Childhood trauma and women's health outcomes in California Prison population**. *American Journal of Public Health*, 96(2), 1842-1848.

MILLER, L. **Protegendo as mulheres da violência doméstica**. Seminário de treinamento para juizes, procuradores, promotores e advogados no Brasil. Trad. Osmar Mendes. 2.ed. Brasília: Tahirid Justice Center, 2002.

MINAYO, Maria Cecília; RAMOS, Edinilsa. (Org.). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, 284p.

\_\_\_\_\_. **É possível prevenir a violência?** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 7-32, 1999.

\_\_\_\_\_. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde IV*: 513-531, 1998.

MIRANDA, Luciana L. Subjetividade: a (des)construção de um conceito. (29-46). In: SOUZA, S. J. (Org.). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MORAES MLQ. **A estrutura contemporânea da família**. In: Comparato MCM, Monteiro DSF, orgs. **A criança na contemporaneidade e a psicanálise**. Vol. I Família e sociedade: diálogos interdisciplinares São Paulo:Casa do Psicólogo;2001. p.17-25.

MOREIRA, D. A. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.

MOURA, W. (1996). **A família contra a rua: análise psicossociológica da dinâmica familiar em condições de pobreza**. Em FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs.) *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

MUNHOZ, Silmara C. D.; MACIEL, Diva Albuquerque. **Interação família-criança: possibilidades de negociação na co-construção da escrita**. *Revista Fractal do Departamento de Psicologia da UFF*, Niterói-RJ, v. 20, n. 1, p. 269-284, 2008.

MUZA GM. **Da proteção generosa à vítima do vazio**. In: Silveira P, ed. *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas;1998. p.143-50.

NARVAZ, M. G. & KOLLER, S. H. (2006). **A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 395-406.

NASCIMENTO, M. **Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher.** 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro, 2001.

NJAINE, K.; SOUZA, E. R. Informação e comunicação sobre violência: instrumentos para a cidadania. In: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Org.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 269-282.

NOLASCO, S. A. (1993). **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco.

OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. 347 p.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.** Belém, 1994. Convenção de Belém do Pará. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dts/violencia\\_e.doc](http://www2.mre.gov.br/dts/violencia_e.doc). Acesso em: 10 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS (2005). **Violence Prevention Alliance. Building global commitment for violence prevention.** OMS: Geneva. (On-line). Disponível em <http://www.who.int/publications/en/> Extraído da World Wide Web a 26 de Março de 2007.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen.** Washington, DC, 2002.

OSORIO, L. C. Casais e famílias: Uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OROZCO, G. Hacia una dialectica de la recepción televisiva: la estructuración de estrategias por los televidentes. *Comun. Polít.*, v.13, n.22-25, p.57-73, 1993.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Sílvia. *Mídia e Violência. Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.* CESeC, Rio de Janeiro, 2007.

PALMER, R.E. **Hermenêutica.** Lisboa (POR): Edições 70; 1999.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. (2003). *La violencia baseada en el género: Un problema de salud pública y de derechos humanos.* Washington, D. C.: Author.

PAPALIA, D. E. & OLDS, S. W. (2000). **Desenvolvimento humano** (7a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

PASCHALL, MJ; RINGWALT, CL; FLEWELLING, RL. Effects of parenting, father absence, and affiliation with delinquent peers on delinquent behavior among African-American male adolescents. *Adolescence*. 2003;38(149):15-34.

PAUGAM, S. (1999). **O Enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. Em SAWAIA, B. *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

PELLEGRINO, Hélio. (1987). **Pacto edípico e pacto social**. Em PY, L. A. *Grupo sobre grupo* (pp. 195-205). Rio de Janeiro: Rocco.

PELLET, T. L. & IGNICO, A. A. (1993). **Relationship between children's and parent's stereotyping of physical activities**. *Perceptual and Motor Skills*, 77,1283-1289.

PENHA, J. (2001). **O que é existencialismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

PERALVA, A. *Violência e democracia: paradoxo brasileiro*. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

PESCE, R. *Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: uma revisão da literatura*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2): 507-518, 2009.

PICCININI C. A.; FRIZZO G. B.; ALVARENGA P.; LOPES, R. C. S. & TUDGE, J. R. H. (2007). **Práticas educativas maternas e paternas em crianças aos 18 meses de idade**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(4), 369-378.

PINHEIRO, Verônica de Souza. **Maternidade na adolescência: significados e repercussões**. (2001). Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

PINHO, Osmundo de A. **Etnografia do Brau: Corpo, Masculinidade e Raça na Reafricanização em Salvador**. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n 1, p. 127-145, 2005.

POPULATION COUNCIL. 2001. **“The unfinished transition: Gender equity: Sharing the responsibilities of parenthood,”** Population Council Issues Paper.

New York: Population Council. Disponível em: <[http://www.popcouncil.org/publications/issues\\_papers/transition\\_4.html](http://www.popcouncil.org/publications/issues_papers/transition_4.html)>. Acessado em: 10 Jan. 2015.

PROMUNDO. **Homens, masculinidades e políticas públicas**. 2009. Disponível em: <<http://www.promundo.org.br/wpcontent/uploads/2010/03/HomensMasculinidades.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

RAMIREZ, A. G.; SHEPPERD, J. **The use of focus group in health research**. Scandinavian Journal of Primary Health Care, v. 1, suppl., p. 81-90, 1988.

REBOLLEDO E. A. O.; MEDINA N. M. O. & PILLON S. C. (2004). **Factores de riesgo asociados al uso de drogas em estudiantes adolescentes**. Revista Latino Americana de Enfermagem. 12, 369-375.

REGO, T.C. **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

REY, F. G. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: A. Mitjans-Martines & L.M. Simão (Orgs.), **O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em Psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning. 2004.

\_\_\_\_\_. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning. 2003.

RIQUINHO, D. L.; CORREIA, S. G. **Mortalidade materna: perfil sociodemográfico e causal**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 59, n. 3, p. 303-307, 2006.

RIVERA-RIVERA, L.; LAZCANO-PONCE, E.; SALMERÓN-CASTRO, J.; SALAZAR-MARTINEZ, E.; CASTRO, R.; HERNÁNDEZ-AVILA, M. Prevalence and determinants male partner violence against mexican women: A population-based study. **Salud Pública de México**, 46, p.113-122, 2004.

RODRIGUEZ DB. **Violência Intrafamiliar. Enfoque de gênero**. Rev Cubana Méd Gen Integr, 18(4):248-250; 2002.

ROGERS, C. As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade. In J. Wood et al. (Orgs.). **Abordagem centrada na pessoa**, p.155-177. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida. 1994.

\_\_\_\_\_. **Liberdade de Aprender em Nossa Década**. 2ª. Edição, Porto Alegre, Artes Médicas. 1986.

\_\_\_\_\_. **Um jeito de ser**. São Paulo: E.P.U. 1983.

\_\_\_\_\_. **Terapia centrada no paciente**. São Paulo: Martins Fontes. 1951.

ROLNIK, S. **Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros**. Rizoma.net. Disponível em: <http://www.rizoma.net>. 1996. Acesso em: 22 de fevereiro de 2015.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. Em M. C. B Carvalho (Org.). **A família contemporânea em debate**. (pp. 73-88). São Paulo: EDUC/Cortez. 2002.

ROSA, Elisa Zaneratto. Da rua para a cidadania: a construção de sentidos na construção da travessia. In: OZELLA, Sérgio (Org). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio histórica**. São Paulo: Cortez, p.167-200, 2003.

ROTHMAN, E. F. et al. **Intervening with perpetrators of intimate partner violence: a global perspective**. Geneva: World Health Organization, 2003.

RUFFINO, R. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: RAPPAPORT, C. R. **Adolescência: abordagem psicanalítica**. São Paulo: EPU, p. 25-57, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e Patriarcado. In: **Marcadas a ferro**. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SALVO C. G.; SILVARES, E. F. M.; TONI, P.M. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. **Estudos de Psicologia Campinas**, v.22, n.2, p.187-195, 2005.

SANTOS S.R. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa biomédica. **J Ped.**, v.75, n.6, p.401-406, 1999.

SANTROCK, John. **Adolescência**. Rio de Janeiro: LTC. 2003.

SAPIENZA, G.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES E. F. M. Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento acadêmico. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v.22, n.2, 2009.

SARTI, C. **A família como espelho**: estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Trad.: Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural. (Os Pensadores). 1987.

SCHRAIBER, L. B. et al. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-14. jan./mar. 2005.

SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. Campinas, SP: Papirus. 1991.

SAWAIA, B. B. Identidade – Uma ideologia separatista? Em SAWAIA, B. (Org.) **As Artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

SCHNOOR, E. Riscando o chão: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, p. 85-118, 2013.

SETTON, M. G. J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 107-116, jan./jun. 2002.

SILVA, Tomás T. da. (Org.). **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SILVA, V.; MATTOS, H. **Os jovens são mais vulneráveis às drogas?** Em I. Pinsky & M. A. Bessa (Orgs.). **Adolescência e drogas** (p.31-44). São Paulo: Contexto. 2004.

SILVA, L. L. da; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. de (2007, jan./ abr.). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.11, n.21, p.93-103, 2007.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.1, p.707-717, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Columbia University Press, 1989.

SCHRAIBER, L. B. et al. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-14. jan./mar, 2005.

SCHWARTTZ, D.; DODGE, K.; PETTI S.; BATES, E. The early socialization of aggressive victims of bullying. **Child Development**, 68, 4, 665- 675, 1997.

SOARES L. E.; M.V BILL; ATHAYDE, C. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, Jailson de Oliveira. **Juventude, favelas e os grandes meios de comunicação**. Niterói. 2007. Disponível em: <[www.fazendomedia.com/novas.com.br](http://www.fazendomedia.com/novas.com.br)>. Acessado em: 20 dez. 2015.

SOUZA, E. R. Processos, sistemas e métodos de informação em acidentes e violências no âmbito da Saúde Pública. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 255-273, 2006.

STOLLER, R. **Masculinidade e Feminilidade**: apresentações de gênero. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

STREY, Marlene. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SUÁREZ, M. Gênero: uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico. In: I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. **Gênero no mundo do trabalho**. Brasília: [s.n.], 2000.

SUDBRACK, M. F. O. Terapia familiar sistêmica. In: S. D. Seibel & A. Toscano Jr. (Orgs.). **Dependência de drogas**, p. 403-415. São Paulo: Atheneu. 2001.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente – mulheres em revistas “femininas”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 67-81, 2001.

SZAPIRO, A. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.15, n.1, p. 179-188, 2002.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha Azucena; PINHEIRO, Verônica de Souza. Adolescência e contexto social: esclarecendo práticas. **Psicologia e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 133-147, jul./ dez. 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNBEHAUM-RIDENTE, S. G. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia de filhos. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Homens e masculinidade**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Editora 34, p. 163-184, 1998.

VALA, J. Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), **Psicologia social**, p. 353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 191p.

\_\_\_\_\_. (1995). **Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores**. Em Lev S. Vygotski. *Obras Escogidas. Tomo III*. Madri: Visor/MEC.

VOLLING, B. L.; ELINS, J. Family relationships and children's emotional adjustment as correlates of maternal and paternal differential treatment: A replication with toddler and preschool siblings. **Child Development**, v.69, n.6, p.1640-1656, 1998.

WAGNER, A.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C. & VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v.21, n.2, p. 181-186, 2005.

WAISELFIS, J.J. **Mapa da Violência 2015**: Mortes Matadas por Armas de Fogo. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2015.

WESTPHAL M. F.; BÓGUS C. M.; FARIA M. M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v. 120, n. 6, p. 472-481, 1996.

WIEVIORKA, M. Violência hoje. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1147-1153, 2006.

WOOD, J. K. Prólogo. In: J. K. Wood et al. (Orgs.). **Abordagem centrada na pessoa**, p.1-24. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida. 1994.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2001). **Violence against women**. Geneva: Author.

WORTHAM, S. **Interactional positioning and narrative self-construction**. Narrative Inquiry, v. 10, n. 1, p. 157-184, 2000.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ. 1994.